

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

Maralice Machado Silva

PANORAMA INTELECTUAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: um  
olhar epistêmico decolonial

Belo Horizonte  
2025

Maralice Machado Silva

PANORAMA INTELLECTUAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: um  
olhar epistêmico decolonial

Dissertação apresentada à banca de defesa de  
dissertação, como requisito para a obtenção do  
título de Mestra em Administração Pública.

Orientadora: Letícia Godinho

Belo Horizonte  
2025

## **AGRADECIMENTOS**

Dedico este trabalho às mesmas pessoas a quem agradeço. Primeiramente ao meu Deus, trino, Pai, Filho e Espírito Santo. Ao Deus que em minha infância se ajoelhava comigo nas noites de angústias e desalento, que jamais pensava que resultaria num "chegar até aqui".

Agradeço aos meus pais. Minha velha que me gerou e criou com tanto amor, carinho e exemplos dignos de uma eternidade de gratificações.

Ao meu pai, em especial pela ancestralidade, pelos dons espirituais e intelectuais.

Agradeço e dedico este trabalho às minhas ancestrais, Maria Alice e Ionice. Embora não estejam nessa terra conosco, permanecem aqui em cada passo que dou e percorrem este mundo dentro de mim.

Agradeço e dedico este trabalho aos meus familiares escravizados, que lutaram para que hoje eu pudesse ter liberdade e livre, pudesse escrever este trabalho.

Aos meus amigos, colegas de escola, que na periferia cresceram e lá morreram. A estes, dedico a minha força vital de juventude concedida por Deus e agradeço por cada marca positiva de vida que deixaram em mim. À Natália dedico os traços de sua alegria e intelectualidade que permanecem em mim mesmo depois de décadas de sua partida.

Ao Menakuanzambi, por sua doçura e sensatez expressas e em destaque no meio de minhas insanidades.

Aos meus irmãos em Cristo, por cada oração e aprendizado. Em especial meus pastores Paulo e Ariza e à Gerciane, que longe, me ensina tanto com suas pegadas.

Obrigada a cada pessoa em meu caminho que me proporcionou ser quem eu sou hoje.

Aos racistas, informo que não venceram, antes, permitiram que O Poder de Deus fosse exaltado mais e mais a em minha pequenez de existência.

Obrigada!

*Inspirado em "O Peregrino" de John Bunyan*

Palavras sãs, Sei que alguém as usou  
A velha fábula que nunca agradou  
Mas ainda que proibidos de usá-los  
por alguém,  
Não deixemos de falar a verdade em parábolas  
também  
Pois ela é tesouro escondido em prece  
que só a quem procura  
aparece

Acrescente agora uma coisa  
a mais  
Uma Mulher de Deus não se ofende jamais  
Deveria eu cobrir meus assuntos  
com pano quente?  
Ou escrever um pouco mais da verdade  
Em minha mente?

Se uma pérola pode num sapo ficar  
E numa ostra também se achar  
Se as coisas que não prometem nada  
contém mais do que prata ou ouro  
Apresento-lhes um grande tesouro

Aqueles que buscam desvendar o duvidoso  
Encontrarão em minhas palavras um grande tesouro  
Embora sem as gravuras que costumam fazer  
Àqueles ou outros homens que tendem a escolher  
É nas ideias corajosas, mas vazias,  
que habita, portanto,  
Tudo o que é de mais sagrado  
e (surpreenda-se) santo!

## RESUMO

O objetivo do presente trabalho foi analisar o perfil dos intelectuais e obras que influenciam os cursos de Mestrado e Doutorado em Administração Pública no Brasil, a partir do enfoque da teoria decolonial. A partir da crítica à Modernidade/Colonialidade, a perspectiva decolonial propõe uma reinterpretação das relações sociais, econômicas e culturais, destacando a necessidade de uma epistemologia plural e inclusiva na construção dos saberes, nos quais se inclui a Administração Pública. Nesse contexto, a abordagem decolonial traz de forma central elementos de discussão da relação entre questão racial e a difusão do conhecimento (Quijano, 2005). Para a consecução do estudo, realizou-se revisão de literatura que trata da adoção de perspectivas teóricas decoloniais e de intelectuais racializados. Foi realizada, em seguida, coleta e análise de dados qualitativos para um estudo cientométrico; utilizou-se como fonte de dados a Plataforma Sucupira, da CAPES, que contém os dados oficiais dos cursos de pós-graduação no Brasil. Por meio da Plataforma foram extraídos os dados dos programas de Administração Pública do Brasil mais bem avaliados. O banco de dados permitiu, entre outros, elaborar o perfil dos coordenadores e docentes dos programas, e analisar o perfil dos autores e das autoras indicados(as) e suas obras nos Planos de Ensino dos programas selecionados nas amostras. Os resultados indicam que o perfil dos grupos analisados é composto majoritariamente por pessoas brancas do sexo masculino; e que há uma preponderância da influência de produções intelectuais do Norte-Global. Constatou-se ainda que há uma concentração de intelectuais brasileiros oriundos do Sudeste do país; e que entre as obras mais utilizadas poucas se inscrevem em uma perspectiva crítica. Diferentemente dos cursos de graduação do campo, não foi constatada a presença de obras da perspectiva decolonial nos cursos de pós-graduação pesquisados.

**Palavras-chave:** Decolonialidade. Administração Pública. Produção científica. Docência. Autores.

## ABSTRACT

The objective of the present work was to analyze the profile of intellectuals and works that influence the Master's and Doctorate courses in Public Administration in Brazil, from the focus of the decolonial theory. From the critique of Modernity/Coloniality, the decolonial perspective proposes a reinterpretation of social, economic and cultural relations, highlighting the need for a plural and inclusive epistemology in the construction of knowledge, in which Public Administration is included. In this context, the decolonial approach brings in a central way elements of discussion of the relationship between racial issues and the dissemination of knowledge (Quijano, 2005). To carry out the study, a literature review was carried out that deals with the adoption of decolonial theoretical perspectives and racialized intellectuals. Qualitative data were also collected and analyzed for a scientometric study. The data source was used as the Sucupira Platform, from CAPES, which contains the official data of the courses of the which contains the official data of graduate courses in Brazil. Through the Platform, data from the best-evaluated Public Administration programs in Brazil were extracted. The database allowed, among other things, to elaborate the profile of the coordinators and teachers of the programs, and to analyze the profile of the indicated authors and their works in the Teaching Plans of the programs selected in the samples. The results indicate that the profile of the groups analyzed is composed mostly of white male people; and that there is a preponderance of the influence of intellectual productions from the Global North. It was also found that there is a concentration of Brazilian intellectuals from the Southeast of the country; and that among the most used works, few are inscribed in a critical perspective. Unlike the undergraduate courses in the field, the presence of works from the decolonial perspective was not found in the graduate courses researched.

**Keywords:** Decoloniality. Public administration. Scientific production. Teaching. Authorship.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Programas em administração pública mais bem avaliados (notas 6,5 e 4) amostra 1.....	59
Quadro 2 – Programas mais bem avaliados em cada uma das cinco grandes regiões do Brasil em administração pública (amostra 2) .....	63
Quadro 3 – Instituições de Ensino, Programas, Disciplinas Analisadas e Respectivos Responsáveis.....	64-67
Quadro 4 – Critérios de avaliação dos programas de pós-graduação no quadriênio 2021-2024.....	70-71
Quadro 5 – Programas que compõem a amostra 2.....	78
Quadro 6 – Os doze autores mais influentes do campo de Públicas e respectivas obras citadas - amostra 1.....	89-92

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Naturalidade os autores da amostra: brasileiros(as) e estrangeiros(as)...	81
Gráfico 2 – Formação dos/as autores/as da amostra - áreas de concentração.....	81
Gráfico 3 – Comparação de regiões e países da formação dos (as) autores (as) - amostra.....	84

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Sistema Estrutural do Sistema Mundial .....	33
--	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Sexo e raça/cor dos(as) coordenadores(as) dos programas – amostra 1.....	73
Tabela 2 – Sexo e raça/cor dos(as) docentes(as) das disciplinas obrigatórias dos programas - amostra 1.....	73
Tabela 3 – Número de autores(as) por frequência de citação na amostra 1.....	74
Tabela 4 – Autores(a) mais influentes do campo de Públicas - amostra 1.....	75
Tabela 5 – Quantidade de obras por frequência de citações - amostra 1.....	76
Tabela 6 – Nível de influência das obras mais citadas - amostra 1.....	76-77
Tabela 7 – Sexo dos(as) autores(as) - amostra 2.....	78
Tabela 8 – Raça/cor dos autores - amostra 2.....	78-79
Tabela 9 – Autores/as segundo sexo e ração – amostra 2.....	79
Tabela 10 – Naturalidade dos(as) autores(as) - amostra 2.....	80
Tabela 11 – Formação dos/as autores/as da amostra 2 - área da mais alta titulação.....	81-82
Tabela 12 – País e região das formações dos autores/as – amostra 2.....	82-83
Tabela 13 – Principais instituições que concentram as formações dos autores da amostra 2.....	84-85
Tabela 14 – Estado das instituições brasileiras de formação dos autores – amostra 2.....	85-86
Tabela 15 – Principais instituições às quais os autores da amostra 2 estão vinculados.....	86-87
Tabela 16 – Países e continentes das instituições de atuação dos(as) autores(as) - amostra 2.....	87-88
Tabela 17 – Obras cujo título apresentou palavra selecionada.....	101-2

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CONAIE	Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador
CO	Centro-Oeste
DF	Distrito Federal
GMAA	Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
NE	Nordeste
RN	Rio Grande do Norte
RS	Rio Grande do Sul
S	Sul
SE	Sudeste
SP	São Paulo
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2.</b>	<b>INTRODUÇÃO À TEORIA DECOLONIAL: MERCADO MUNDO E O PROTAGONISMO DE ABYA YALA.....</b>	<b>18</b>
2.1	A teoria decolonial: gênese e definição.....	18
2.1.1	<i>Abya Yala</i> como centro do Capitalismo Racial .....	25
2.2	Breve reconstrução histórica dos paradigmas de Administração Pública no Brasil .....	35
2.2.1	O campo da administração pública brasileira e a abordagem decolonial: breve revisão .....	47
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>55</b>
3.1	Procedimentos, Métodos e Técnicas de Coleta de Dados.....	57
<b>4</b>	<b>O QUÊ SE LÊ E QUEM SE DESTACA COMO REFERÊNCIA NA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA? .....</b>	<b>68</b>
4.1.	Características dos(as) autores e obras de referência .....	72
4.2.	Autores, obras e paradigmas epistêmicos dominantes no campo da Administração Pública brasileira .....	88
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>104</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>109</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Autores de diferentes perspectivas teóricas das comumente abordadas nas ciências sociais e ciências sociais aplicadas discutem a possibilidade de perceber a realidade cotidiana sob um viés epistemológico alternativo. Com base nessa premissa, este trabalho propõe uma análise crítica do processo de formação de cientistas na área da administração pública brasileira, utilizando um olhar epistemológico distinto do hegemônico.

Edgardo Lander e Aníbal Quijano (2005) discutem a possibilidade de analisar a história do mundo e as relações sociais a partir de perspectivas distintas do “tradicional” pensamento científico moderno. Eles argumentam que há uma hegemonia de pensamento que desconsidera a historicidade das relações sociais, adotando um paradigma que trata certas tendências como naturais nos processos de análise do desenvolvimento histórico-social. Disciplinas como a economia, por exemplo, frequentemente operam sob a premissa da “primazia total do mercado” (Lander, 2005, p. 8).

Nesse contexto, o paradigma dominante sustenta a existência de um modelo único de civilização e sociedade, no qual o neoliberalismo se apresenta como a única alternativa viável (Lander, 2005). Dessa forma, as teses e análises acadêmicas aderem a um olhar unívoco, que impõe um modo de vida sem alternativas, apropriando-se do controle sobre a vida humana, a natureza, as definições de progresso e o próprio conhecimento.

Essa parece ser uma característica do paradigma sob o qual se estrutura a disciplina da Administração Pública no Brasil (Louredo, 2019), resultando na reprodução de um conhecimento em parte recortado, porque desconsidera uma diversidade de perspectivas possíveis e impõe um modelo científico e existencial quase que único. Esse modelo, apresentado como universal, é em boa parte fruto de concepções coloniais e se caracteriza como uma “sociedade sem ideologias, modelo civilizatório único, globalizado e universal, (...) na medida em que não há alternativas possíveis a este modo de vida” (Lander, 2005, p. 8).

Uma marca desta exclusão torna-se visível ao levar-se em conta o processo histórico de formação civilizacional do país, pautado no racismo e na violência contra

corpos e saberes não-brancos. A origem do território nacional corroborou para uma construção de hegemonia branca e sob um viés de superioridade por meio do massacre da população nativa. Entretanto, a demanda comercial europeia resultou na necessidade de exploração e redução humana de outros nativos, não mais brasileiros, mas nativos do continente africano (Carvalho, 2008). Com isso, pessoas negras começaram a serem trazidas pelos portugueses para o continente americano em meados do século XVI.

O processo de construção do território brasileiro foi marcado por massacres populacionais de nativos brasileiros e africanos. Os escravizados eram submetidos a distintas violências físicas e espirituais. O massacre das pessoas negras trazidas do continente africano é indicado por Carvalho (2008) ao estimar que o quantitativo de pessoas transportadas até o ano de 1850 para o Brasil estimava-se em quatro milhões de pessoas, reduzidas à menos de um milhão de pessoas ainda escravizadas após a independência do Brasil.

Refletir que o fim da legalidade da exploração da mão de obra humana negra ocorreu apenas 28 anos após a independência do Brasil (Carvalho, 2008), reflete um processo de independência e construção civilizatória de que as pessoas negras não participaram - mesmo após sua ocorrência.

Sônia Rosa (2022) aborda a ausência da dignidade atribuída à pessoa negra no processo de abolição da escravidão no país. A autora, mulher negra, explora o processo político do ato da abolição realizado pela princesa Isabel. Segundo a autora, tratou-se de um ato para mudança do contexto da escravização de pessoas negras que estava politicamente insustentável no período. Com isso, a assinatura da Lei Áurea não foi acompanhada de um projeto para a população anteriormente escravizada.

Evidentemente que o dia 13 de maio de 1888, data da assinatura da Lei Áurea, teve grande importância para as vidas negras. Mas o dia seguinte, 14 de maio de 1888, nunca será esquecido. Os reflexos desse feito ainda se fazem sentir até os dias de hoje pelas dificuldades encontradas na caminhada do povo negro brasileiro (...) (Rosa, 2022; p. 49-50).

A estrutura da gestão pública brasileira reflete também esse histórico de violência e racismo do país. Embora mais da metade da população brasileira seja composta por pessoas não brancas, a gestão pública continua majoritariamente

ocupada por homens brancos, sem que o debate racial seja central. Dados do IBGE (2023) indicam que 56,7% da população brasileira se identifica como parda, preta, indígena ou amarela, mas mais de 65% dos cargos de gestão são ocupados por pessoas brancas.

No campo da formação em graduação e pós-graduação no Brasil, os dados de acesso de forma desagregadas por raça evidenciam a disparidade alarmante nos níveis educacionais. Apenas 18% de jovens negros com idade entre 18 e 24 anos estavam cursando a universidade no ano de 2020 no Brasil. O número é o dobro para o público jovem branco, 36%. No entanto, a pós-graduação nacional indica ainda mais a desigualdade que recebera do período colonial. Segundo estudo realizado no ano de 2020 pela Liga da Ciência Preta Brasileira, 2,7% eram pretos, 12,7% pardos, 2% amarelos, menos de 0,5% indígena; em contrapartida, 82,7% eram brancos (Silva, 2020).

O Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa (GEMAA) traz ainda dados alarmantes sobre a docência na pós-graduação no Brasil. Ao analisar o banco de dados de pesquisadores vinculados à pós-graduação no país, 90,1% dos docentes eram brancos. Quanto aos sujeitos pretos, pardos ou indígenas, eles somam apenas 7,4%, sendo que amarelos são 2,5%. A questão de gênero se estende neste panorama intelectual da pós-graduação brasileira. Ao avançar na análise da representatividade de gênero e raça na pós-graduação brasileira, o grupo evidencia que da totalidade de docentes ligados aos programas de mestrado e doutorado no Brasil, 58% são homens e 42% são mulheres (Campos, Candido, 2023).

Embora a discussão seja de suma importância, poucas pesquisas focadas no desenvolvimento histórico da Administração Pública no Brasil abordam a questão racial. Ao realizar uma primeira busca de artigos científicos em torno dessa temática, essa temática no campo da administração foi identificada em poucas produções. E, salvo raras exceções, não foram identificadas discussões específicas acerca da adoção da epistemologia decolonial na pós-graduação em Administração Pública no Brasil.

Além disso, percebeu-se que a maioria das discussões referentes ao Campo de Públicas no Brasil está direcionada para compreender os cursos de graduação em Administração Pública, ou a um esforço para definir, distinguir e conceituar o campo

de públicas no país. A disciplina é historicamente recente e em expansão no Brasil, sendo que o documento de maior regulamentação e definição do campo de administração pública data do ano de 2010 (Coelho *et al.*, 2020).

A abordagem da epistemologia decolonial em si, também é recente. O desenvolvimento da teoria e sua nomenclatura remete ao início do século XXI e a identificação do uso desta epistemologia na academia brasileira inicia-se nos anos 2009 (Carniel *et al.*, 2021). Diante disso, a presente pesquisa pretende contribuir tanto com o processo de elaboração de conhecimentos sobre o campo da administração pública, quanto para difundir abordagens epistêmicas alternativas - e críticas de sua própria formação e identidade - como a “Epistemologia Decolonial” na ciência brasileira. Percebe-se, portanto, como relevante que o debate sobre o processo de formação da gestão pública nacional seja feito também a partir das discussões enfatizadas por esse pensamento contra-hegemônico - como a questão racial inerente ao processo de formação do país, entre outras.

Em um contexto em que mais da metade da população brasileira é não-branca; e no qual a gestão pública brasileira ainda é majoritariamente composta por homens brancos e o debate racial não se faz central; no qual a ciência da administração pública brasileira também é majoritariamente masculina e branca, pergunta-se: Que ciência da administração pública é produzida quando informada por olhares tão únicos? Qual é o ponto de partida da formação neste campo; ou seja, quais são os intelectuais e obras que “formam” os cientistas e profissionais deste campo?

Este trabalho analisa o perfil dos intelectuais e obras que influenciam a formação de cientistas, e também gestores e gestoras públicas no Brasil, sob a perspectiva da epistemologia decolonial. As questões centrais que essa perspectiva permite colocar em questão o paradigma eurocêntrico supostamente predominante na academia brasileira, no campo da administração pública. Pergunta-se, especificamente, sobre sua influência nos principais cursos de Mestrado e Doutorado em Administração Pública, acadêmicos e profissionais.

Conforme relatam autores como Pires *et al.* (2014) e Melo (1999), o Plano de Ensino no campo de Públicas reflete o perfil do corpo docente, tanto quanto permite identificar o enquadramento e o conteúdo ministrados em seus respectivos cursos. Assim, analisando quais são as autoras e autores mais recorrentemente utilizados no

campo da administração pública no país, bem como suas obras, podemos compreender parte do atual cenário brasileiro quanto ao processo de formação de gestores e gestoras públicas; ou seja, sua base intelectual.

Esta dissertação está organizada da seguinte forma. No capítulo 2, a seguir, discute-se o referencial teórico utilizado na pesquisa. Assim, apresenta-se as principais temáticas e questões trazidas pela teoria decolonial, e como tais questões reverberam quando se pensa em termos de formação intelectual. Em seguida, faz-se uma breve reconstrução histórica da Administração Pública no Brasil e seus paradigmas para, na sequência, dialogar com a literatura que discute o campo da administração pública brasileira tanto do ponto de vista de sua formação e base intelectual quanto, especificamente, sobre a incipiente influência da abordagem decolonial.

No capítulo 3, apresenta-se de forma detalhada a metodologia a partir da qual a pesquisa empírica foi construída. O capítulo 4, por sua vez, apresenta os resultados encontrados, buscando dialogar com a referência escolhida para o trabalho. No capítulo 5, apresentamos as conclusões.

## 2. INTRODUÇÃO À TEORIA DECOLONIAL: MERCADO MUNDO E O PROTAGONISMO DE ABYA YALA

### 2.1 A teoria decolonial: gênese e definição

O presente capítulo está organizado a partir de um esforço para conceituar de uma forma sintética a temática da decolonialidade e da teoria decolonial. Essa perspectiva parte da discussão do processo de colonialidade, que remete à criação das perspectivas de modernidade/colonialidade do século XVI e engloba, como cerne de suas preocupações, a colonização do poder e do saber (Quijano, 2005; Mignolo; Walsh, 2018).

A teoria ou abordagem decolonial, neste sentido, abarca a atribuição de sentido e significado histórico ao processo colonial que reverberou nas perspectivas existenciais humanas, reorganizando-as em sentido e valores, nos processos econômicos, políticos, nas relações sociais e na percepção da natureza (Quijano, 2005; Mignolo; Walsh, 2018; Ferdinand, 2019). Ao mesmo tempo, a teoria apresenta a possibilidade de transformação da realidade no âmbito global, repensando dinâmicas de poder contrárias à colonialidade. É neste sentido e neste processo que surgem grupos de investigação com projetos acadêmicos-políticos decoloniais (Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel, 2018).

Um desses esforços é o grupo de pesquisa e investigação “modernidade/colonialidade”, criado com o intuito de sistematizar e expor saberes produzidos por autores e autoras racializados e valorizar as perspectivas teóricas produzidas por populações e regiões anteriormente colonizadas (Quijano, 2005; Mignolo; Walsh, 2018; Ferdinand, 2019). Por este motivo, neste capítulo, discutimos a origem desta perspectiva; bem como alguns dos principais conceitos elaborados na teoria decolonial, tal como apresentados por integrantes daquele grupo: Aníbal Quijano, seu fundador; e Walter Mignolo, que em conjunto com Catherine Walsh, possui um conjunto de esforços para explicar e introduzir de forma sistemática a teoria decolonial para o público amplo, sobretudo na obra *On Decoloniality* (2018). Também trazemos, assim, apontamentos de Catherine Walsh, em seu diálogo com intelectuais brasileiros e que possui produções com foco na relação entre colonização do poder, dos conhecimentos e a construção de uma pedagogia decolonial.

É importante destacar que a decolonialidade pode ser entendida também como a coletânea de processos de luta seculares e resistência de povos e comunidades historicamente marginalizados (Ferdinand, 2019; Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel, 2018). Por este motivo, neste capítulo também são abordados, como referência para a presente investigação, obras de acadêmicos ativistas negros brasileiros, que desempenharam importante papel acadêmico-político na construção de saberes pautados em uma das questões trazidas como indispensáveis na teoria decolonial, qual seja, “a importância da raça como dimensão estruturante do sistema-mundo moderno/colonial” (Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel, 2018, p.11).

Compreende-se a teoria decolonial como um processo de elaboração de uma crítica aos reducionismos, barreiras e limitações próprios do eurocentrismo epistêmico, ao mesmo tempo que abarca e reconhece a importância de diferentes perspectivas epistemológicas (Quijano, 2005; Walsh, 2005; Walsh, 2012; Maldonado-Torres, 2005; Mignolo; Walsh, 2018). Neste contexto, ganha centralidade a análise da história das organizações econômicas e sociais atuais, e volta-se para a importância do continente americano no cenário mundial (Quijano, 2005; Walsh, 2005; Walsh, 2012; Maldonado-Torres, 2005; Mignolo; Walsh, 2018).

Walsh e Mignolo (2018) apresentam a teoria decolonial como um processo de análise crítica do colonialismo e das estruturas decorrentes da colonialidade. Ela pode ser compreendida como o próprio processo de compreensão do colonialismo e de suas reverberações nas hierarquias sociais, culturais e políticas. Além disso, aborda-se a necessidade de um processo de transformação social por meio de múltiplas perspectivas epistemológicas além da hegemônica; da valorização das práticas de resistência e construção de conhecimentos que promovem a autonomia dos povos anteriormente colonizados e marginalizados.

Assim, a teoria decolonial tem suas raízes fincadas nas lutas e resistências dos povos colonizados ao redor do globo, especialmente nas Américas, África e Ásia (Mignolo; Walsh, 2018). Ela se propõe a desvelar a matriz do poder colonial em seus variados contextos e formas, oferecendo uma análise multifacetada que, mesmo quando realizada por autores não necessariamente alinhados com o movimento decolonial, converge para o seguinte objetivo central: as lutas políticas e epistêmicas

contra a colonialidade, buscando novas formas existenciais e produções de conhecimento (Mignolo; Walsh, 2018).

A genealogia da epistemologia decolonial é datada como processo marcado no século XXI (Walsh *et al.*, 2018, p.3). Esta “virada epistemológica” (Walsh *et al.*, 2018, p.3) é recente e seu processo de influência acadêmica, produzindo uma forma distinta de pensar a modernidade e de produzir conhecimentos (Mignolo, 2017). Nessa genealogia destacam-se figuras que contribuíram significativamente para a construção deste pensamento crítico e emancipatório. Autores como Frantz Fanon possuem destaque nas diferentes obras consultadas, aparecendo sempre como precursor da teoria decolonial (Ballestrin, 2017; Mignolo; Walsh, 2018; Dias, 2020; Grosfoguel, 2008).

Frantz Fanon, pensador anticolonial, contribuiu com o processo de compreensão do colonialismo e os processos de luta pela libertação e descolonização (Mignolo; Walsh, 2018) em suas obras, dentre as quais podem ser destacadas *Pele Negra, Máscaras Brancas (1952)* e *Os Condenados da Terra (1961)*. Fanon analisou as consequências subjetivas e sociais da colonização, explorando as formas como a opressão colonial impacta a identidade e a subjetividade dos povos colonizados. O autor teve influência significativa sobre os movimentos de libertação e as teorias críticas pós-coloniais, ao dar ênfases à necessidade de resistência e emancipação dos povos colonizados (Mignolo; Walsh, 2018).

Mignolo e Walsh (2018) também apontam Manuel Zapata Olivella como um dos pilares desse movimento. O pensador colombiano, a partir de sua própria experiência de colonialidade, contribuiu para a compreensão das estruturas de poder e dominação colonial (Mignolo; Walsh, 2018). Zapata Olivella deu ênfase à importância do desafio e transformação das estruturas opressivas; sua reflexão sobre a colonialidade e a resistência dos povos colonizados também teve impacto na construção do pensamento crítico e emancipatório que busca promover a justiça social e a igualdade.

Luciana Ballestrin (2017) também indica as contribuições do intelectual de origem palestina, Edward Said, na década de 1970, que denuncia em suas obras o Oriente como uma “produção” do Ocidente e as reverberações do processo de dominação do “outro”. Said marca o então período “pós-colonialismo canônico” ou

“pós-estrutural” com sua obra *Orientalismo* (Ballestrin, 2017). Conforme a autora, junto a outros autores da época, “contribuíram para uma transformação lenta e não intencionada na própria base epistemológica das ciências sociais” (Ballestrin, 2017, p. 92).

Também pode ser indicado o grupo de pesquisa “Estudos Subalternos”, liderado por Ranajit Guha, que emergiu do sul asiático. O objetivo central do grupo de estudo era “analisar criticamente não só a historiografia colonial da Índia feita por ocidentais europeus, mas também a historiografia eurocêntrica nacionalista indiana” (Grosfoguel, 2008, p.116).

A década de 1980 foi marcada pela evidência do multiculturalismo e pela discussão da pauta das “identidades” que “foram trabalhadas de forma mais ou menos críticas, considerando a intensificação das fraturas subalternizadas de classe, gênero e raça ou a valorização da diáspora e do hibridismo criativos resultados do encontro colonial” (Ballestrin, 2017, p. 510). Além de Said, outros autores e autoras podem ser indicados(as) como influenciadores do período, como Gayatri Spivak, Paul Gilroy, Stuart Hall e Homi Bhabha (Ballestrin, 2017, p. 510).

Neste sentido, o termo “pós-colonial” pode ser compreendido como “um conjunto de contribuições teóricas oriundas principalmente dos estudos literários e culturais, que a partir dos anos 1980, ganharam evidência em algumas universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra”. O grande cerne da discussão acerca da distinção teórica dos estudos pós-coloniais estaria na crítica ao eurocentrismo e no debate sobre a colonialidade do saber do pensamento europeu hegemônico (Grosfoguel, 2008).

Na América Latina, o grupo *Modernidade/Colonialidade*, abordado anteriormente, foi criado também nesta década, buscando recuperar as contribuições latino-americanas dos pós e anticolonialismo, ao mesmo tempo que se afastar do pensamento hegemônico eurocêntrico. Assim, toma como base perspectivas pré-existentes, como a filosofia da libertação, a teoria da dependência, a teoria do sistema-mundo, entre outros Restrepo e Rojas (2010 *apud* Ballestrin, 2017, p. 510).

Em suma, a compreensão da genealogia do movimento decolonial é um processo complexo, conforme indicado, que abarca o próprio início da colonização às manifestações pela sobrevivência e resistência atuais. Este processo inclui os

movimentos sociais e políticos realizados em diferentes partes do globo, que de maneira nenhuma podem ser dispensados como inerentes ao movimento e à elaboração da epistemologia decolonial (Bernardino-Costa, Maldonado-Torres E Grosfoguel, 2018). No entanto, a escolha de intelectuais, ativistas e acadêmicas, também são cruciais para trazer materialidade e sistemática a estes pensamentos e processos de resistência desenvolvidos em mais de 500 anos de sofrimento (Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel, 2018 Ballestrin, 2017; Mignolo, Walsh, 2018; Grosfoguel, 2008).

Assim, outros autores apontados por Mignolo e Walsh (2018) podem ser mencionados como contribuintes à ampliação do debate contra o colonialismo. Dentre eles estão: Fernando Coronil, que destacou as inovações e rupturas do "devenir histórico" lideradas pelos movimentos sociais de povos historicamente excluídos, subalternizados e racializados. Arturo Escobar, por meio de sua defesa da importância de do reconhecimento da força epistêmica das histórias locais e de pensar a teoria a partir da prática política de grupos subalternos. Adolfo Albán é mencionado por sua abordagem da "reexistência" como mecanismo de questionamento e visibilização das práticas de racialização, exclusão e marginalização. Por fim, Leanne Betasamosake Simpson, que contribuiu por meio do seu trabalho em torno da ressurgência e da construção de novos conhecimentos a partir de experiências próprias vivenciadas.

Walsh, Candau e Oliveira (2018) reiteram que a perspectiva da colonialidade é um processo construtivo da elaboração da modernidade pelos europeus. Assim, buscam fortalecer a construção de um uma epistemologia crítica do pensamento geopolítico moderno ocidental. Essa busca por uma epistemologia não mais centrada no conhecimento eurocêntrico, mas sim valorizando e incorporando saberes e experiências próprias dos povos colonizados, marca uma ruptura significativa com os paradigmas estabelecidos, pavimentando o caminho para uma verdadeira descolonização do pensamento e da prática (Ballestrin, 2013).

De maneira concisa, é possível identificar algumas questões centrais da teoria decolonial elaboradas por Quijano (2005), Mignolo e Walsh (2018). Os autores e a autora indicam a questão da "raça" como dimensão central à perspectiva de modernidade/colonialidade, ou seja, aos processos de colonização pelos europeus e a disseminação de sua perspectiva colonizadora sobre o mundo. Outra questão comum são as hierarquias regionais, culturais e dos saberes estabelecidos

decorrentes dos processos de colonização. Nelas, a construção social humana foi construída a partir de uma percepção da realidade limitada e difundida mundialmente pelos colonizadores europeus, tomada como superior; e, com isso, foram inferiorizadas as demais realidades e construções humanas que não advém do colonizador.

Outros conceitos apresentados por Walsh e Mignolo (2018) são fundamentais para compreensão da teoria decolonial, tais como colonialismo e colonialidade. O colonialismo é inerente ao processo histórico de colonização, invasão e exploração de territórios colonizados, exploração de recursos naturais e população nativa desses territórios, bem como os demais processos de controle econômico, social e político inerentes a este período. A colonialidade refere-se às reverberações de controle do poder e dominação do período colonial em questão, do colonialismo. Então, “colonialidade do poder” pode ser entendida como um sistema vigente de opressão fundamentado na perspectiva de raça e envolve o sistema econômico pautado na exploração da natureza e do trabalho. Ela opera em várias esferas da vida, exercendo controle sobre a humanidade, subjetividade, gênero, espiritualidade, produção de conhecimento, economia e natureza.

Tendo em vista o propósito epistemológico, é proposta uma abordagem que valoriza as perspectivas oriundas do Sul global, desafiando a centralidade do conhecimento produzido no Norte Global (Walsh, Mignolo, 2018). São estabelecidos pressupostos críticos às hierarquias de conhecimento estabelecidas pelo colonialismo e dada ênfase à importância de reconhecer e valorizar os conhecimentos e as experiências das culturas e povos colonizados, desafiando a hegemonia do conhecimento ocidental.

A partir dessa abordagem, o Sul e o Norte Global são atribuídos de sentido político e não restringidos às regiões geográficas (Walsh, Mignolo, 2018). O “Sul Global” é evidenciado por meio de uma posição de subalternidade, marginalização e exploração que lhe é atribuído em virtude do processo de colonialidade. Representa as áreas do mundo que foram historicamente colonizadas, exploradas e subjugadas pelo colonialismo e imperialismo. E em virtude das experiências do colonialismo e da colonialidade, suas realidades sociais, políticas, econômicas e culturais foram moldadas pela exploração e opressão. Essas experiências deixaram um legado de desigualdade, injustiça e violência que continua impactando a vida nessas regiões.

No entanto, o Sul Global também pode ser identificado como espaço de resistência, criatividade e potencial transformador (Walsh, Mignolo, 2018). As comunidades do Sul Global têm lutado contra a colonialidade e a opressão, buscando justiça, emancipação e autodeterminação em meio a desafios estruturais e históricos. Isso torna-o uma região de diversidade de perspectivas, saberes e experiências que desafiam a hegemonia do conhecimento ocidental e eurocêntrico

Por outro lado, o "Norte Global" refere-se à posição de privilégios, poder e centralidade inerentes ao sistema social e econômico vigentes (Walsh, Mignolo, 2018). Representa as áreas do mundo que historicamente colonizaram, exploraram e dominaram outras regiões. É associado ao conhecimento hegemônico ocidental; às imposições de padrões culturais e epistemológicos hegemônicos; e à manutenção das estruturas de poder colonial. Essas áreas são frequentemente vistas como perpetuadoras da colonialidade e da exploração global.

Com base no exposto, é pertinente destacar os conceitos de "Decolonialidade" e "Decolonial", também trazidos por Walsh e Mignolo (2018). A primeira refere-se à resistência em resposta ao colonialismo e à colonialidade. Torna-se uma prática de luta e sobrevivência, que pode ser manifestada numa resposta epistêmica e baseada na existência contra a matriz colonial de poder que se expressa em diversas dimensões. Refere-se ao movimento de busca para desfazer as estruturas hierárquicas de raça, gênero, heteropatriarcado e classe que continuam a controlar a vida, o conhecimento, a espiritualidade e o pensamento. Além disso, a decolonialidade indica a realidade presente dentro das fissuras (Walsh; Mignolo, 2018) e fraturas da modernidade (Ferdinand, 2019) e da colonialidade para afirmar aquilo que a colonialidade tentou negar.

No que tange ao termo "decolonial", é apresentado por Walsh e Mignolo (2018) como o posicionamento crítico e uma abordagem teórica que busca descolonizar o pensamento, reverberando nas relações de poder e estruturas sociais estabelecidas pela colonialidade. Trata-se de uma perspectiva que visa dar voz e valorizar as experiências e conhecimentos das pessoas que foram historicamente excluídas e colocadas em posições de subalternidade dentro das estruturas de poder coloniais. É indicado pelo autor e pela autora como parte do projeto e prática da decolonialidade. Refere-se à uma postura que busca fomentar a produção de

conhecimento e valorizar as perspectivas dos povos historicamente marginalizados e subalternizados.

Destarte, o autor e a autora diferenciam o conceito de “descolonização” e “descolonização pluriversal”. O primeiro é tradicionalmente como o processo de libertação de um território ou povo colonizado, envolvendo a independência política e a ruptura com o domínio colonial (Walsh; Mignolo, 2018). Já a “descolonização pluriversal” é uma abordagem que propõe uma transformação mais profunda e abrangente que envolve a descolonização não apenas dos territórios físicos e políticos, mas também das estruturas mentais, epistêmicas e culturais que sustentam a colonialidade do poder.

O conceito de descolonização pluriversal remete ao processo de reconhecimento da diversidade de experiências, saberes e formas de conhecimento existentes no mundo, valorizando as múltiplas perspectivas e cosmovisões que contribuem com o processo de construção de mundo mais justo e igualitário (Walsh; Mignolo, 2018). Ela busca promover a coexistência e o diálogo entre diferentes formas de ser, pensar e existir, rompendo com as hierarquias e exclusões impostas pela colonialidade do poder.

### **2.1.1 Abya Yala como centro do Capitalismo Racial**

“*Abya Yala*” também é um conceito fundamental na luta pela descolonização pluriversal (Walsh; Mignolo, 2018, p. 24). O termo foi elaborado pelos povos Kuna-Tule, locais das regiões hoje conhecidas como Panamá e Colômbia, e refere-se às “Américas”, como hoje intituladas, antes da invasão colonial. *Abya Yala* carrega consigo significados profundos, como “terra em plena maturidade” ou “terra de sangue vital” (Walsh; Mignolo, 2018, p. 24):

*The context that orients and grounds this part I is Abya Yala. Abya Yala is the name that the Kuna-Tule people (of the lands now known as Panama and Colombia) gave to the “Americas” before the colonial invasion. It signifies “land in full maturity” or “land of vital blood.” Its present-day use began to take form in 1992 when Indigenous peoples from throughout the continent came together to counter the “Discovery” celebrations, “to reflect upon 500 years of the European invasion and to formulate alternatives for a better life, in harmony with Nature and Human Dignity” (Walsh, Mignolo, 2018, p. 24).*

*Abya Yala* representa uma proposta decolonial não apenas para os povos nativos americanos Kuna-Tule, mas para todo o continente americano e para o mundo. Trata-se de um processo de oposição ao conceito de "América" imposto pelos colonizadores de forma violenta e repressiva (Walsh; Mignolo, 2018). E de um processo de retomada de identidade, relação e civilização contrária às ocidentais impostas ao povo que já possuía suas formas próprias de vida em *Abya Yala*.

O conceito simboliza resistência, a insurreição ao longo de mais de 500 anos, além de representar mudanças, movimentos e manifestações atuais que dão possibilidade, sustentação, credibilidade e concretude a uma outra forma de ser e existir, em um contexto decolonial (Walsh, Mignolo, 2018). O conceito começou a ser consolidado na contemporaneidade em 1992, quando, por meio da reunião dos "povos nativos" (Ferdinand, 2019) do continente americano, foram contestadas as celebrações do "Descobrimento", refletindo e sobre os 500 anos da invasão europeia e formulando alternativas de resistência pautadas na cultura nativa de relacionamento entre seres humanos e natureza.

Nesse processo de resistência dos povos nativos, foi também exposta uma declaração realizada pelas organizações representativas. A Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador, a Organização Nacional Indígena da Colômbia e o Centro de Informação Indígena do Sul e Meso-Americano afirmam: "Com a invasão europeia e o subsequente processo de colonização, os nossos povos tornaram-se isolados e isolados uns dos outros, quebrando um nível de desenvolvimento que havíamos alcançado (...)" (CONAIE; ONIC; SAIL, 1989).

Para entender o mecanismo de dominação neocolonial, alguns conceitos são cruciais. O conceito de "colonialidade global" busca evidenciar a persistência das lógicas coloniais no mundo contemporâneo, influenciando as relações de poder, conhecimento e identidade em escala global. O conceito de "democracia de mercado" enfatiza a interseção entre a democracia política e o sistema econômico de mercado, destacando a influência do capitalismo nas estruturas de poder e nas relações sociais (Walsh; Mignolo, 2018).

A democracia de mercado é parte integrante do projeto modernidade/colonialidade, que promove a expansão do capitalismo global e a imposição de modelos econômicos e políticos ocidentais em todo o mundo (Walsh;

Mignolo, 2018). A abordagem decolonial busca então desafiar a lógica da democracia de mercado e promover formas alternativas de organização social, econômica e política que valorizem a diversidade cultural e epistêmica

Os conceitos de “progresso” e “desenvolvimento”, dentro do contexto do projeto modernidade/colonialidade, são considerados como fundamentais para a promoção da ideia de progresso linear e de desenvolvimento unidirecional, e parte de um discurso de civilização eurocêntrica (Walsh; Mignolo, 2018). Walsh e Mignolo (2018) problematizam a noção de progresso ao destacar que, embora seja frequentemente associado a avanços tecnológicos e econômicos, o progresso também está intrinsecamente ligado a processos de colonização, exploração e dominação.

Assim, a noção de “progresso” é sempre associada ao avanço e desenvolvimento contínuo da sociedade, muitas vezes vinculada à modernização e à busca por melhores condições de vida. A “civilização”, por sua vez, é um conceito inerente ao estágio avançado de desenvolvimento cultural, social e político de uma sociedade, frequentemente utilizado para justificar a dominação e a expansão colonial.

Neste sentido é construída uma crítica à ideia de progresso como algo universal e objetivo, argumentando que essa concepção ignora as diferentes formas de conhecimento e de vida que existem fora do paradigma ocidental. Da mesma forma, o conceito de “desenvolvimento” é denunciado como um conceito restrito, frequentemente utilizado para descrever o processo de modernização e ocidentalização de sociedades consideradas “atrasadas” ou “subdesenvolvidas”. Por isso, os autores defendem a “desocidentalização”, processo de rejeição das influências e valores ocidentais pelos países que são globalmente intitulados como em desenvolvimento, num processo de busca para promoção da autonomia e a diversidade cultural, política e econômica<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Por isso, importa refletir criticamente sobre o conceito de “Estados em desenvolvimento”, que se refere aos países que em estágios de transição econômica, social e política, que enfrentam desafios com baixos Índices de Desenvolvimento Humano, desigualdades sociais e econômicas, infraestrutura limitada, dependência de recursos naturais, instabilidade política, desafios de governança e acesso limitado a tecnologia e inovação. Estes “estados em desenvolvimento” devem ser refletidos especificamente no contexto do Sul global, englobando não apenas questões econômicas, mas também políticas, sociais e culturais. Argumenta-se que a luta por autonomia e desenvolvimento

Ao abordar o contexto de formação desse regime de dominação, ou “sistema-mundo”, Quijano (2005) formula conceitos que são cruciais para compreensão da epistemologia decolonial e as relações mundiais econômicas. Quijano (2005) argumenta que o eurocentrismo está relacionado com o processo histórico iniciado na formação da *Abya Yala* (Walsh; Mignolo, 2018) após sua invasão e criação do sistema econômico capitalista. Esse processo culminou num novo padrão de poder mundial, cujas bases estão fundamentadas numa classificação social dos seres humanos “de acordo com a ideia de raça” (Quijano, 2005, p.107).

As heranças da base fundamental do processo de dominação ocorrido no período colonial permeiam tais dimensões do padrão de poder mundial eurocêntrico. Neste sentido, o eurocentrismo e seu processo de constituição estão associados com o padrão próprio de organização econômica europeia, com a difusão da organização econômica originada com a criação da burguesia (Quijano, 2005), tornando-se o continente americano o palco para materialização das necessidades e padrões civilizatórios europeus.

Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa (Quijano, 2005, p. 117).

A questão aqui expressa é a dominação e atribuição de racionalidade às perspectivas e formas de organização da vida oriundas do ocidente europeu. Neste cenário, todas as outras perspectivas distintas, são subalternizadas e colonizadas, inclusive a maneira de contar os fatos ocorridos em determinados períodos da história mundial (Quijano, 2005; Lander; 2005).

O conceito de raça, então, emerge como referência às diferenças existentes nas estruturas biológicas entre colonizador e colonizado (Quijano, 2005; Ferdinand, 2021). Neste processo, as origens étnicas tornam-se eixos para a atribuição de uma

---

sustentável desses Estados está intrinsecamente ligada à história de colonialidade e às relações de poder globais que moldaram essas realidades (Walsh; Mignolo, 2018).

hierarquia social, sendo o colonizador o característico soberano e as demais “raças” intituladas por ele, subalternizadas (Quijano, 2005; Ferdinand, 2021).

A construção de identidades raciais, ao fundamentarem as relações sociais produzidas na América, fizeram emergir novas identidades humanas, a intitulação de índios, negros (as), mestiços; tornando-se nomeclaturas atribuídas de hierarquia social (Quijano, 2005).

E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população (Quijano, 2005, 107).

Lander (2005) explicita o processo construtivo das hierarquias sociais, defendendo que as relações modernas não podem ser vistas pela perspectiva hegemônica eurocêntrica e colonial, em que, as relações sociais hierárquicas são concebidas como racionais e naturais. Os próprios termos que atribuíam identidades étnicas aos colonos, espanhóis, portugueses, europeu, tornaram-se terminologias raciais (Quijano, 2005).

Ferdinand (2021) reitera que esse processo de hierarquização essencialmente discriminatório, em sua origem, utilizou de argumentação não científica para considerar inferiores diversos segmentos de pessoas na terra, com características distintas das pessoas brancas europeias. O próprio conceito de “pessoas brancas” é resultado desse processo de construção sociopolítica, cuja hierarquização está no topo e acima de todos os demais (Ferdinand, 2021). Neste cenário, a própria história da colonização é contada pelo colonizador, cujo poder científico perpassa por questões raciais e de gênero (Ferdinand, 2019). Trata-se da ausência de fala atribuída aos não brancos, incluindo-se neste cenário as mulheres. Incorre-se na ausência das perspectivas de pessoas não brancas e que não sejam do sexo masculino, de suas próprias histórias, inclusive no que é atualmente reconhecida como a história do mundo (Ferdinand, 2019).

É a partir dos movimentos de resistência dos “ameríndios” (Ferdinand, 2019, p. 27) e dos demais escravizados no século XV, incluindo residentes de *Abya Yala* (Walsh; Mignolo, 2018), continentes hoje conhecidos como Africano, Ásia, Oceania,

que são denunciadas as fraturas coloniais. A epistemologia e a pedagogia decoloniais partem de tais processos de resistências, ou fraturas, não apenas para denunciar o caráter restritivo do pensamento e da epistemologia ocidental eurocêntrica; mas também e principalmente para propor alternativas mais inclusivas e democráticas.

Nesse marco histórico em questão, o processo de construção das terras atualmente conhecidas como “Américas” é constituído sob diversas formas de controle e exploração do trabalho humano (Quijano, 2005). E a relação que prevalece ao longo da história do mercado mundial, nos processos de controle da produção à distribuição de produtos, são definidas por meio do capital (Quijano, 2005).

Outros processos de controle do trabalho surgiram e coexistiram concomitantemente ao longo dessa trajetória histórica. As formas de controle pautadas da escravidão, servidão e pequenas produções mercantis, manifestaram-se ao longo da história como novas formas de organizações sociais societárias para produção de mercadorias no mercado mundial, cujas alterações históricas ocorriam dependentes dos processos históricos de construção dos padrões de poder (Quijano, 2005).

Discute-se aqui um processo de “sistemática divisão racial do trabalho” (Quijano, 2005, p.8) por meio da escravização dos nativos americanos pelos europeus e africanos trazidos para o continente. Neste, elaboram-se métodos, práticas e estratégias para controlar e explorar determinados grupos ou aspectos da sociedade. A tecnologia de dominação e exploração, apresentada por Quijano (2005), é materializada por este processo de articulação entre raça e trabalho, tornando-se naturalizada e associada de forma a servir aos interesses da colonialidade do poder.

Segundo Quijano, o capitalismo não possui um processo histórico numa única região do mundo de forma linear. A criação de um regime econômico-social baseado na mercantilização da força de trabalho provavelmente teve suas origens nas penínsulas ibérica e/ou itálica e no mundo islâmico por volta dos séculos XI-XII . No entanto, antes da emergência da América, o capital não estava estruturalmente articulado com outras formas de organização e controle do trabalho. A América tornou-se o ponto central em torno do qual todas as formas de controle do trabalho foram articuladas para os fins do mercado mundial (Quijano, 2005).

Neste cenário, a emergência da América foi crucial para a constituição do capitalismo como sistema de relações de produção (Quijano, 2005). O controle do trabalho, articulado com outras formas de organização, torna-se predominante, entendido como o sistema de relações de produção constituído pela engrenagem heterogênea de todas as formas de controle do trabalho, tendo o capital como eixo central.

A economia mundial e seu mercado foram moldados por essa relação fundamental entre capital e formas diversas de controle do trabalho (Quijano, 2005). Neste sentido, pode-se conceituar o capitalismo a partir da epistemologia decolonial como a relação social que se baseia na mercantilização da força de trabalho. Não podendo ser tratado apenas como um fenômeno econômico, mas como um elemento central que se articula com várias formas de controle do trabalho, incluindo escravidão, servidão e produção mercantil independente. Essas formas diferentes não são consideradas incompatíveis com o capitalismo, mas, ao contrário, organizadas para atender aos propósitos e necessidades do sistema capitalista, pois envolvem a organização e controle das formas de trabalho em uma escala global.

O capitalismo é caracterizado como um sistema de relações de produção que não é apenas uma forma de organização econômica, mas um sistema social global. O capitalismo como sistema se configura por todas essas formas históricas de controle do trabalho. Nele, o capital desempenha o papel central. E a emergência da América é destacada como um ponto crucial na história em que o capitalismo como sistema se consolidou e obteve predominância mundial.

O “eurocentramento do capital mundial” refere-se à concentração de poder, influência e controle da Europa, especialmente nas etapas iniciais do desenvolvimento do capitalismo mundial. A Europa neste processo, é o epicentro do controle do trabalho assalariado, do capital comercial, e, conseqüentemente, do novo sistema de poder mundial. Mas o processo de controle do mercado mundial, a monetarização e a centralidade europeia não existiriam sem o continente americano. As vantagens que os europeus obtiveram na América, por meio do controle de recursos valiosos, como ouro, prata, produção de mercadorias por meio do trabalho escravo, contribuíram significativamente para a competição no mercado mundial (Quijano, 2005). E é neste processo que a presença abundante de metais preciosos da América permite a

expansão do uso de moeda no mercado mundial. A introdução desses metais contribuiu para a monetarização crescente do comércio global.

O controle do tráfico comercial mundial pelos europeus nas regiões do Atlântico resultou na urbanização e expansão do comércio nesses locais. Esse controle impulsionou a formação de um mercado regional cada vez mais integrado e monetarizado, graças aos metais preciosos provenientes da América (Quijano, 2005).

E é por meio desse processo histórico, que a Europa se tornou a sede central do controle do mercado mundial, deslocando a hegemonia da costa do Mediterrâneo e da costa ibérica para as do Atlântico Norte-Occidental (Quijano, 2005). Nele, ocorre a “formação da identidade geocultural”, a Europa Occidental como uma nova identidade geocultural mundialmente central (Quijano, 2005).

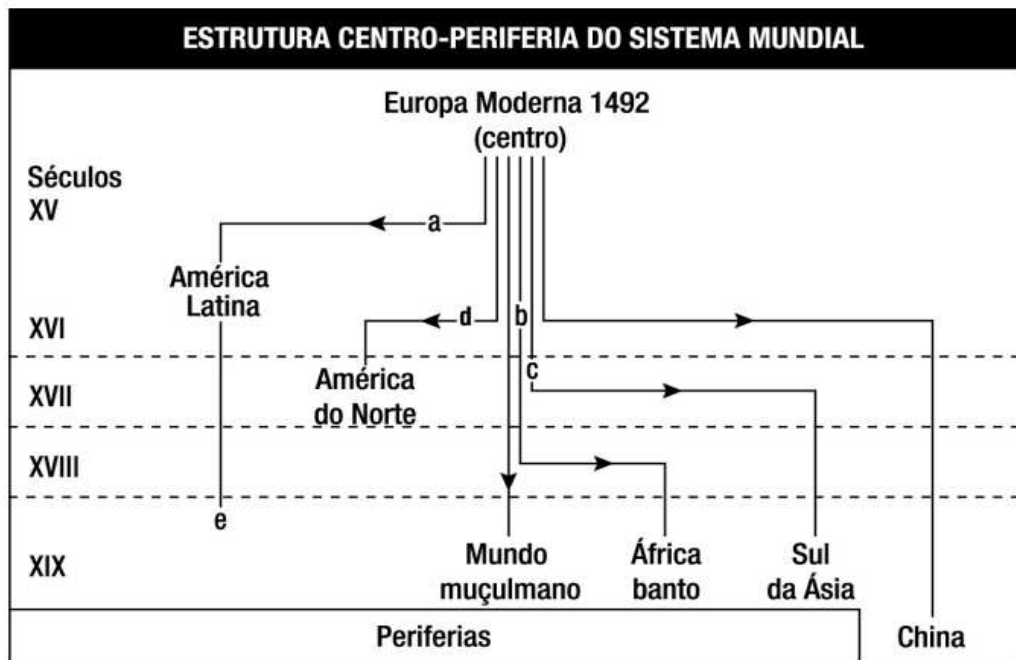
Concomitante a isso ocorre a “colonialidade do controle do trabalho” (Quijano, 2005). A articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho é instituída ao redor da relação capital-trabalho assalariado com mecanismos coloniais (Quijano, 2005). Essa colonialidade baseou-se na atribuição do trabalho não remunerado às raças colonizadas e do trabalho assalariado à raça colonizadora, os brancos, associação entre a classificação racial da população e as formas de controle não remunerado do trabalho.

De acordo com o autor, “o capitalismo mundial foi, desde o início, colonial/moderno e eurocêntrico” (Quijano, 2005, p.110). Raúl Prebisch (1959), corrobora com essas perspectivas ao apresentar uma análise estruturalista econômica, elaborando o conceito de “Centro-Periferia” para descrever a configuração mundial do capitalismo<sup>2</sup>. Dussel (2005) também reflete sobre o processo estrutural de centro-periferia. Esse processo de dominação da história pela Europa, constituindo-se como a “Europa Moderna”, é datado no século XV, impondo a concepção de o “centro” da História Mundial. A partir dessa premissa, todas as outras perspectivas culturais do mundo são atribuídas a perspectivas de “periferia” (Dussel, 2005, p.27).

---

<sup>2</sup> Conforme a teoria elaborada por Prebisch (1959), a Europa Occidental, torna-se o centro de dominação do mundo capitalista. Indicando a formação de um novo padrão mundial de poder, constituído a partir da América, apontando como núcleo principal os processos de controle do trabalho, dos recursos e dos produtos.

Figura 1 - Estrutura do Sistema Mundial



Esclarecimentos: seta a: a primeira periferia; b: o escravismo em suas costas ocidentais; c: algumas colônias (como Goa, etc.), mas sem ocupação continental; d: emancipação dos Estados Unidos; e: emancipação hispano-americana:

Figura 1. Esquema 4 - Estrutura centro-periféria do sistema mundial (Dussel, 2005, p.28)

A emergência de um “Novo Padrão de Poder Mundial” (Quijano, 2005) constitui-se como o processo de reconfiguração do poder mundial, em que a Europa não apenas controla o mercado global, mas também impõe seu domínio colonial sobre todas as regiões e populações, incorporando-as a um sistema-mundo específico com um padrão de poder particular.

Esse domínio possibilita o processo de manipulação da perspectiva histórica pelos europeus, estabelecendo uma narrativa que posiciona os povos colonizados no passado de uma trajetória histórica cujo ápice é a Europa, é conceituada por Quijano (2005) como “perspectiva temporal da história”. Ela também justifica a visão de inferioridade racial e cultural das populações colonizadas.

O conceito de “modernidade” refere-se então ao marco histórico elaborado e difundido pelos “europeus ocidentais”, em que, sob uma perspectiva não científica, auto-atribuíram um estado de natureza de superioridade humana aos europeus como “os mais avançados da espécie” (Quijano, 2005, p. 111). Neste cenário, os europeus consideraram-se como “modernos” e como o “novo”, cuja própria história fosse a mais importante e única da humanidade (Quijano, 2005, p. 111).

Mas já que ao mesmo tempo atribuíam ao restante da espécie o pertencimento a uma categoria, por natureza, inferior e por isso anterior, isto é, o passado no processo da espécie, os europeus imaginaram também serem não apenas os portadores exclusivos de tal modernidade, mas igualmente seus exclusivos criadores e protagonistas. O notável disso não é que os europeus se imaginaram e pensaram a si mesmos e ao restante da espécie desse modo - isso não é um privilégio dos europeus - mas o fato de que foram capazes de difundir e de estabelecer essa perspectiva histórica como hegemônica dentro do novo universo intersubjetivo do padrão mundial do poder (Quijano, 2005, p. 111-112).

Mignolo explica que esta modernidade possui uma pauta oculta, um “lado mais escuro” (Mignolo, 2017: p.1-2). Neste sentido “(...) a ‘modernidade’ é uma narrativa complexa, cujo ponto de origem foi a Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a ‘colonialidade’ (Mignolo, 2017, p.2).

A “re-identificação histórica” insere-se nesse processo por meio do qual as populações colonizadas foram submetidas a uma redefinição de suas identidades históricas (Quijano, 2005). É neste processo que são atribuídas nomenclaturas que atualmente são reconhecidas na organização societária mundial, novas categorias geoculturais, como África, Ásia e Oceania, após a América e a Europa (Quijano, 2005).

Como visto, a abordagem decolonial, em sua denúncia à colonialidade do poder, denuncia ao mesmo tempo a “colonialidade do conhecimento” (Quijano, 2005), ou seja, ao processo de controle e dominação do Norte global sobre a produção do conhecimento. Isso inclui não apenas a apropriação seletiva da cultura das populações colonizadas, mas a repressão de suas formas de produção de conhecimento e a imposição do conhecimento dos colonizadores. É importante reforçar, ainda, que tal processo não se extingue com a independência das antigas colônias (ocorrido nas Américas nos séculos XVIII e XIX), mas se mantém e reproduz em novas formas neo-coloniais, inclusive reproduzidas na academia e instituições de produção do saber científico.

Nesse contexto, o mito eurocêntrico da modernidade ainda se faz dominante, e reproduz, na academia, a dualidade “Europa e não-Europa”. A ciência produzida na Europa (e no Norte global) continua sendo medida e padrão para valorar as demais

formas de produção científicas; a prática e os métodos europeus são os considerados modernos e racionais.

A seguir, busca-se explorar justamente como tais padrões científicos do Norte-global formaram e continuam a influenciar a academia brasileira, especificamente no chamado campo de públicas.

## **2.2 Breve reconstrução histórica dos paradigmas de Administração Pública no Brasil**

A trajetória acadêmica e de regulamentação do campo da Administração Pública no Brasil é recente, sendo definitivamente regulamentada apenas a partir do ano de 2010 (Coelho *et al.*, 2020). Com o objetivo de regulamentar e definir o campo de públicas, foi realizada Audiência Pública para estabelecimento das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Administração Pública em 5 de abril de 2010. Nessa audiência, Bresser-Pereira realiza a seguinte intervenção:

Para formar um administrador público não basta ensinar-lhe estratégias e métodos de gestão e controle, métodos quantitativos de administração e tomada de decisão (...). Além desses conhecimentos gerais (...) o administrador público precisa ter uma compreensão ampla da instituição normativa e organizacional que realiza essa coordenação, ou seja, do estado; das teorias que buscam explicá-lo e relacioná-lo com a sociedade; da democracia que é a forma por excelência que assume o estado moderno e desenvolvido; do direito, não apenas o administrativo, mas principalmente o constitucional, que se consubstancia na lei; e do papel fundamental que o aparelho do estado desempenha em todo esse processo político (Bresser-Pereira, s.d., p. 2-3).

O cerne da discussão do processo de formação de gestoras e gestores públicos, conforme a discussão na referida audiência, deve valer-se dos princípios e documentos fundamentais que instituíram a categoria “administração pública” no Brasil. A premissa aqui adotada, por meio da conceituação do papel da gestora e do gestor público, é de que seu papel gira em torno da necessidade de um(a) profissional comprometido (a) com a expansão da democracia, que se materializa por meio do processo relacional entre Estado e sociedade, estabelecido pelos princípios legais constitucionais. O interesse fundamental em questão é o comprometimento da gestão pública com o interesse público.

Enquanto a Administração Pública refere-se especificamente à área de estudo e prática voltada à gestão de organizações públicas e políticas governamentais, distinta da Administração de Empresas (Coelho et. al., 2020); o “campo de Públicas” é conceituado como o conjunto de cursos e profissionais que atuam na formação e pesquisa em Administração Pública, Gestão Pública e Políticas Públicas, com foco na gestão do setor público e no interesse coletivo (Coelho; et. al., 2020). É composto por uma diversidade de saberes, cujo objetivo não é a formação de meros administradores e que não deve ser confundido como o campo de administradores empresariais (Coelho et. al., 2020). Assim, o processo de formação dos(as) gestores(as) públicos(as) envolve, entre outras, disciplinas que abordem a relação entre Estado e sociedade, analisando como as instituições públicas promovem (ou limitam) a participação cidadã e a equidade social. Com isso, um dos focos dessa formação é a forma como a gestão pública pode ser desenhada para reforçar valores democráticos, garantir transparência e fomentar a inclusão social.

A partir dessa compreensão cabe abordar a importância do processo de instituição do campo de políticas públicas e a perspectiva da formação de seus gestores e suas gestoras públicas no país (Coelho et. al., 2020). A Instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de Administração Pública no ano de 2014 marcou o avanço do campo (Coelho et. al., 2020). Neste cenário, o período de 2015 a 2020 pode ser destacado como período de consolidação do campo e contou com diversas iniciativas, tais como: criação de entidades representativas, incluindo a Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (Anepcp); implementação das DCNs em diversos cursos de graduação, como Administração Pública, Gestão de Políticas Públicas e Políticas Públicas; realização de eventos científicos específicos, como o Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (Enepcp); expansão da produção acadêmica, com a publicação de livros e artigos específicos sobre o tema; fortalecimento da comunidade acadêmica multidisciplinar, integrando professores, pesquisadores e estudantes de diversas áreas (Coelho et. al., 2020).

Embora tal trajetória de regulamentação do campo seja recente, sua história é bem anterior. Coelho e Nicolini (2013) abordam os ciclos do processo de desenvolvimento da administração pública no Brasil enquanto campo disciplinar. Conforme os autores, a dinâmica de construção da disciplina pode ser compreendida

em três ciclos. As fases identificadas refletem as etapas conjunturais do Estado brasileiro entre os anos 1930 e o início dos anos 1980 (Coelho, Nicolini; 2013), sendo que a política de formação de administradores públicos no Brasil foi pautada por princípios de eficiência, racionalização e planificação, com cooperação internacional para a modernização do Estado e desenvolvimento nacional.

O primeiro período pode ser compreendido entre o período de 1952-1965, caracterizado pelo processo de criação de diversos cursos de ensino superior na área. De meados da década de 1960 até o início da década de 1980, emergiu o segundo ciclo, considerado como auge e ao mesmo tempo declínio do ensino de Administração Pública. Este foi marcado pela influência norte-americana, pela indefinição entre os campos de Administração Pública e Administração de Empresas e pelo desestímulo ao ensino da Administração Pública. Por fim, o processo de surgimento de novas propostas de formação em Administração Pública, entre os anos de 1983 e 1994, é considerado como um “renascimento” para a área, constituindo-se no terceiro ciclo.

Já Carolina Andion (2012), ao discutir os paradigmas presentes no campo teórico da administração pública no Brasil, traça um histórico anterior. Neste esforço, a autora busca evidenciar as transformações teóricas do campo a partir do final do século XIX, ao mesmo tempo que identifica a continuidade paradigmática ainda presente. Ela defende que, embora existam mudanças paradigmáticas nas duas últimas décadas no campo da administração pública, ainda predomina uma concepção funcionalista (Andion, 2012).

Nesta perspectiva, a autora identifica quatro correntes predominantes no campo da administração pública no país (Andion, 2012). A “Corrente Estadocêntrica” foi uma das mais influentes no campo da administração pública no Brasil. Refere-se aos primórdios da disciplina até sua consolidação, que abrange o período do final do século XIX até o final dos anos 1970 (Andion, 2012). Inicialmente, as questões relacionadas à administração pública estavam fortemente ligadas às ciências jurídicas, com o direito administrativo e a administração pública tratadas como equivalentes.

Durante o período de 1930 a 1950, com o surgimento da administração pública como disciplina no ciclo político do Estado Novo, destaca-se o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) como um importante lócus de difusão

(Andion, 2012). O objetivo era a estruturação de uma administração pública meritocrática e profissionalizada para formar as bases do Estado do Bem-Estar no Brasil, seguindo modelos de países considerados “desenvolvidos” na terminologia tradicionalista. A fundamentação teórica desta corrente está na visão do Estado como o principal ator na administração pública, destacando sua autoridade e centralidade na gestão dos assuntos públicos (Andion, 2012). E enfatiza a importância da legalidade, da hierarquia e da burocracia estatal como elementos essenciais para a eficácia da administração pública. E é entre os anos de 1950 até o final dos anos 1970, ocorre a consolidação da disciplina da administração pública no Brasil, com sua internacionalização e cooperação, especialmente com os Estados Unidos (Andion, 2012). Nesse período, há uma forte influência da literatura norte-americana, em particular da *progressive public administration*, com ênfase na eficiência na gestão e nas teorias de Taylor, Weber, Gulick e White (Andion, 2012).

Nesta toada, é importante destacar a fundamentação teórica da disciplina no país, fortemente definida e direcionada por correntes do Norte global, especialmente a norte-americana. Ao longo do tempo, a corrente Estadocêntrica consolidou-se como uma das abordagens dominantes na administração pública brasileira, influenciando políticas, práticas e estruturas governamentais (Andion, 2012). Sua ênfase na autoridade estatal, na hierarquia burocrática e na legalidade administrativa moldou a forma como o Estado brasileiro foi organizado e operado em diferentes períodos históricos.

A segunda corrente evidenciada por Andion (2012) é a Corrente Pluralista. Baseia-se na ideia de que a administração pública deve reconhecer e incorporar a diversidade de interesses, valores e perspectivas presentes na sociedade. Ela defende a participação de diferentes atores e grupos na tomada de decisões e na formulação de políticas públicas, visando a representatividade e a legitimidade das ações governamentais. Essa corrente inclui perspectivas como a valorização da participação cidadã, a busca pela equidade e pela inclusão social, e a promoção da transparência e da accountability na gestão pública. A pluralidade de vozes e a descentralização do poder são aspectos centrais desse paradigma. A corrente emergiu na década de 1980, com a instituição da Constituição Federal de 1988.

A terceira corrente apresentada por Andion (2012) é a corrente da Nova Administração Pública. Ela está fundamentada na aplicação de princípios e práticas

gerenciais oriundos do setor privado para melhorar a eficiência e a eficácia da administração pública e enfatiza a busca por resultados, a inovação, a descentralização e a flexibilidade na gestão governamental. A orientação da corrente está voltada para resultados e uma gestão baseada em evidências; na busca pela eficiência e pela qualidade dos serviços públicos, e a valorização da accountability e da responsabilização dos gestores públicos.

A abordagem da Nova Administração Pública fundamenta-se em correntes teóricas provenientes tanto dos estudos de políticas públicas quanto da gestão pública, as quais, em conjunto, impulsionam uma renovação e uma significativa transformação no campo da administração pública (Andion, 2012). Entretanto, um dos focos principais das críticas a esta vertente refere-se ao seu viés administrativo economicista (Andion, 2012). As propostas desta corrente para lidar com a crise do Estado tendem a negligenciar a dimensão política e institucional das reformas. Por este motivo são vistas como uma resposta automática e padronizada às demandas da globalização, enfatizando a adaptação, com base em uma agenda neoliberal, como solução viável (Andion, 2012). Essa abordagem desconsidera a capacidade de resposta dos Estados nacionais e os retrata como meros objetos passivos das forças externas, aos quais devem se submeter sem possibilidade de controle. No Brasil é principalmente percebida na década de 1990, por meio das reformas do Estado implementadas no final da década de 1990, tendo como alguns dos focos principais a descentralização e a privatização de bens e serviços públicos (Andion, 2012).

Por fim, a Corrente do Novo Serviço Público surge em conjunto com a preponderância da Nova Administração Pública no território Brasileiro, meados da década de 1990 (Andion, 2012). Os fundamentos da corrente estão na ideia de que os serviços públicos devem ser centrados no cidadão, atendendo às suas necessidades e demandas de forma eficiente e eficaz. Ela destaca a importância da participação dos cidadãos na definição e avaliação dos serviços públicos, promovendo uma maior proximidade entre o Estado e a sociedade. Esta corrente engloba um conjunto de abordagens, principalmente norte-americana e europeia, e surge como uma alternativa às correntes Estadocêntrica e da Nova Administração Pública (Andion, 2012).

A abordagem do Novo Serviço Público lança novas perspectivas sobre aspectos menos explorados por outras correntes. Observa-se um processo de

redefinição do espaço público na contemporaneidade, situado em uma zona de constante tensão entre as esferas pública e privada, em que o público vai além do estatal. Neste cenário, o interesse público torna-se o objetivo principal, não um subproduto. Ainda, os gestores públicos são direcionados a atuarem como árbitros e mediadores de ações coletivas, em vez de simplesmente administrar a máquina pública. Considera-se no Novo Serviço Público a complexidade dos problemas públicos que vão além da capacidade do Estado; o território, não apenas em termos administrativos, mas como um local de identidade e recursos específicos, torna-se o principal espaço de intervenção pública e é politicamente e socialmente construído em relação a problemas específicos; e a *accountability* vai além da transparência financeira e de resultados, envolvendo leis, normas, valores comunitários e interesses dos cidadãos (Andion, 2012).

Andion (2012) defende a necessidade do campo da administração pública transcender as dicotomias tradicionais presentes na concepção da ciência clássica, tais como: sujeito/objeto, subjetividade/objetividade, quantitativo/qualitativo; identificando a necessidade de integrar esses aspectos como partes interdependentes de uma mesma realidade social. A autora propõe uma epistemologia sistêmico-complexa que destaque as relações de interdependência entre os diferentes aspectos da realidade social no campo. Ao contribuir para uma maior compreensão da administração pública, Andion (2012) propõe uma análise teórica e crítica, contribuindo para uma melhor compreensão da identidade, potencialidades e limites da administração pública como campo científico e área de formação profissional.

Ana Paula Paes de Paula (2016) também reflete acerca das epistemologias e paradigmas presentes no campo da Administração Pública no país. Conforme explicitado por ela, as ciências sociais e os estudos organizacionais não podem ser reduzidos a paradigmas fixos, como na teoria kuhniana do desenvolvimento do conhecimento. Segundo a autora, esta teoria é fundamentada na ideia de que o conhecimento científico avança por meio de grandes mudanças, chamadas "revoluções científicas". E essas revoluções acontecem quando um conjunto de ideias ou teorias antigas (paradigmas) são substituídas por um novas, mudando completamente a forma como se entende determinado fenômeno.

Paes de Paula (2016) propõe assim outras formas de discussão sobre a produção de conhecimentos na área. Propõe o chamado "Círculo das Matrizes

Epistêmicas”, que integraria diferentes interesses cognitivos, permitindo combinações teóricas e metodológicas mais flexíveis nos estudos organizacionais. Essa perspectiva é usada para superar a rigidez dos paradigmas tradicionais, incentivando uma abordagem mais flexível. Com isso, a autora propõe uma abordagem no campo das políticas públicas em que o desenvolvimento do conhecimento não ocorre por meio de rupturas ou confrontos entre paradigmas, mas por meio de um processo contínuo e dinâmico de integração e evolução. Defende-se que as abordagens sociológicas devem ser vistas como parte de um esforço coletivo para superar limitações cognitivas por meio de uma constante reconstrução epistêmica e que possibilite a criação de novas perspectivas e teorias mais conectadas à realidade social.

Neste sentido, o modelo Círculo das Matrizes Epistêmicas, agrupa diferentes abordagens epistemológicas em três matrizes principais. A matriz empírico-analítica, que é norteadada pelo interesse técnico, busca predição e controle dos fenômenos sociais por meio de métodos rigorosos e objetivos, alinhados ao positivismo. A matriz hermenêutica, voltada para o interesse prático, foca na compreensão e interpretação dos fenômenos sociais, valorizando o contexto e a comunicação entre os indivíduos. Já a matriz crítica, que é direcionada pelo interesse emancipatório, busca questionar e transformar a realidade social, desafiando estruturas opressoras e promovendo a emancipação.

As matrizes epistêmicas (como a hermenêutica, a crítica, a empírico-analítica) representam diferentes perspectivas dentro da ciência social, e suas interações criam novos caminhos de conhecimento que refletem múltiplos interesses cognitivos, como o técnico, prático e emancipatório. Essas matrizes são guiadas por “três interesses cognitivos discutidos por Jürgen Habermas (1968/1982) em *Conhecimento e Interesse*: a matriz empírico-analítica (interesse técnico), a matriz hermenêutica (interesse prático) e a matriz crítica (interesse emancipatório)”. Além disso, a ideia de incompletude cognitiva é fundamental nesta abordagem e sugere que o conhecimento é naturalmente incompleto, o que representa uma oportunidade para explorar novas abordagens e integrar diferentes perspectivas. Dessa forma, as abordagens sociológicas híbridas, que combinam elementos de várias matrizes epistêmicas, são vistas como formas mais avançadas de conhecimento, que resultam de processos de reconstrução contínuos.

No processo de compreensão do modelo proposto do Círculo das Matrizes Epistêmicas é importante destacar que nenhuma matriz deve ser considerada isoladamente, pois, a vida social exige a integração dos três interesses cognitivos: técnico (empírico-analítico), prático (hermenêutico) e emancipatório (crítico) (Paes de Paula, 2016). O processo do círculo das matrizes é, portanto, fundamental para que as ciências sociais consigam captar a complexidade da interação humana de maneira sensível e compreensiva. Neste sentido, compreende-se como fundamental aprofundar nas premissas de cada uma das matrizes apresentadas pela autora. Com isso, Paes de Paula (2016) afirma que as produções acadêmicas no campo das ciências sociais e dos estudos organizacionais podem ser enquadradas dentro dessas três matrizes epistêmicas principais: a empírico-analítica, a hermenêutica e a crítica. Cada matriz corresponde a um tipo de interesse cognitivo e a uma forma distinta de produzir conhecimento

Inicialmente, a matriz empírico-analítica deve ser compreendida como associada à filosofia positiva e ao uso da lógica formal. É orientada pelo interesse técnico, segundo a teoria fundamentada em Jürgen Habermas. O objetivo da teoria é produzir conhecimento que permita prever e controlar os fatos sociais, focando na explicação causal dos fenômenos. A matriz fundamenta-se na ideia de que a ciência deve ser axiologicamente neutra, isenta de valores e objetiva, o que se alinha a uma tradição positivista no pensamento científico. A matriz empírico-analítica relaciona-se com abordagens sociológicas como o funcionalismo, que é descrita como uma abordagem “pura” porque se situa exclusivamente nessa matriz. Entretanto, segundo Paes de Paula (2016), embora o conhecimento empírico-analítico busque rigor e precisão, ele não é suficiente sozinho para abarcar a complexidade dos fenômenos sociais. Defende-se que a ciência social precisa integrar também os interesses prático (hermenêutico) e emancipatório (crítico) para atingir uma compreensão mais completa da realidade.

No que tange ao conhecimento a matriz hermenêutica também é entendida como uma das três grandes matrizes epistêmicas propostas para orientar o desenvolvimento do conhecimento nas ciências sociais e nos estudos organizacionais. Baseia-se na filosofia hermenêutica e na lógica interpretativa e é orientada pelo interesse prático, focado na compreensão mútua entre indivíduos. A produção de conhecimento na matriz hermenêutica busca a interpretação dos

sentidos dos fenômenos sociais, respeitando os contextos históricos e culturais dos sujeitos. Em oposição à matriz empírico-analítica, a matriz hermenêutica valoriza a compreensão dos significados e a comunicação. A pesquisa orientada por esta matriz evita a ruptura da comunicação, privilegiando a tradução e a mediação dos sentidos entre diferentes sujeitos e grupos.

Por fim, a Matriz Crítica baseia-se na filosofia negativa (principalmente a tradição da Escola de Frankfurt) e na lógica dialética e é guiada pelo interesse emancipatório, ou seja, busca a transformação social e a superação de opressões. Em vez de buscar certezas e regularidades (como na matriz empírico-analítica), a matriz crítica questiona o que é dado como certo e valoriza as contradições da realidade para promover mudanças. A crítica não é vista como um fim em si mesmo, mas como um processo de conexão com a práxis (ação transformadora), articulando-se também com os interesses técnico e prático. Por fim, a matriz crítica entende que o conhecimento nunca é neutro, ele envolve valores e posicionamentos ideológicos, e, portanto, o pesquisador tem responsabilidade ética sobre a ciência que produz.

No processo de compreensão das matrizes e seus processos de aplicabilidade, suas abordagens podem ser compreendidas como puras e híbridas. As primeiras referem-se aquelas que estão situadas em apenas uma das matrizes, neste caso a abordagem funcionalista, restringe-se à matriz empírico-analítica; a interpretativista à matriz hermenêutica; e a humanista à matriz crítica. As outras abordagens sociológicas são híbridas, que transitam em mais de uma matriz epistêmica ao mesmo tempo, são elas a estruturalista, transitando entre a matriz empírico-analítica e matriz hermenêutica; a pós-estruturalista, entre matriz hermenêutica e matriz crítica; e a realista crítica. (matriz empírico-analítica, matriz hermenêutica e matriz crítica

Neste trabalho, defende-se que, no contexto de um paradigma crítico, pensar em uma Administração Pública Decolonial consiste na adoção de perspectivas teóricas distintas, dando visibilidade às produções e perspectivas teóricas advindas do Sul Global e seus (as) produtores (as). Refere-se ao processo de construção crítica e à somatória das críticas e conhecimentos já existentes, no entanto, acrescentando no processo de formação de gestores e gestoras públicas a importância da perspectiva racial peculiar aos territórios que sofreram com a colonização.

A administração pública no Brasil, assim como outras áreas de conhecimento, sofre com as influências do colonialismo, por meio de um paradigma social ocidental centrado no mercado enquanto agente regulador das disparidades sociais (Louredo, 2019; Carniel et. al, 2020). Isso resulta em práticas de gestão pública marcadas pela reprodução do estrangeirismo e pela falta de autonomia local (Louredo, 2019).

Autores brasileiros como Misoczky (2004), Rocha-de-Oliveira e Ferreira (2007) e Zwick, Teixeira, Pereira e Vilas Boas (2012), ao adotarem perspectivas críticas acerca da administração pública brasileira, fundamentadas nos saberes de Guerreiro Ramos, evidenciam a importância de romper com o “estrangeirismo” no campo da administração pública no Brasil (Louredo, 2019, p. 31). Este processo envolve o questionamento da centralidade do mercado e a racionalidade instrumental presentes nas bases teóricas europeias e estadunidenses.

Guerreiro Ramos é reconhecido no país por seus trabalhos como sociólogo, filósofo, antropólogo e cientista político brasileiro, que contribuiu significativamente para o campo da administração pública no país (Corrêa; Passador, 2019). O autor desenvolveu uma importante abordagem crítica e interdisciplinar para os estudos de gestão pública, políticas governamentais e desenvolvimento social (Corrêa; Passador, 2019). Guerreiro Ramos é reconhecido por sua visão inovadora e sua capacidade de integrar diferentes perspectivas teóricas e disciplinares em suas análises, buscando promover uma compreensão mais ampla e profunda dos desafios enfrentados pela administração pública no contexto brasileiro (Corrêa; Passador, 2019).

Guerreiro Ramos propôs uma abordagem crítica e reflexiva sobre as bases teóricas da administração pública brasileira. O autor defendeu uma epistemologia alternativa que valoriza a diversidade de saberes e experiências, buscando ampliar as perspectivas e horizontes da produção de conhecimento no Sul global. Sua obra contribuiu para a construção de uma base teórica mais inclusiva e contextualizada, que reconhece e respeita as diferentes histórias e tradições e abriram caminho para questionar as estruturas de poder e conhecimento que perpetuam a colonialidade (Louredo, 2019).

Barbosa (2006) também relaciona Guerreiro Ramos às perspectivas pós-coloniais, situando-o dentro de um contexto mais amplo de debates contemporâneos sobre multiculturalismo, pós-colonialismo e identidade negra. Embora as elaborações

de Ramos datem suas críticas à organização societária brasileira nos meados do século XX, suas contribuições ainda são essencialmente pertinentes hoje, dada a perpetuação da desigualdade racial na estrutura da sociedade brasileira. Ao abordar “o problema do negro” na sociedade brasileira, Ramos (1957) refletiu acerca da abordagem da sociologia da época, que essencializava o negro e o colocava como um tema separado do desenvolvimento nacional, o que o autor criticou, defendendo a necessidade de superar essa visão estereotipada e preconceituosa.

Ao rejeitar a definição do negro como um problema, Ramos (1957) irá constatar uma patologia na sociedade moderno-colonial, que se refere às imposições elaboradas no continente europeu e apropriadas no processo de construção da sociedade brasileira. E acaba por promover reflexões não tradicionais no Campo da Administração Pública, defendendo uma abordagem que se aproprie das reais necessidades presentes no campo de atuação do gestor ou da gestora pública (Corrêa; Passador, 2019).

O autor buscou ainda evidenciar a necessidade de uma abordagem interdisciplinar na análise da administração pública, integrando diferentes áreas do conhecimento para compreender de forma mais abrangente os desafios enfrentados pela gestão pública, sugerindo a necessidade de uma visão mais holística e integrada da administração pública no Brasil (Corrêa; Passador, 2019).

Guerreiro Ramos adotou uma abordagem crítica em relação às organizações, que questiona as estruturas de poder, as hierarquias e as práticas tradicionais que podem limitar sua eficiência e eficácia, dando ênfase à necessidade de uma gestão mais participativa, democrática e orientada para o bem comum. (Corrêa; Passador, 2019). Neste sentido, Ramos (1996) propõe a “teoria da redução sociológica”, que reflete que as produções de conhecimentos não podem ser reduzidas a meros processos de aquisição de informações e apropriação de conceitos já estabelecidos em processos sociais hierárquicos. Mas requer um processo analítico que se aproprie da realidade complexa e dinâmica inerente ao contexto analisado e em que o(a) próprio(a) intelectual esteja inserido(a). O autor destaca, assim, a importância de considerar as especificidades culturais, históricas e políticas de cada país na análise das práticas organizacionais, tornando-a mais contextual e adaptada.

Ao refletir acerca da modernidade ou modernização, Ramos (1981) já evidenciava a necessidade de uma perspectiva crítica para compreensão do conceito e percepção geográfica e política hierárquica ao fazê-lo. Embora a conceituação seja distinta das da modernidade/colonialidade (Quijano, 2005), são especificados os esforços de Ramos em evidenciar a necessidade de um aprofundamento crítico do conceito.

Isto posto, uma abordagem decolonial no campo da Administração Pública propõe uma reflexão crítica sobre as bases teóricas e práticas da Administração Pública brasileira. O objetivo da análise é contribuir para a desconstrução do colonialismo e do eurocentrismo na gestão pública brasileira para a valorização de saberes locais e experiências brasileiras. A reflexão proposta pode abrir espaço para a inclusão de perspectivas marginalizadas na administração pública brasileira e promover uma maior diversidade de vozes e visões, o que resulta no enriquecimento do debate e das práticas da gestão pública nacional (Louredo, 2019).

Neste sentido, Izaú e colegas (2022) expõem a necessidade e a importância do pensamento decolonial como abordagem alternativa na educação, questionando metodologias tradicionais, e indicando a necessidade daquelas que valorizem o diálogo entre conhecimentos locais e globais. Isso porque a ciência deveria reconhecer a diversidade de culturas e modos de vida, sem hierarquizar formas de conhecimento.

O pensamento decolonial desafia o modelo tradicional de ciência, propondo uma abordagem mais flexível e conectada à realidade social, e impulsiona a criação de metodologias mais reflexivas e participativas, segundo a autora. Ao produzir conhecimento, o pensamento decolonial tem um forte impacto político e epistemológico que desafia a reprodução da lógica eurocêntrica (Izaú *et al.* 2022).

Nesta abordagem, o conhecimento não deve ser apenas uma ferramenta de dominação, mas um processo colaborativo para entender e transformar a sociedade. Ela desafia as estruturas tradicionais de conhecimento, promovendo uma interação dialógica entre diferentes saberes. Isso permite um rompimento com modelos verticais e hierarquizados, que historicamente desconsideraram a subjetividade dos sujeitos pesquisados. A pesquisa passa, então, a reconhecer que o pesquisador também está inserido em um contexto social, sendo também agente de transformação e

aprendizado. Essa perspectiva fortalece a compreensão do pesquisador como um participante ativo na construção do conhecimento, ao invés de um mero observador distanciado (Izaú *et al.*, 2022).

As autoras identificam, entre outras possibilidades, metodologias de pesquisas que partem do saber local para a resolução de problemas; ou o uso de estratégias indutivas, que partem da realidade concreta para construir conhecimento, em vez de testar teorias pré-estabelecidas, e a partir das quais o pesquisador(a) constrói seus referenciais teóricos a partir do campo estudado.

A ênfase em diálogos críticos interculturais pode fomentar uma abordagem mais intercultural na administração pública, valorizando a diversidade cultural e epistêmica presente no Brasil. Isso pode contribuir para a construção de políticas e práticas mais inclusivas e sensíveis às diferentes realidades do país. As reflexões propostas a partir dessa abordagem devem estimular a revisão dos modelos e práticas de administração pública brasileira e a materialização do processo democrático como vem sendo materializado no Brasil principalmente a partir da Constituição Federal de 1988.

Conforme Abdala e Faria (2017, p. 922) a utilização de uma abordagem decolonial na Administração Pública no Brasil significa um processo de adoção de novas epistemologias educacionais que rompem com o colonialismo e a perspectiva monolítica da modernidade/colonialidade preponderantes nas epistemologias utilizadas no campo da Administração brasileira (Abdala, Faria, 2017).

### **2.2.1 O campo da administração pública brasileira e a abordagem decolonial: breve revisão**

No processo de compreensão da relação entre Administração e a epistemologia decolonial, Carniel *et. al.* (2021) desenvolvem uma reflexão abrangente sobre o desenvolvimento dos estudos decoloniais na produção acadêmica brasileira. E destacam a importância desses estudos para a desestabilização da construção eurocêntrica de conhecimentos e para a crítica das estruturas modernas e coloniais que organizam a atividade científica no país. Essas publicações ampliam o debate e

a reflexão sobre a descolonização do pensamento e a construção de novas perspectivas críticas no contexto acadêmico brasileiro.

Os autores realizaram uma análise das ocorrências e distribuições das pesquisas desenvolvidas por intelectuais brasileiros e indexadas nas bases de dados *Scopus* e *Web of Science*. Isso permitiu identificar padrões, tendências e áreas de concentração dos estudos decoloniais no contexto acadêmico brasileiro (Carniel, et. al., 2021). A análise bibliométrica foi utilizada para mapear os territórios intelectuais a partir dos quais a literatura científica brasileira mobiliza comunidades acadêmicas em torno dos estudos decoloniais. Isso envolveu a identificação de redes de trabalho intelectual e a interconexão entre diferentes áreas e objetos de conhecimento. Além disso, são indicados os intelectuais e as intelectuais de referência da teoria decolonial mais citados nas produções acadêmicas brasileiras.

O estudo identificou 246 documentos relacionados aos estudos decoloniais no Brasil entre os anos de 2009 e 2018. Esses documentos incluíram artigos científicos, livros, capítulos de livros e outros tipos de publicações acadêmicas. Destes, 231 são artigos sobre estudos decoloniais. Além dos artigos, foram identificados 15 livros ou capítulos de livros publicados sobre estudos decoloniais no mesmo período<sup>3</sup>.

O estudo destaca que, em termos quantitativos, é significativo o campo das ciências sociais; por outro lado, a formação de oito dentre os 10 escritores (as)

---

<sup>3</sup> O primeiro texto encontrado que utilizou a abordagem decolonial no Brasil foi do autor José Maurício Domingues, produzido no ano de 2009 (Carniel, et. al., 2021). O autor, indicado como representante do marco temporal simbólico da “virada decolonial” na academia brasileira (Carniel, et. al., 2021), é formado como doutor em Sociologia pela London School of Economics and Political Science (LSE) e professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e é integrante do grupo de pesquisa Núcleos de Estudos e Teoria Social e América Latina (NETSAL) e no Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas (OIMC) (UERJ). Graduou-se em história pela Pontifícia Católica do Rio de Janeiro e obteve mestrado em sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, respectivamente em 1985 e 1989. Carniel (et. al. 2021) identifica na genealogia da abordagem decolonial brasileira, essa emergência de produções acadêmicas iniciada no ano de 2009 por meio do artigo de Domingues (2009). Na sequência, a pesquisa identifica outros 9 artigos publicados entre os anos de 2010 e 2012. Esses estudos possuíam inicialmente um viés de discussão que se organizou pelo debate da legitimidade dessas novas perspectivas teóricas latino americanas no processo de interpretação da realidade nacional (Carniel et. al. 2021). A partir de 2013, observa-se uma maior apropriação nacional sobre os estudos decoloniais e o uso da epistemologia por autores e autoras nacionais (Carniel et. al. 2021). Observa-se uma densidade no processo de incorporação da crítica à colonialidade e na quantidade de produções acadêmicas.

indicados possuem formação na área da administração<sup>4</sup>. Também foram identificados 17 periódicos que apresentaram os maiores volumes de publicações de estudos decoloniais, por meio da aplicação da “lei de Bradford” - conforme explicam os autores, “responsáveis por um terço dos documentos indexados pelas bases de dados *Scopus Web of Science* no período” (Carniel, et. al. 2021, p. 12): Walter Mignolo, Aníbal Quijano, Catherine Walsh, Ramón Grosfoguel, Enrique Dussel, Arturo Escobar, Santiago Castro-Gomez foram considerados centrais nos estudos decoloniais, pois “suas obras estabelecem categorias, ajudam a formular problemas e propõe hipóteses por intermédio das quais outros estudos são desenvolvido” (Carniel et. al. 2021, p. 14).

Finalmente, apresentaram uma lista decrescente dos principais autores e autoras, utilizando o critério de número de citações do (a) mais citado (a) para o (a) menos (a) citado (a): Walter Mignolo; Aníbal Quijano; Catherine Walsh; Ramón Grosfoguel; Enrique Dussel; Arturo Escobar; Santiago Castro-Gómez; Michel Foucault; Judith Butler; Gayatri Spivak; Paulo Freire; Luciana Maria de Aragão Ballestrin; Maria Lugones; Nelson Maldonado-Torres; Frantz Fanon.

O estudo de Serva (2017) também interessa a esta pesquisa, porque busca identificar as epistemologias utilizadas no campo da Administração brasileira. Serva (2017) indica as diferentes epistemologias utilizadas no campo da Administração no Brasil por meio da análise dos trabalhos apresentados em três eventos do campo:

---

<sup>4</sup> Como exemplo, o autor Alexandre de Almeida Faria, que possui destaque no quantitativo de impacto de suas obras na abordagem dos estudos decoloniais e é “especialista nas áreas de estratégia e marketing e critical management studies” (Carniel et. al. 2021, p. 11). No topo da listagem, Farias impactou diretamente com sua obra cerca de 206 pesquisas até o período analisado, julho de 2019. Sua pesquisa foi iniciada no ano de 2010 e o autor publicou cerca de 10 artigos. Claudia Junqueira de Lima Costa também apresenta importante impacto, aparecendo em segundo lugar com 5 obras publicadas na análise quantitativa das produções acadêmicas realizadas por Carniel *et al.* (2021). Na análise dos autores/as mais influentes no processo da gênese da epistemologia decolonial no Brasil, Carniel et. al. (2021) indicam, do terceiro ao décimo lugar: Marcelo Carvalho Rosa vinculado à Universidade de Brasília com seis obras identificadas no banco de dados consultados; Sérgio Eduardo de Pinho Velho Wanderley, Universidade do Rio Grande, autor de três obras. Quanto aos demais autores e autoras, foram identificadas duas produções acadêmicas no período analisado: Rafael Alcadipani, Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo; Sérgio Costa, Universität Berlin; Ana Lucia Malheiros Guedes; Alexandre de Almeida Faria, Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas; Gustavo Lins Ribeiro, Universidade de Brasília. Por fim, aparecem Luciana Maria de Aragão Ballestrin, da Universidade Federal de Pelotas, com três artigos publicados, no entanto, indicada no trabalho como obras de menor impacto nos indexados consultados. Após ela, é indicada Roberta Gondim de Oliveira, três artigos publicados.

Sociologia da Ciência da Administração, realizado em 2015; e EnANPAD, nos anos de 2016 e 2017.

O trabalho identifica por meio dos trabalhos apresentados nos referidos eventos, oito abordagens utilizadas na pesquisa em Administração no Brasil (Serva, 2017). A pesquisa evidencia um processo de avanço no campo da pesquisa em Administração no Brasil nos últimos anos. As oito dimensões de pesquisa identificadas pelo autor foram: Abordagens epistemológicas centradas no pragmatismo e nas práticas organizacionais; Debate sobre opções epistêmicas e filosóficas; Racionalidade; Problemática da instituição escolar e do ensino; Administração pública; História e organizações; Abordagem decolonial; Análise da inovação (Serva, 2017).

Embora a pesquisa de Serva (2017) seja restrita ao banco de dados consultado, alguns resultados são pertinentes serem explorados, duas dimensões específicas: a dimensão da administração pública e a abordagem decolonial. Na análise realizada por ele, a abordagem no campo da Administração Pública é inerente aos estudos e interpretações de políticas públicas, por meio de uma metodologia crítica e contextual. No entanto, é dado destaque à premissa da existência de um conflito entre administração pública e administração de empresas. E neste sentido, o autor aponta que a avaliação do papel do Estado pode ser mais eficiente por meio dos processos de identificação das deficiências do mercado (Serva, 2017). Cabe aqui destacar a relação já identificada em outros referenciais teóricos da indispensável relação entre viés econômico/financeiro e as abordagens do Campo de Públicas.

No que tange à abordagem decolonial, Servas (2017) apresenta como o processo de crítica ao colonialismo e abordam uma perspectiva política e epistemológica elaborada por meio das produções do “Sul” e países desta região. O autor destaca que a corrente se encontra em expansão no Brasil e outros países da América Latina. E para tal conceituação, o autor apropria-se e destaca da construção teórica elaborada por Abdalla e Faria (2017), que indicam a necessidade de uma construção de agenda no Brasil pautada na perspectiva decolonial e transcospolita no âmbito da administração e da gestão nacional.

O estudo de Clemente *et al.* (2022) também é especialmente relevante, porque assim como esta pesquisa, analisa os referenciais adotados nos cursos da área da Administração Pública no Brasil, mas de graduação.

A partir dessa mesma premissa, Clemente et. al. (2022) realizaram uma investigação de 14 cursos de graduação na área de administração pública no Brasil para analisar a “identidade intelectual e disciplinar” do campo de Públicas<sup>5</sup>. Foram identificados 22 cursos de graduação na modalidade bacharelado em Instituições de Ensino Superior Públicas no Brasil, em 2019 (Clemente, et. al. 2022 p. 2). A pesquisa foi desenvolvida com 14 dos Planos Pedagógicos dos cursos, devido ao fato de as demais instituições não disponibilizarem o documento no website consultado e não terem apresentado retorno ao contato dos autores e das autoras.

A problematização central da pesquisa foi identificar os domínios intelectuais dos bacharelados do Campo de Públicas nas Instituições de Ensino Superior públicas no Brasil e a existência de formação convergente para gestores públicos no país. Os 14 projetos analisados foram utilizados para elaborar uma rede bimodal formada pelas conexões entre os cursos e os autores citados nas referências bibliográficas das disciplinas obrigatórias e optativas<sup>6</sup>.

Os autores citados nas referências bibliográficas das disciplinas obrigatórias e optativas dos planos de cursos foram analisados por meio de técnicas cientométricas, especificamente por meio da análise de cocitação e acoplamento bibliográfico de documentos, para identificar a frequência com que dois ou mais autores aparecem nos textos utilizados nas referências bibliográficas dos PPCs. Além

---

<sup>5</sup> O estudo se deu através do estudo das referências bibliográficas dos planos de ensino dos 14 cursos analisados de suas respectivas instituições: Administração Pública - Fundação João Pinheiro (FJP); Administração Pública - Universidade do Estado de Santa Catarina - Florianópolis (UDESC-ESAG); Administração Pública - Universidade do Estado de Santa Catarina - Balneário Camboriú (UDESC-BC); Administração Pública - Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL); Administração Pública - Universidade Federal da Integração; Luso-Afro-Brasileira (UNILAB); Administração Pública - Universidade Federal de Alenas (UNIFAL); Administração Pública - Universidade Federal de Lavras (UFLA); Administração Pública - Universidade Federal do Paraná (UFPR); Administração Pública e Gestão Social - Universidade Federal do Cariri (UFCA); Administração Pública e Social - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Gestão de Políticas Públicas - Universidade de São Paulo (USP); Gestão de Políticas Públicas - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Gestão Pública - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Políticas Públicas - Universidade Federal do ABC (UFABC) (Clemente. et. al. 2022 p. 2)

<sup>6</sup> O estudo da documentação analisada foi norteada por um rol de seis perguntas específicas para alcançar o objetivo central da pesquisa: as características gerais, semelhanças e diferenças dos 14 PPCs analisados; os autores centrais da rede, seus impactos e contribuições para o Campo de Públicas; os autores centrais em cada agrupamento de cursos; as implicações dos resultados alcançados para o perfil de egressos desejado pelos cursos; o autor mais influente de cada curso, seu impacto e contribuição para o Campo de Públicas; a existência de cursos que se aproximam pela partilha de um mesmo corpus bibliográfico (Clemente. et. al. 2022 p. 6).

dos Planos de Curso, foram extraídos dados das citações na base de dados do Google Scholar pelos autores e pelas autoras.

Segundo os autores, o método de análise de co-citação é utilizado para evidenciar a proximidade de perspectivas sobre determinado assunto entre os autores ou as autoras que aparecem referenciados juntos numa mesma pesquisa (Gracio; Oliveira, 2013). Deste modo, quanto maior for a frequência com que dois autores aparecem na elaboração de um documento, neste caso nos Planos de Curso, mais próxima abordagem adotada por eles.

A partir da metodologia apresentada, a rede de autores extraídos identificou um total de 4.767 autores e autoras. Apenas 30 foram identificados (as) como os (as) mais influentes no campo de públicas<sup>7</sup>.

Observando o resultado da pesquisa de Clemente e colegas<sup>8</sup>, ressalta-se a predominância de autores do sexo masculino e brancos; e o fato de que nenhum dos autores e das autoras identificados como mais influentes do campo possam ser indicados como autores decoloniais ou próximos da perspectiva decolonial, com exceção de muito poucos, como Boaventura de Sousa Santos, Celso Furtado ou Karl Marx.

Clemente (et. al., 2022) também realizaram uma relação entre os 14 cursos analisados. Há PPCs que apresentam autores e autoras que não estão presentes na lista dos 30 mais influentes, como o curso de Administração Pública da UFPR, que apresenta uma perspectiva teórica crítica e alternativa à maioria dos cursos

---

<sup>7</sup> Na análise realizada, Clemente (et. al. 2022, p. 11) ao extrair os dados dos PPCs, estes são classificados para indicar a relação de autores e autoras mais influentes no campo de políticas públicas. Para isso, são indicados: o “Grau’ dos (as) autores (as), que representa sua relevância e influência, o quanto ele aparece nos PPCs; o “Grau Ponderado”, que reflete sua influência na rede de autores identificados nos PPCs, reflete a soma de suas conexões com outros autores, aqueles que são citados juntamente com ele nos documentos analisados e o quanto isso se repete; a “Proximidade” para com os (as) outros (as) autores e autoras dos PPCs, capacidade desse autor de se conectar e interagir, sua influência na rede de autores (as) e temáticas analisados, como importante ferramenta de destaque para autores (as) co-citados (as); e a “Intermediação”, destaca sua importância, como uma ponte entre diferentes grupos de autores, facilitando a comunicação e a circulação de informações, aqueles (as) com alta Intermediação desempenham um papel crucial de conexão de diferentes conhecimentos presentes na rede.

<sup>8</sup> Os autores e autoras mais influentes são, respectivamente, em ordem de classificação: Giacomoni, J.; Mello, C.A.B.; Bresser-Pereira, L.C.; Bobbio, N.; Giambiagi, F.; Weber, M.; Spink, P.; Paula, A.P.P.; Di Pietro, M.S.Z.; Arendt, H.; Morettin, P.A.; Marx, K.; Motta, F.C.P.; Vasconcellos, M.A.S.; Mankiw, N.; Bonavides, P.; Torres, M.D.F.; Souza, C.; Ferrarezi, E.; Saravia, E.; Furtado, C.; Bussab, W.O.; Castells, M.; Santos, M.; Kohama, H.; Arretche, M.T.S.; Lakatos, E.M.; Santos, B.S.; Carvalho, J.M.; Durkheim, E.

analisados (Clemente, et. al., 2022) - os dados apresentam alto peso de influência para o autor Paulo Freire, por exemplo, além de Milton Santos e outros.

Do conjunto de autores majoritariamente influentes nos cursos analisados, apenas quatro são mulheres. Uma delas é a autora Sylvia Constant Vergara brasileira, com alto peso de influência na Universidade Federal do Cariri; a também brasileira Maria da Glória Gohn, na Universidade Federal do Paraná; e a brasileira Maria Sylvia Zanella Di Pietro, influente com maior peso no grupo que incluem as universidades de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Minas Gerais e Ceará; e Marta Teresa da Silva Arretche, brasileira. Identificamos que apenas Milton Santos é um homem negro, cuja obra aborda a questão racial.

A discussão trazida por esses autores indica a necessidade de um engajamento para apropriação de epistemologias transcospolitas e pluriversais na administração pública, que resultem num processo de construção de agenda decolonial na formação da gestão nacional. Isso “pode possibilitar que saberes sejam desvelados, especialmente em áreas funcionais, que continuam em estado de latência e subalternidade em relação às áreas de estudos organizacionais e estudos críticos de gestão” (Abdala; Faria, 2017, p. 926).

A premissa da construção e valorização de saberes inerentes à lógica contextual de localidades distintas das produzidas pelo colonizador é fundamental no processo de combate ao colonialismo (Abdala; Faria, 2017). Essa perspectiva corrobora com a produção de conhecimentos e práticas que resultem na solução de problemas sociais resultantes da modernidade/colonialidade, cuja própria epistemologia é incapaz de lidar, “permitindo novas interpretações a partir da reconstrução dos passados, por meio de uma perspectiva pluriversal e transcospolita” (Abdala; Faria, 2017 p. 926).

Pesquisas inspiradas no pensamento decolonial são importantes para refletir sobre o processo de produção de conhecimento e reforçar a adoção, o reconhecimento e a legitimação de saberes ancestrais, artísticos e culturais que foram historicamente marginalizados. Esse movimento permite avançar na construção de um modelo científico mais justo, inclusivo e representativo das diversidades sociais. Assim, a abordagem decolonial se apresenta como uma ferramenta para a democratização da ciência, incentivando a criação de epistemologias mais plurais e

comprometidas com a justiça social. Como resultado, a academia passa a ser um espaço mais representativo das diferentes realidades e identidades que compõem o mundo contemporâneo.

### 3 METODOLOGIA

O ponto de partida desta pesquisa é a perspectiva epistemológica decolonial, que norteia tanto a fundamentação teórica quanto a análise dos dados. Para isso, foram consolidados os principais conceitos e pilares dessa epistemologia, a partir do pensamento de teóricos do grupo Modernidade/Decolonialidade, como Aníbal Quijano, Walter Dignolo, Nelson Maldonado-Torres e Catherine Walsh. Além desses, também se utilizaram as contribuições de Guerreiro Ramos, como referencial teórico nacional que aborda o Campo de Públicas no Brasil sob o viés racial. Essa definição foi essencial para indicar a abordagem da pesquisa e orientar a análise do material empírico coletado.

Assim, para a execução da pesquisa, adotou-se uma abordagem quanti-qualitativa, combinando elementos de ambas as perspectivas na coleta e análise dos dados. Esse modelo metodológico busca fornecer uma compreensão mais abrangente e aprofundada do objeto de estudo, aproveitando os pontos fortes das técnicas quantitativas e qualitativas (Minayo; Sanches, 1993).

A pesquisa qualitativa tem como objetivo aprofundar a compreensão de fenômenos específicos, contemplando os significados subjacentes aos dados coletados. O processo de análise qualitativa inclui uma abordagem reflexiva, interpretativa e contextualizada, permitindo compreender as complexidades, os significados e as implicações sociais e culturais dos fenômenos estudados (Dulci; Malheiros, 2021). Já a pesquisa quantitativa foca na análise estatística dos dados, permitindo identificar tendências e padrões mensuráveis. Esse tipo de investigação é essencial para a classificação de grandes volumes de informação e sua transformação em variáveis inteligíveis (Minayo; Sanches, 1993).

No que tange aos objetivos da pesquisa, buscou-se responder às seguintes questões: Quais são os autores e obras mais referenciados nos planos de ensino dos cursos de pós-graduação em Administração Pública no Brasil? Até que ponto a produção intelectual utilizada na formação em Administração Pública incorpora perspectivas decoloniais, plurais e locais?

De forma específica, acerca do perfil do corpo docente, buscou-se elucidar as questões: quem são os docentes e coordenadores dos programas de mestrado e

doutorado em Administração Pública mais bem avaliados no país? Qual é o perfil racial, de gênero e institucional desses docentes e coordenadores? Existe diversidade étnico-racial e de gênero no corpo docente e na coordenação dos programas? Os docentes estão no campo de transmissão de conhecimento, por este motivo, buscou-se responder qual é o perfil étnico-racial, de gênero e a origem nacional dos principais intelectuais que influenciam a formação acadêmica desses cursos. Isso porque importa compreender que perfil de docentes e coordenadores se encontram em posição de definir quais são as obras e autores que devem ser lidos de maneira primordial nos programas. Com base na revisão da literatura, espera-se encontrar menor representatividade de pessoas negras e mulheres à medida em que se sobe na hierarquia de poder.

Por sua vez, importa justificar o recorte utilizado quanto às disciplinas. As disciplinas obrigatórias expressam os compromissos fortes firmados pelos programas. Por este motivo, as disciplinas obrigatórias foram utilizadas como referência para o estudo, uma vez que representam o conteúdo central que o estudante obrigatoriamente deve obter ao longo da formação.

Acerca da influência epistêmica, buscou-se identificar se existe predomínio de autores do Norte Global (especialmente Estados Unidos e Europa) na formação dos administradores públicos brasileiros. Como a formação acadêmica dos autores citados (áreas como Ciência Política, Administração, Ciências Sociais) molda o perfil epistemológico do campo da Administração Pública? Em que medida epistemologias decoloniais e/ou críticas estão presentes ou ausentes na formação em nível stricto sensu (mestrado e doutorado) em Administração Pública?

A partir da análise de Paes de Paula (2016) buscou-se analisar as obras dos referidos autores e das autoras citadas, com o intuito de enquadrá-los nas três matrizes epistêmicas. Para tanto, buscou-se identificar o interesse cognitivo principal e postura ética da obra:

- Matriz empírico-analítica: a obra buscou explicações causais (interesse técnico) e, para tanto, utilizou a lógica formal, objetividade, neutralidade, métodos quantitativos e testes de hipóteses;

- Matriz hermenêutica: a obra buscou compreender significados e interpretar práticas sociais (interesse prático), usando de lógica interpretativa, foco em sentidos subjetivos, e uso de métodos qualitativos e análise interpretativa;
- Matriz crítica: a obra busca criticar a sociedade e propor mudanças emancipadoras (interesse emancipatório), usando de lógica dialética, foco em contradições e transformação, e uso de métodos que combinam análise social crítica, revelando contradições, com uma preocupação explícita com transformação social ou emancipação.

Para além da explicitação das três matrizes, é importante destacar que uma obra pode ser híbrida, transitando entre mais de uma matriz epistêmica.

Por fim, buscou-se identificar quais são as implicações do perfil intelectual (predominantemente branco, masculino e estrangeiro) para a autonomia teórico-científica da Administração Pública no Brasil? O trabalho, portanto, não se restringe a mapear "quem" forma e "com quais referências" se forma a nova geração de cientistas e administradores públicos, mas também problematizar o que significa essa formação sob a perspectiva da justiça epistêmica e da diversidade intelectual na administração pública brasileira.

### **3.1 Procedimentos, Métodos e Técnicas de Coleta de Dados**

A coleta de dados envolveu o levantamento e a análise de dados secundários, de caráter documental, com o objetivo de identificar as referências bibliográficas utilizadas nos cursos brasileiros de pós-graduação em Administração Pública. A partir dessa análise, seria possível compreender o atual cenário brasileiro em relação à base teórica utilizada para a formação de gestores públicos na pós-graduação.

Para tanto, baseou-se nos planos de ensino das disciplinas obrigatórias dos cursos selecionados para compor a amostra. De acordo com Pires *et al.* (2014) e Melo (1999), os planos de ensino refletem o perfil do corpo docente e permitem identificar o enquadramento e o conteúdo ministrado nos cursos.

Além do exposto, o estudo utilizou a análise cientométrica, tipo de investigação que se dedica à avaliação e medição do avanço científico (Nascimento, 2021; Silva, Hayashi e Hayashi, 2011; Silva e Bianchi, 2001). Essa abordagem metodológica é relevante para a avaliação da qualidade e impacto da pesquisa científica. Ela permite identificar como as áreas do conhecimento estão progredindo e quais necessitam de maior atenção. Com base em indicadores, como número de citações, presença em diferentes disciplinas e instituições, entre outros, é possível avaliar a relevância e influência de autores e autoras. Ela também permite a identificação de tendências em áreas e temas de interesse, por exemplo, possibilita identificar tendências emergentes na produção científica, como a abordagem decolonial. O monitoramento dessas tendências também permite compreender o papel das instituições na absorção dessas temáticas.

A análise cientométrica é uma análise fundamentalmente quantitativa (Nascimento, 2021; Silva, Hayashi e Hayashi, 2011; Silva e Bianchi, 2001). Assim, ela se utiliza da análise estatística para observar tendências e padrões de influência. As principais medidas usadas na análise cientométrica são a quantidade de artigos, livros, capítulos de livros, relatórios etc. produzidos por cientistas ou instituições; e as citações, que envolve identificar a frequência com que um artigo ou autor foi citado, seja em trabalhos científicos ou em outros documentos (como os planos de ensino).

Os principais indicadores cientométricos utilizados neste trabalho foram: a presença da teoria decolonial nos referenciais das disciplinas dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Administração Pública mais bem avaliados até o ano de 2023; quais e a frequência de citações das obras utilizadas nesses programas, por disciplina e instituição; o perfil dos(as) autores(as) das obras; obras e autores(as) com maior impacto e relevância sobre o processo de formação em administração pública no país.

Para a seleção dos programas analisados, utilizou-se como referência o mapeamento realizado pela Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP) e Fundação João Pinheiro acerca das instituições de pós-graduação em Administração Pública, com base nos dados da CAPES (Sucupira) e nos sites das instituições de ensino (Anexo I), totalizando 32 programas. A partir desse universo, foi estabelecido um critério para selecionar a amostra a ser utilizada, a nota dos cursos. Partiu-se da ideia de que os cursos mais bem avaliados, ao representarem o padrão de excelência

da pós-graduação, acabam servindo como referência para os demais cursos. Assim, selecionou-se os cursos mais bem avaliados no Brasil, com 4 a 6, de acordo com dados extraídos da Plataforma Sucupira, relativos à avaliação quadrienal de 2020 (CAPES, 2024).

Foram analisados nove cursos de mestrado, dois acadêmicos e sete profissionais; e um curso de doutorado acadêmico, conforme quadro abaixo. A partir dessa coleta inicial, foram identificadas 1.092 obras referenciadas nas disciplinas obrigatórias de cada instituição de ensino.

Quadro 1. Programas em administração pública mais bem avaliados (notas 6,5 e 4) - amostra 1.

	<b>Instituição de Ensino</b>	<b>Nome do Programa</b>	<b>Natureza</b>	<b>Nat. 2</b>	<b>Nota</b>	<b>Nat.3</b>	<b>Estado</b>	<b>Região</b>	<b>Ano de início</b>
1	Fundação Getúlio Vargas -SP	Administração Pública e Governo	Mestrado	Acadêmico	6	privada	SP	SE	1990
2	Fundação Getúlio Vargas -SP	Administração Pública e Governo	Doutorado	Acadêmico	6	privada	SP	SE	2002
3	Fundação Getúlio Vargas - RJ	Administração Pública	Mestrado	Profissional	5	privada	RJ	SE	2012
4	Fundação Getúlio Vargas -SP	Gestão e Políticas Públicas	Mestrado	Profissional	4	privada	SP	SE	2009
5	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Gestão Pública	Mestrado	Profissional	4	pública federal	RN	NE	2011
6	Universidade Federal do Espírito Santo	Gestão Pública	Mestrado	Profissional	4	pública federal	ES	SE	2011
7	Universidade Federal de Santa Maria	Gestão de Organizações Públicas	Mestrado	Profissional	4	pública federal	RS	S	2011
8	Universidade de São Paulo	Gestão de Políticas Públicas	Mestrado	Acadêmico	4	pública estadual	SP	SE	2013
9	Universidade de Brasília	Gestão Pública	Mestrado	Profissional	4	pública federal	DF	CO	2013
10	Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa	Administração Pública	Mestrado	Profissional	4	privada	DF	CO	2016

Fonte: Elaboração própria com base nos dados extraídos da Plataforma Sucupira (2024).

Assim, para essa amostra inicial (que nesta pesquisa denomina-se “amostra 1”), foram analisados os dados extraídos de dez programas de pós-graduação em Administração Pública, sendo eles: o perfil de coordenadores e coordenadoras, e de professores e professoras responsáveis pelas disciplinas obrigatórias dos respectivos cursos (sexo, raça, instituição de formação), bem como as referências bibliográficas utilizadas e respectivos autores(a). Para instituição de formação, considerou-se a instituição de obtenção do maior título. Com relação às obras, foram extraídas as referências dos planos de ensino indicadas como leituras obrigatórias de cada disciplina.

A raça/cor dos autores e autoras foram identificadas por meio do critério de heteroatribuição seguindo o quesito de cor ou raça estabelecidos no Brasil pelo IBGE (Senado Federal, 2024). Essa classificação indica os seguintes termos utilizados nesta pesquisa: preta, parda, amarela, indígena ou branca. Referente ao assunto, Sônia Rosa (2022) retoma a discussão ao apontar que, embora exista apenas uma raça, raça humana, no que se refere ao aspecto científico; a análise sociológica identifica os termos “raça” negra e branca. Essa abordagem refere-se ao processo de análise das “relações inter-raciais” desiguais e produtoras de conflitos individuais e sociais (Rosa, 2022; p. 36). Logo, a categorização por cor/raça é fundamental na promoção da visibilidade e representatividade de grupos étnico-raciais historicamente marginalizados (Senado Federal, 2024). Essa classificação permite identificar desigualdades no acesso a direitos essenciais, como educação, saúde, moradia e emprego digno.

Rosa (2022) também levanta uma discussão importante: Quem pode ser considerado como uma pessoa negra? Ao responder à questão, indica que essa característica deve ser atribuída a pessoas com ascendência, experiências e vivências pertencentes aos corpos negros. Neste sentido, o IBGE considera as pessoas pretas e pardas como negras. Este critério será considerado na análise de alguns dados da pesquisa. Entretanto, é importante destacar que o colorismo, termo desenvolvido por Alice Walker na década de 1980, que indica que “o quanto mais escura é a cor da pele, maior é a manifestação” da crueldade do racismo sobre o corpo negro (Rosa, 2022; p. 37).

Para construir esse indicador, foram utilizadas imagens das pessoas analisadas dos bancos de dados da Plataforma Google e sites de vínculos institucionais que os autores e as autoras possuem atualmente. Pontua-se que no processo de extração de informações dos (as) autores (as) brasileiros (as), a principal ferramenta consultada foi a Plataforma Lattes.

Quanto ao processo de heteroatribuição, cabe sinalizar os critérios indicados pelo Senado Federal Brasileiro (2024; p. 6) quanto às pessoas reconhecidas como pretas e não pretas: pessoas negras são aquelas que “que são lidas pela sociedade como pessoas racializadas e sofrem ou sofreram racismo ao longo da vida por terem características fenotípicas africanas”. O método de heteroatribuição utilizado neste trabalho é o descrito pelo IBGE como: aquele em que outra pessoa indica a qual grupo étnico racial a outra pertence (Osório, 2003)<sup>9</sup>.

Diante disso, o critério utilizado ao analisar as imagens das pessoas, coordenadores (as), professores (as), autores e autoras, foi a compreensão de que características físicas específicas fenotípicas africanas conduzem um ser humano a ser marginalizado na sociedade brasileira. Assim, considerando este critério, foram consideradas pretas ou pardas pessoas com fenótipos de pessoas negras. As pessoas brancas referem-se aquelas que não tenham fenótipo de pessoas pretas ou pardas, amarelas ou indígenas. As pessoas “amarelas” referem-se a pessoas que tenham características físicas daquelas que tenham suas origens em países do extremo oriente (Senado Federal, 2024).

E para critério de identificação de pessoa nativa brasileira, reconhecida pelo IBGE como indígena, considerou-se “Identificação do indivíduo por grupo étnico existente, conforme definição lastreada em critérios técnicos/científicos, e cujas características culturais sejam distintas daqueles presentes na sociedade não índia” (Fundação Nacional dos Povos Indígenas, 2022). Conforme a FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) (2022), a população indígena no país representa apenas 0,83% da população brasileira. Essa informação é de suma importância levando em conta que foram os primeiros residentes da região, agora não

---

<sup>9</sup> Outros dois métodos são inerentes ao processo de identificação racial. A autoatribuição refere-se ao processo em que a própria pessoa indica a qual grupo se considera pertencente (Osório, 2003). O terceiro método está relacionado com o processo de identificação de grupos populacionais por meio da utilização de técnicas biológicas, como por exemplo a análise do DNA (Osório, 2003).

representando nem 1% da população. A comunidade nativa não está representada na pesquisa, nenhum (a) dos (as) coordenadores dos cursos, professores (as) autores (as) foram identificados como indígenas.

É importante salientar que algumas instituições possuíam mais de um(a) professor(a) indicado como docente. Em razão disso, optou-se por escolher apenas os(as) docentes responsáveis pela disciplina, tal como indicados nos planos de ensino baixados da Plataforma Sucupira. Caso a informação no documento apresentasse alguma dúvida, esta foi buscada diretamente na plataforma online. Ainda assim, algumas disciplinas contavam com um ou dois(duas) professores(as) responsáveis; neste caso, ambos foram incluídos e analisados.

O processo de extração dos dados foi realizado por meio da Plataforma Sucupira<sup>10</sup>, conforme indicado. A aba selecionada na página foi "Coleta Capes". Por meio desta página foram filtrados os cursos e instituições de ensino constantes do Quadro 1. Os principais links utilizados na página para consulta dos dados das instituições foram os da aba "Dados enviados do Coleta". Por meio deste caminho foram baixadas as planilhas das disciplinas ministradas e ativas nos cursos. Separadamente foram baixados os Planos de Ensino, cujas referências bibliográficas estavam inseridas em planilhas. Os dados foram então manualmente transpostos e discriminados segundo os autores e as autoras, e suas respectivas obras indicadas como de leitura obrigatória em cada disciplina obrigatória que fora analisada.

Em um segundo momento, em virtude das limitações da pesquisa, e para maior aprofundamento dos dados, realizou-se um segundo recorte e estabeleceu-se uma segunda amostra (que se denominou de amostra 2). Este possibilitou a análise detalhada de: autores(as) citados(as) em cada disciplina obrigatória, o perfil racial e de sexo dos(as) docentes e autores(as), instituição de formação do(a) professor(a) e do(a) autor(a), suas respectivas obras citadas.

---

<sup>10</sup> Página acessada para coleta de dados: <https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/index.jsf>

Para a segunda amostra, optou-se por escolher os programas mais bem avaliados das cinco grandes regiões do Brasil. A partir do critério estabelecido, os cinco programas escolhidos para análise foram: Mestrado Acadêmico da Fundação Getúlio Vargas (SE); Mestrado Profissional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (NE); Mestrado Profissional da Universidade Federal de Santa Maria (S); e Mestrado Profissional da Universidade de Brasília (CO). Identificou-se na pesquisa realizada, apenas um programa de Doutorado em Administração Pública. Considerando este fator, o Programa de Doutorado Acadêmico da Fundação Getúlio Vargas São Paulo (SE) também foi analisado, totalizando cinco programas.

Quadro 2. Programas mais bem avaliados em cada uma das cinco grandes regiões do Brasil em administração pública (amostra 2).

	<b>Instituição de Ensino</b>	<b>Nome do Programa</b>	<b>Natureza</b>	<b>Nat. 2</b>	<b>Nota</b>	<b>Nat.3</b>	<b>Estado</b>	<b>Região</b>	<b>Ano de início</b>
1	Fundação Getúlio Vargas - SP	Administração Pública e Governo	Mestrado	Acadêmico	6	privada	SP	SE	1990
2	Fundação Getúlio Vargas - SP	Administração Pública e Governo	Doutorado	Acadêmico	6	privada	SP	SE	2002
3	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Gestão Pública	Mestrado	Profissional	4	pública federal	RN	NE	2011
4	Universidade Federal de Santa Maria	Gestão de Organizações Públicas	Mestrado	Profissional	4	pública federal	RS	S	2011
5	Universidade de Brasília	Gestão Pública	Mestrado	Profissional	4	pública federal	DF	CO	2013

Fonte: Elaboração própria com base nos dados extraídos da Plataforma Sucupira (2024).

A região norte do país não foi contemplada na pesquisa, uma vez que nenhuma instituição de ensino com curso em Administração Pública, seja pública ou privada, apresentou nota de avaliação igual ou superior a quatro.

No caso de disciplinas que possuíam dois docentes responsáveis (mas lecionando-as em períodos distintos), foram utilizados ambos os referenciais

bibliográficos, ainda que repetidos. Importante destacar que no processo de extração de dados da Universidade Federal do Espírito Santo, identificou-se inconsistência no indicativo de disciplinas obrigatórias. Ao analisar a “Proposta do Programa” são indicadas quatro disciplinas obrigatórias, sendo elas: Planejamento e gestão pública, Teoria das organizações, Metodologia da pesquisa e Métodos quantitativos. Entretanto, após analisar individualmente<sup>11</sup> as informações de cada disciplina enviada separadamente à Plataforma, identificou-se apenas duas disciplinas obrigatórias, as quais foram consideradas para realização da pesquisa: Fundamentos da Administração Pública e Metodologia de Pesquisa<sup>12</sup>. O Quadro 3 a seguir sumariza as informações acerca das disciplinas contempladas, em cada programa analisado.

Quadro 3 – Instituições de Ensino, Programas, Disciplinas Analisadas e Respective Responsáveis.

<b>Instituição de Ensino</b>	<b>Coordenação do Programa</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Professor (a) Responsável</b>
Escola De Administração De Empresas De São Paulo	Marco Antonio Carvalho Teixeira	Análise De Políticas Públicas	Indisponível
		Avaliação E Análise De Dados	Ciro Biderman
			Gustavo Andrey De Almeida Lopes Fernandes
		Democracia E Instituições Políticas No Brasil	Indisponível
		Direito Constitucional E Administrativo	Élida Graziane Pinto
		Economia Do Setor Público	Gustavo Andrey De Almeida Lopes Fernandes
		Estado E Sociedade No Brasil	Indisponível
		Orçamento E Finanças Públicas	Gustavo Andrey De Almeida Lopes Fernandes
Orientação Monográfica	Cibele Franzese		

<sup>11</sup> A Plataforma Sucupira, na aba "Dados Enviados da Coleta" referente a cada instituição pesquisada, possui 16 sub links para acesso às informações discriminadas de cada programa. O link específico "Disciplinas" indica as informações específicas de cada disciplina ministrada no ano vigente, neste caso, ativas no ano de análise, 2023. O link "Turmas" indica as disciplinas que foram ministradas no referido ano. Por este motivo, ambos os links foram consultados, sendo abertos os documentos de cada disciplina para verificação daquelas que são consideradas obrigatórias ou não.

<sup>12</sup> Após a extração dos dados, as informações foram confirmadas ao encaminhar e-mail de confirmação para a Coordenadora do Programa de pós-graduação em Gestão Pública (PPGGP/UFES).

			Renato Sérgio De Lima
		Reforma Gerencial Do Estado	Regina Silvia Viotto Monteiro Pacheco
		Teoria Do Estado Moderno	Alexandre Abdal Cunha
Fundação Getúlio Vargas ( Rj )	Alketa Peci	Metodologia De Pesquisa	Joaquim Rubens Fontes Filho
			Juliana Arcoverde Mansur Kopp
		Políticas Públicas	Jaana Flávia Fernandes Nogueira
			Karina Furtado Rodrigues
		Teorias Da Administração Pública	Fernando Guilherme Tenório
		Governo, Estado E Sociedade	Flavio Carneiro Guedes Alcoforado
			Octavio Amorim Neto
		Estudo Aprofundado De Caso	Carla Danielle Monteiro Soares
		Análise De Organizações E Políticas Públicas	Carla Carvalho Da Veiga
Roberto Da Costa Pimenta			
Fundação Getúlio Vargas (Sp)	Ricardo Correa Gomes	Economia	Ciro Biderman
		Gestão E Organizações Públicas	Gabriela Spanghero Lotta
		Políticas Públicas	Marta Ferreira Santos Farah
		<i>Research Project</i>	Elize Massard Da Fonseca
		Teoria Política	Eduardo José Grin
		Metodologia De Pesquisa Qualitativa Aplicada À Administração Pública	Elize Massard Da Fonseca

		Métodos Quantitativos Aplicados À Administração Pública	Ricardo Correa Gomes
		Epistemology	Ann Louise Cunliffe
Instituto Brasileiro De Ensino, Desenvolvimento E Pesquisa	Caio Cordeiro De Resende	Gestão Pública Contemporânea	Humberto Falcão Martins
		Direito E Políticas Públicas	Gilmar Ferreira Mendes
		Economia, Instituições E Desenvolvimento	Fernando Boarato Meneguim
		Metodologias De Pesquisa Científica	Pedro Lucas De Moura Palotti
Universidade De Brasília	André Nunes	Fundamentos Da Gestão Pública	Luciana De Oliveira Miranda
		Economia Do Setor Público	Luiz Honorato Da Silva Junior
		Estado, Governo E Políticas Públicas	Maria Raquel Gomes Maia Pires
		Teoria E Prática De Pesquisa Científica	Jonilto Costa Sousa
Universidade De São Paulo	Renata Mirandola Bichir	Gestão E Políticas Públicas: Conceitos E Modelos Analíticos	Renata Mirandola Bichir
		Metodologia De Pesquisa	Cecília Olivieri
Universidade Federal De Santa Maria	Breno Augusto Diniz Pereira	Gestão De Organizações Públicas	Breno Augusto Diniz Pereira
		Processo E Método De Pesquisa Nas Ciências Sociais	Leander Luiz Klein
Universidade Federal Do Espírito Santo	Ariadne Marra De Souza	Fundamentos Da Administração Pública	Marielce De Cássia Ribeiro Tosta
		Metodologia De Pesquisa	Bruno Henrique Fiorin
Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte	Marcos Fernando Machado De Medeiros	Teoria Geral Da Administração Pública	Aline Virgínia Medeiros Nelson
		Instituições Políticas Brasileiras	Indisponível
		Ciclo De Políticas Públicas	Maria Arlete Duarte De Araujo
		Metodologia Da Pesquisa	Maria Teresa Pires Costa

			Marcos Fernando Machado De Medeiros
		Seminário De Dissertação/Projeto De Intervenção	Maria Teresa Pires Costa

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos da Plataforma Sucupira referente aos dados do quadriênio até o último ano disponível (2023).

#### 4 O QUÊ SE LÊ E QUEM SE DESTACA COMO REFERÊNCIA NA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA?

O reconhecimento da evolução recente da abordagem da temática da equidade racial não pode ser ignorado. O Governo Federal estabeleceu, no ano de 2023, iniciativas de incentivo à pesquisa, além de estabelecer critérios de cotas em programas de pós-graduação no país, beneficiando públicos historicamente subalternizados no país.

Por exemplo, a Lei 14.723, de 2023, trata do acesso às instituições federais de ensino superior e técnico de nível médio, cujo foco é beneficiar estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas, pessoas com deficiência e estudantes que cursaram integralmente o ensino médio ou fundamental em escolas públicas. Pela primeira vez no país, a lei abrange os cursos de pós-graduação, incluindo definitivamente o reconhecimento do acesso desigual aos cursos de mestrado e doutorado no país.

Outro exemplo foi a Portaria nº 133/2023, por meio da qual, flexibilizou-se o acesso a bolsas em cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Indiretamente, trata-se de viabilizar que pessoas que dependem de atividade regular remunerada, por não terem condições de viverem de forma exclusiva pelos estudos, possam receber bolsas que se tornam bolsas de incentivo a permanência nos cursos de mestrado e doutorado no país<sup>13</sup>.

Mas se tais iniciativas são importantes para aumentar a representação descritiva (Pitkin, 1967) de pessoas negras na pós-graduação e na academia, elas não são suficientes. Para que haja representação substantiva, é preciso modificar o

---

<sup>13</sup> Como exemplo da experiência da aplicação da lei no mês de outubro de 2023 está a vivência da pesquisadora. Este exemplo trata-se da vivência prática dos desafios de uma mulher preta, criada na periferia da cidade de Belo Horizonte, criada por mãe solo, que já vivenciou diversas formas de violência, e sendo público de baixa renda, teve acesso pela primeira vez à bolsa de fomento à pesquisa da CAPES. A iniciativa deu acesso a renda complementar à renda de trabalho que era insuficiente para a manutenção da continuidade dos estudos. É importante refletir que pessoas de baixa renda necessitam de atividades remuneradas com o intuito de manter a sobrevivência própria e da família. Conforme exposto anteriormente, pessoas pretas e mulheres estão entre o público com salários mais baixos do país e sem representatividade significativa em programas de pesquisa. Para romper com mecanismos colonialistas que corroboram com a perpetuação do racismo epistêmico, é preciso viabilizar meios para inserção, mas também continuidade nos estudos por parte de públicos historicamente subalternizados.

que a academia produz e como. E tal não é possível sem modificar o “panorama intelectual” da pós-graduação brasileira.

Como já exposto, o objetivo deste trabalho é analisar a base intelectual utilizada na formação de alto nível dos gestores públicos brasileiros - ou seja, quais são os autores e autoras que alimentam a formação no nível de pós-graduação no país.

Partiu-se do pressuposto de que a construção do conhecimento em Administração Pública, predominantemente colonialista, vem nos últimos anos sofrendo incipiente influência da perspectiva decolonial. No esforço de revisar investigações similares, encontrou-se resultados positivos com relação a essa adesão nos cursos de graduação do campo. Neste sentido, perguntou-se inicialmente pela adesão a autores da perspectiva decolonial como referências para o estudo em nível de pós-graduação, o que poderia indicar o início da superação do racismo epistêmico (Reis, 2022).

Assim, este trabalho buscou investigar uma das dimensões do processo de construção e difusão do conhecimento científico sobre Administração Pública no Brasil. Dado que a pós-graduação é o lócus de construção desse conhecimento, a investigação se foca sobre a literatura utilizada nas disciplinas obrigatórias de uma amostra de programas brasileiros de pós-graduação *stricto sensu* da área.

Antes de mostrar os resultados da análise de obras e autores, importa mencionar que a pós-graduação brasileira possui diretrizes e é regulada e supervisionada pelo Ministério da Educação; em específico, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A CAPES é uma fundação do Ministério da Educação (MEC) criada em 1951, responsável pela expansão e consolidação do chamado Sistema Nacional de Pós-Graduação – mestrado e doutorado – no Brasil. A instituição é ainda responsável pela avaliação desses cursos (CAPES, 2023). Seu papel é contribuir para a consolidação desse sistema e para a implementação das mudanças necessárias frente às demandas sociais.

A avaliação da CAPES é um dos principais instrumentos para medir a qualidade dos programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado). Dentre os

objetivos de avaliação dos programas, está a verificação da qualidade da formação acadêmica e da pesquisa científica, com o intuito de distribuir recursos públicos, bolsas de pesquisa e financiamentos e classificar os programas em padrões nacionais e internacionais (CAPES, 2023).

A avaliação é realizada em ciclos de quatro anos e utiliza uma escala de notas que varia de 1 a 7. Os programas de pós-graduação *stricto sensu* são avaliados com base nos seguintes critérios principais<sup>14</sup>: produção intelectual, corpo docente, corpo discente, impacto e inserção social e infraestrutura. Além disso, a CAPES utiliza o sistema Qualis Periódicos para classificar a relevância dos periódicos científicos nos quais os programas publicam. A nota final de cada programa reflete a sua qualidade acadêmica, sendo que programas com notas 6 e 7 são considerados de excelência.

As notas entre 1 e 2 consideram os programas com desempenho insuficiente, sujeitos a descredenciamento; com nota 3, os programas são considerados regulares e aprovados apenas para funcionamento no âmbito nacional; com as notas 4 e 5 consideram-se programas consolidados, 5 sendo o padrão nacional mais alto; por fim, as notas 6 e 7, os programas de excelência reconhecidos internacionalmente.

De forma mais detida, cabe analisar os critérios de avaliação estabelecidos para o quadriênio 2021-2024, que repetiu a ficha de avaliação do quadriênio 2017-2020. No Quadro 4 a seguir faz-se um resumo dos principais aspectos observados:

Quadro 4. Critérios de avaliação dos programas de pós-graduação no quadriênio 2021-2024

Critérios	Detalhamento
<b>Produção intelectual</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Publicação de artigos em periódicos científicos classificados pelo Qualis Periódicos, sistema que categoriza revistas científicas em estratos de relevância, como A1, A2, A3, B1, entre outros.</li> <li>● Produção de livros e capítulos considerados relevantes para o campo de conhecimento do programa.</li> </ul>
<b>Corpo docente</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Formação acadêmica e produção científica dos professores.</li> <li>● Atividades como orientação de alunos, participação em redes de pesquisa e projetos de inovação.</li> </ul>

<sup>14</sup> De acordo com as diretrizes vigentes até o ano de 2024, quando foi finalizada a coleta de dados para esta pesquisa. Nos últimos anos, a Capes vem reformulando, de forma incremental, o método de avaliação; nem tanto as diretrizes e dimensões, mas sobretudo o cálculo dos indicadores sofrerão modificações a partir de 2025.

<b>Corpo docente</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inserção profissional dos egressos no mercado de trabalho ou em instituições acadêmicas.</li> <li>• Participação dos alunos em projetos, publicações e eventos científicos.</li> </ul>
<b>Impacto e inserção social</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contribuição do programa para o avanço da ciência e tecnologia no Brasil.</li> <li>• Projetos com impacto social, embora esse aspecto tivesse menor peso na avaliação até então.</li> </ul>
<b>Infraestrutura</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualidade de recursos oferecidos, como laboratórios, bibliotecas, salas de aula e equipamentos para a pesquisa.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria a partir de CAPES (2023).

Como pode-se ver, a Capes avalia a qualidade da produção intelectual docente e discente, a formação e trajetória dos egressos, o impacto e inserção social do programa, bem como sua infraestrutura. Cabe destacar, entretanto, que em nenhum dos critérios da Ficha de Avaliação 2017-2020 da “Área 27 – Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo”, haja menção à temática da equidade. Nos critérios de formação do corpo docente, não há qualquer incentivo a capacitações referentes a essas questões. No que tange aos processos de ensino e produção científica, não existe qualquer parâmetro referente à adoção de temáticas que incentivem a análise da sociedade do ponto de vista da equidade e da inclusão social. Apenas o aspecto “impacto e inserção social” tangencia a questão, ainda que não especifique tais questões. Por fim, a CAPES não avalia ou estabelece pontuação específica para (e, portanto, não incentiva) a representatividade do corpo docente ou discente.

Tratando-se de um sistema de avaliação para medir a qualidade dos programas de pós-graduação no país (CAPES 2023), é indispensável questionar a inexistência de parâmetros de avaliação que levem em consideração as desigualdades sociais e raciais do país e o acesso a uma formação constante acerca do assunto por parte dos docentes, formadores e difusores de pensamento e produção científica<sup>15</sup>. Uma das possibilidades seria criar incentivos a trabalhos orientados para solucionar problemas sociais históricos, como a questão racial, considerando a história de formação societária do país. Outra alternativa seria o

<sup>15</sup> A argumentação em questão considera documentos oficiais da CAPES até a elaboração da pesquisa. No entanto, em reunião no ano de 2024 com as áreas de concentração, a CAPES sinalizou estar em processo de elaboração de documento em que a questão da diversidade, igualdade de gênero e racial serão consideradas a partir do ano de 2025 para avaliação dos programas de pós graduação no Brasil.

incentivo à educação permanente referente aos problemas sociais e raciais do país, buscando incentivar a pesquisa na temática por parte de pesquisadores docentes e futuros pesquisadores do país. A educação permanente nos programas, em cursos ou atividades que abordassem especificamente a questão da representatividade de grupos historicamente subalternizados, poderia repercutir em significativo impacto social e científico.

Uma vez que o repasse de recursos e continuidade dos programas são dependentes de tal processo de avaliação, considerar o incentivo à discussão da temática nos cursos representaria um processo de rompimento com o paradigma eurocêntrico e de perpetuação do racismo epistêmico. Além de uma consciência racial nas produções acadêmico-científicas, poderia engendrar novos processos de elaboração de políticas públicas por meio do acesso a novas perspectivas de produção do saber.

#### **4.1. Características dos(as) autores e obras de referência**

Acerca dos resultados da pesquisa destinados a analisar a literatura de referência da pós-graduação em Administração Pública no Brasil, importa mencionar como estão organizados. Inicialmente, serão apresentados os dados da amostra 1 - que, conforme indicado no capítulo anterior, contém nove instituições: a partir do critério da nota do programa, ela se compõe de nove cursos de mestrado, dois acadêmicos e sete profissionais, e um curso de doutorado acadêmico. São elas: Fundação Getúlio Vargas (São Paulo e Rio de Janeiro) - um mestrado acadêmico, dois profissionais e um doutorado acadêmico; Universidade Federal do Rio Grande do Norte - mestrado profissional; Universidade Federal do Espírito Santo - mestrado profissional; Universidade Federal de Santa Maria - mestrado profissional; Universidade de São Paulo - mestrado acadêmico; Universidade de Brasília - mestrado profissional; Instituto de Desenvolvimento e Pesquisa - mestrado profissional.

O primeiro resultado diz respeito à composição da coordenação e corpo docente dos programas. Conhecer o perfil de seus acadêmicos é uma das dimensões necessárias para se compreender o caráter democrático, diverso e pluriversal da

construção do conhecimento sobre a Administração Pública no Brasil. Constatou-se que metade dos coordenadores de curso são homens brancos, 30% são mulheres brancas e 10% são homens negros. Nenhum dos cursos está sob a coordenação de uma mulher preta (Tabela 1).

Tabela 1 - Sexo e raça/cor dos(as) coordenadores(as) dos programas - amostra 1.

<b>Sexo e raça do/a coordenador/a</b>	<b>Nº</b>	<b>Frequência</b>
Masculino - branco	5	50%
Feminino - branca	3	30%
Masculino - negro	1	10%
Feminino - negra	0	0%
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria (2025). Dados da pesquisa.

Obs.: Dois programas têm um mesmo coordenador.

A Tabela 2 apresenta os dados dos docentes das disciplinas obrigatórias. Quase 90% são pessoas brancas, sendo que 37% dos docentes são mulheres brancas e apenas 6,5% são mulheres pretas. Não há entre os docentes nenhum homem preto.

Tabela 2 - Sexo e raça/cor dos(as) docentes(as) das disciplinas obrigatórias dos programas - amostra 1.

<b>Professores*</b>	<b>Nº</b>	<b>Frequência</b>
Masculino - branco	22	47,8%
Feminino - branca	17	37,0%
Feminino - preta	3	6,5%
Masculino - preto	0	0%
<i>indisponível*</i>	4	8,7%
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria. Dados da pesquisa.

Obs.: Há quatro disciplinas cujos docentes responsáveis não foram encontrados, portanto seu perfil não consta do banco de dados.

Assim, embora a população brasileira seja majoritariamente preta, a presente pesquisa constatou que o perfil do corpo docente das instituições de ensino analisadas ainda reverbera uma perspectiva colonial, já que a preponderância dos

cargos nos cursos de pós-graduação em Administração Pública é ocupada por pessoas brancas.

Como vemos na Tabela 3 a seguir, a maior parte da amostra é composta por autores e autoras que são citados apenas uma ou duas vezes (66,9% e 25,2%, respectivamente). Já 3,7% da amostra é citada três vezes; 2%, quatro vezes. Os 15 autores(as), ou 2,2% da amostra é citada cinco ou mais vezes. Selecionou-se esse último conjunto para uma análise mais detida (vide Tabela 3 seguinte).

Tabela 3 – Número de autores(as) por frequência de citação na amostra 1.

<b>Freq. citação</b>	<b>Nº autores</b>	<b>Freq. %</b>
15	1	0,15%
11	1	0,15%
9	1	0,15%
8	1	0,15%
7	2	0,29%
6	5	0,74%
5	4	0,59%
4	14	2,06%
3	25	3,68%
2	171	25,18%
1	454	66,86%
<b>Total</b>	<b>679</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Elaboração própria (2024).

Assim, considerando apenas os autores citados 5 ou mais vezes na amostra, foram identificados 13 autores brancos e apenas duas autoras, também brancas dentre os mais influentes na amostra em questão. A Tabela 4, a seguir, indica os(as) autores(as) mais citados(as) e a respectiva influência.

Para a análise da influência de autores(as) e obras mais citados(as), aplicou-se o método cientométrico. Considerou-se para isso, as seguintes variáveis: o número de vezes que o(a) autor(a) ou a obra foi citado(a); o quantitativo de instituições em que foi citado; quantitativo de disciplinas distintas em que o foi citado. Utilizou-se regra de média ponderada (Rousseau, 1998) para identificar o "nível de influência" de cada autor(a) ou obra citado(a) em diferentes instituições, eliminada a autocitação. E, para isso, conferiu-se o peso 1 para o número de vezes da citação; peso 3 para o número de instituições em que foi citado(a); e peso 2 para as diferentes disciplinas em que foi citado (a). Os pesos foram estabelecidos em virtude do estudo buscar a identificação da maior influência de cada autor(a) ou obra, partindo-se do pressuposto que quanto maior a diversidade de instituições em que fora citado (a), maior influência no campo, utilizando-se a seguinte equação:  $NI = \{(Instituições \times 3) + (Disciplinas \times 2) + (Citações)\} \div 3$

Tabela 4 – Autores(a) mais influentes do campo de Públicas - amostra 1.

<b>Autor Citado</b>	<b>Número de citações</b>	<b>Instituições</b>	<b>Disciplinas</b>	<b>Nível de Influência</b>
Leonardo Secchi	11	6	10	16,33
Luiz Carlos Bresser Pereira	15	5	5	13,33
Roberto R. C. Pires	7	5	6	11,33
Fernando L. Abrucio	7	4	6	10,33
Peter Kevin Spink	6	4	5	9,33
Carlos Aurélio Pimenta De Faria	6	4	4	8,67
Gabriela Lotta	4	4	6	8,67
Michael Howlett	5	4	4	8,33
Pedro Cavalcante	5	3	5	8,00
B. Guy Peters	7	3	4	8,00
John W. Creswell	6	3	4	7,67
Ana Paula Paes De Paula	7	3	3	7,33
Max Weber	5	2	4	6,33
Earl Babbie	5	2	3	5,67
Cláudio Gonçalves Couto	6	1	2	4,33

Fonte: Elaboração própria (2025).

Acerca dos dados expostos na tabela acima, é importante destacar que o autor apenas duas mulheres estão inclusas no conjunto dos autores mais citados. Igualmente importante é que, ao ser citada em três disciplinas, Ana Paula Paes de Paula é citada apenas por um professor do sexo masculino; as outras duas vezes por docentes do sexo feminino. Todas são pessoas brancas.

A seguir, são analisados as obras mais citadas e o nível de influência de cada obra conforme métrica cientométrica apresentada por Rousseau (1998). Ao todo, foram identificadas 552 obras citadas. Apenas uma das obras é citada sete vezes, duas são citadas quatro vezes e seis obras são citadas três vezes. O restante das obras, 543 delas, são citadas uma ou duas vezes, conforme a Tabela 5.

Tabela 5. Quantidade de obras por frequência de citações - amostra 1.

<b>Freq. citação</b>	<b>N obras</b>	<b>Representatividade na amostra</b>
7	1	0,2%
4	2	0,4%
3	6	1,1%
2	102	18,5%
1	441	80,2%
<b>Total</b>	<b>552</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria (2025)

Foi realizada a análise do nível de influência das nove obras citadas três vezes ou mais, obtendo os resultados a seguir, expressas na Tabela 6.

Tabela 6 – Nível de influência das obras mais citadas - amostra 1.

<b>Obra citada</b>	<b>Autoria</b>	<b>Nº de citações</b>	<b>Nº de instituições</b>	<b>Nº de disciplinas</b>	<b>Nível de Influência</b>
Políticas Públicas, conceitos, esquemas de análise, casos práticos	Leonardo Secchi	7	5	6	11,33

Políticas públicas: coletânea	Enrique Saraiva, Elisabete Ferrarezi	4	4	4	8,00
Projetos de estágio do curso de administração	Sylvia Maria Azevedo Roesch	4	3	4	7,00
<i>Case Study Research Design and Methods</i>	Robert K. Yin	3	3	4	6,67
Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração	Joseph Hair	3	2	3	5
Fundamentos de Metodologia científica	Eva Maria Lakatos e Marina A. Marconi	3	2	3	5
Pesquisa social: métodos e técnicas	Roberto J. Richardson	3	2	3	5
<i>The Practice of Social Research (chapter 4: Purpose and Design of Research Projects)</i>	Earl Babbie	3	2	3	5
Projetos e relatórios de pesquisa em administração	Sylvia Constant Vergara	3	1	3	4

Fonte: Elaboração própria (2025).

Importante destacar que apenas parte dos autores mais citados tiveram suas obras dentre as mais citadas - já que esta análise parte das obras, e não dos autores. No processo de análise do nível de influência das referidas obras, os seguintes resultados foram encontrados: identificou-se que uma das obras de Leonardo Secchi apresentou o maior nível de influência, com diferença significativa em relação à frequência de citações das demais. Um dado observável é que apenas Secchi e Babbie encontram-se nas duas listagens, de autores e obras mais citadas. Também importa mencionar que neste conjunto aparecem quatro obras de cinco autoras femininas (sendo duas em coautoria), e seis obras de seis autores masculinos. Com exceção de Yin, autor asiático, todas as demais são pessoas brancas. Aprofundaremos a análise das obras e autores mais citados adiante, na seção 4.2.

Conforme explicitado, em virtude dos limites da pesquisa, foi necessário estabelecer critérios para uma análise mais aprofundada da representatividade

dos(as) autores(as) das obras indicadas como referência das disciplinas obrigatórias dos programas. Assim, a partir da amostra 1, foi selecionada uma amostra reduzida de instituições de ensino e respectivas disciplinas, para a análise das referências constantes de seus planos de ensino. Foram selecionados cinco programas de quatro instituições, a partir do critério de nota e região geográfica, conforme Quadro 5 a seguir.

Quadro 5 – Programas que compõem a amostra 2

	<b>Instituição de Ensino</b>	<b>Nome do Programa</b>	<b>Natureza</b>	<b>Natureza 2</b>	<b>Nota</b>	<b>Estado</b>	<b>Região</b>
1	Fundação Getúlio Vargas -SP	Administração Pública e Governo	Mestrado	Acadêmico	6	SP	SE
2	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Gestão Pública	Mestrado	Profissional	4	RN	NE
3	Universidade Federal de Santa Maria	Gestão de Organizações Públicas	Mestrado	Profissional	4	RS	S
4	Universidade de Brasília	Gestão Pública	Mestrado	Profissional	4	DF	CO
5	Fundação Getúlio Vargas -SP	Administração Pública e Governo	Doutorado	Acadêmico	6	SP	SE

Fonte: Elaboração própria (2025).

A amostra 2 possui 373 autores(as). No que tange à variável sexo, mais de 60% são do sexo masculino e menos de 30%, feminino, conforme Tabela 7.

Tabela 7 – Sexo dos(as) autores(as) - amostra 2.

<b>Sexo</b>	<b>N</b>	<b>Freq.</b>
Masculino	237	63,5%
Feminino	103	27,6%
Indisponível	33	8,8%
<b>Total</b>	<b>373</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Elaboração própria (2025).

Já com relação ao perfil racial, encontrou-se que 87% dos autores lidos são brancos. Apenas 2,4% da amostra é negra e 1,1% amarela.

Tabela 8 – Raça/cor dos autores - amostra 2.

<b>Raça</b>	<b>Nº</b>	<b>Freq.</b>
Branco	324	86,9%
Amarelo	5	1,3%

Preto	5	1,3%
Pardo	4	1,1%
Indisponível	35	9,4%
<b>Total</b>	<b>373</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria (2025).

Os dados acerca do perfil da raça de autores(as) brasileiros(as) corroboram as interpretações acerca do racismo epistêmico que impera na academia brasileira e no campo da Administração Pública. No total de 193 autores e autoras brasileiros e brasileiras analisadas, 188 pessoas são brancas. Reitera-se que a população indígena não está representada, o que sinaliza a necessidade do foco de políticas públicas para esta comunidade e seu acesso à pós-graduação de alto nível no país.

A proporção de sexo e raça também é uma variável indispensável de ser analisada. A Tabela 9 evidencia a discrepância entre o perfil da academia e da população brasileira. Os dados indicam que o grupo mais representativo da população do país, as mulheres negras, constitui apenas 1% da amostra de autores(as). Inversamente, o grupo mais representativo é o de homens brancos, quase 62% da amostra, seguido pelo de mulheres brancas (25,3%). O grupo menos representativo é o de autores negros (0,6%).

Tabela 9 – Autores/as segundo sexo e raça - amostra 2.

<b>Sexo e raça</b>	<b>Nº</b>	<b>Freq.</b>
Masculino - branco	230	61,8%
Feminino - branca	94	25,3%
Masculino - preto	1	0,3%
Feminino - preta	2	0,5%
Masculino - pardo	1	0,3%
feminino - parda	2	0,5%
Masculino - amarelo	4	1,1%
Feminino - amarela	2	0,5%
Indisponível	36	9,7%
<b>Total</b>	<b>373</b>	<b>100%</b>

Fonte: Banco de dados da pesquisa. Elaboração própria (2025).

Outra variável relevante é a referente à nacionalidade dos(as) autores(as), explicitada na Tabela 6, a seguir. Como se vê, a maioria dos(as) autores(as) citados

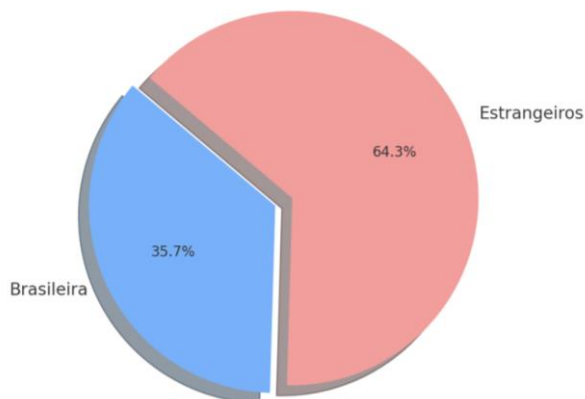
são estrangeiros, não brasileiros(as) (vide também o Gráfico 2). Quando se analisa as informações sobre as nacionalidades disponíveis, percebe-se que a brasileira é a mais representativa, seguida da estadunidense. Devido à representatividade brasileira, o continente sul americano é o mais representativo na amostra (51,5% dos autores com nacionalidade conhecida), seguido do norte-americano (com 28,8%) e europeu (18,2%). Oceania e Ásia comparecem de forma muito tímida na amostra, com apenas dois autores cada. Esses dados corroboram com a interpretação sobre o estrangeirismo (Louredo, 2019) presente no campo de públicas no Brasil e as influências sobretudo norte-americanas sobre a conformação histórica do campo e da disciplina no país (Andion, 2012; Paes De Paula, 2005; Coelho; 2020).

Tabela 10 – Naturalidade dos(as) autores(as) - amostra 2.

<b>América do Sul</b>	<b>136</b>
brasileira	133
argentina	2
colombiana	1
<b>América do Norte</b>	<b>76</b>
estadunidense	71
canadense	5
<b>Europa</b>	<b>48</b>
alemã	16
inglesa	9
francês	6
italiana	6
dinamarquesa	2
sueca	1
suíça	2
espanhola	1
belga	2
norueguesa	1
polonesa	1
austriaca	1
<b>Oceania</b>	<b>2</b>
australiana	1
neozelandesa	1
<b>Ásia</b>	<b>2</b>
taiwanês-americana	1
chinesa	1
Estrangeiros - nacionalidade indisponível	109
<b>Total</b>	<b>373</b>

Fonte: Banco de dados da pesquisa. Elaboração própria (2025)

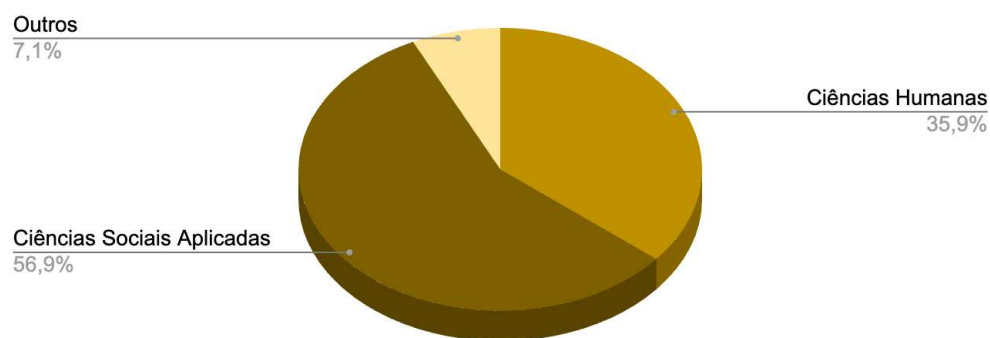
Gráfico 1 – Naturalidade dos autores da amostra: brasileiros(as) e estrangeiros(as)



Fonte: Banco de Dados da Pesquisa. Elaboração própria (2025).

A seguir, analisou-se a formação dos(as) autores(as) da amostra. Considerando as grandes áreas, conforme classificação da CAPES (2023), identificou-se que as áreas de formação estão concentradas nas Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Formação dos/as autores/as da amostra - áreas de concentração



Fonte: Banco de dados da pesquisa. Elaboração própria (2025).

Tabela 11 – Formação dos/as autores/as da amostra 2 - área da mais alta titulação.

Área	Nº
Ciência Política	64
Administração	51

Ciências Sociais	39
Economia	28
Administração Pública / Governo / Políticas Públicas	30
Educação	17
Psicologia	14
Direito	9
Filosofia	8
Engenharia de produção	8
Saúde pública / coletiva	5
Desenvolvimento urbano e meio ambiente	5
Antropologia	2
Medicina	2
Física	2
Serviço Social	2
Finanças	2
Demografia	1
Comunicação	1
História	1
Estatística	1
Química	1
Matemática	1
Literatura	1
Indisponível	78
<b>Total</b>	<b>373</b>

Fonte: Banco de dados da pesquisa. Elaboração própria (2025).

Em específico, conclui-se que a área de formação dos(as) autores(as) concentra-se principalmente na Ciência Política, seguida de Administração e Ciências Sociais (Tab. 7). Quando se considera a área de Administração em conjunto com Administração Pública, esta passa a ser a mais representativa. Não obstante, os dados também refletem a multidisciplinaridade presente no campo.

No que se refere às instituições de formação dos (as) autores (as), mapeou-se os países e o respectivo quantitativo de pessoas formadas em suas instituições (Tabela 8).

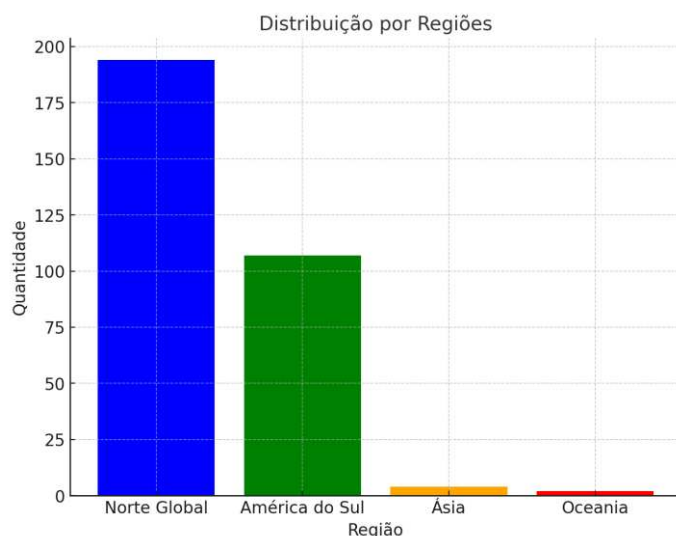
Tabela 12 – País e região das instituições de formação dos autores da amostra 2.

Localidade	Nº
Europa	69

Alemanha	11
Áustria	1
Bélgica	3
Suíça	2
Escócia	1
Espanha	5
Dinamarca	1
França	10
Holanda	1
Inglaterra	24
Itália	6
Portugal	2
Suécia	2
<b>América do Norte</b>	<b>125</b>
Canadá	10
EUA	115
<b>América do Sul</b>	<b>107</b>
Brasil	104
Argentina	2
Venezuela	1
<b>Ásia</b>	<b>4</b>
Israel	1
Rússia	1
Singapura	1
<b>Oceania</b>	<b>2</b>
Nova Zelândia	1
Austrália	1
<b>Total</b>	<b>373</b>

Fonte: Banco de dados da pesquisa. Elaboração própria (2025).

Gráfico 3 – Comparação de regiões e países da formação dos (as) autores (as) - amostra



Fonte: Banco de dados da pesquisa. Elaboração própria (2025).

Da mesma forma, a maior parte dos(as) autores(as) da amostra 2 concluiu sua formação no continente americano (56,6%). Entretanto, a maioria está concentrada na América do Norte (33,5%), seguido de América do Sul (28,7%) e Europa (18,5%). Seguindo a perspectiva decolonial, percebe-se que mais de 52% dos(as) autores possuem formação no Norte Global, sendo que essa informação inclui os estrangeiros e os próprios brasileiros (Gráfico 3).

De acordo com a Tabela 9, que mostra quais são as principais instituições onde os(as) autores(as) da amostra 2 se formaram (As 10 melhores posições), encontram-se nove instituições norte-americanas (com 63 formados) e sete brasileiras (com 77 formados).

Tabela 13 – Principais instituições que concentram as formações dos autores da amostra 2.

Posição	Instituição	País	Nº
1	Universidade de São Paulo	Brasil	26
2	Fundação Getúlio Vargas	Brasil	22
3	Instituto de Tecnologia de Massachusetts	EUA	13
4	Universidade da Califórnia	EUA	11
5	Universidade Estadual de Campinas	Brasil	10

6	Universidade de Harvard	EUA	8
6	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Brasil	8
7	Universidade de Chicago	EUA	7
8	Universidade de Michigan	EUA	6
8	Universidade de Wisconsin	EUA	6
9	Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro	Brasil	5
9	Universidade de Brasília	Brasil	5
10	Universidade de Minnesota	EUA	4
10	Universidade de Stanford	EUA	4
10	Universidade de Syracuse	EUA	4
10	Universidade Federal de Lavras	Brasil	4

Fonte: Elaboração própria (2025)

Outro dado que chama a atenção é o polo que concentra a formação dos (as) autores. Nos casos dos EUA, as instituições mais buscadas foram o Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), Universidade da Califórnia e Universidade de Harvard.

De acordo com o detalhamento trazido pela Tabela 10, que analisa a as instituições que formam os(as) autores(os) especificamente no contexto brasileiro, destaca-se o estado de São Paulo, com seis instituições, destacando-se a Universidade de São Paulo (USP) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Tabela 14 – Estado das instituições brasileiras de formação dos autores – amostra 2.

Instituição de formação	Estado	Nº	%
São Paulo		63	61,8%
Universidade de São Paulo	SP	26	25,5%
Fundação Getúlio Vargas	SP	22	21,6%
Universidade Estadual de Campinas	SP	10	9,8%
Universidade Federal de São Carlos	SP	3	2,9%
Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo	SP	1	1,0%
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	SP	1	1,0%
Rio de Janeiro		21	20,6%
Universidade Federal do Rio de Janeiro	RJ	8	7,8%

Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro	RJ	5	4,9%
Fundação Oswaldo Cruz	RJ	2	2,0%
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	RJ	2	2,0%
Universidade Federal Fluminense	RJ	2	2,0%
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	RJ	1	1,0%
Universidade Federal do Rio de Janeiro	RJ	1	1,0%
Minas Gerais		8	7,8%
Universidade Federal de Lavras	MG	4	3,9%
Universidade Federal de Minas Gerais	MG	2	2,0%
Universidade Federal de Viçosa	MG	2	2,0%
Distrito Federal		8	7,8%
Universidade de Brasília	DF	8	7,8%
Santa Catarina		2	2,0%
Universidade Federal de Santa Catarina	SC	2	2,0%
<b>Total</b>		<b>102</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Elaboração própria (2025).

A principal área dos(as) autores(as) formados na Universidade de São Paulo é a Ciência Política, seguida de Sociologia. Quanto aos(as) formados(as) na Fundação Getúlio Vargas, Administração Pública e Governo é preponderante. Em seguida, vê-se o Rio de Janeiro (20,6%), com sete instituições; seguido de Minas Gerais (7,8%), com três instituições; e Distrito Federal (7,8%) e Santa Catarina (2%), cada um com uma instituição.

Outro dado importante que se analisou são as instituições às quais os(as) autores(as) da amostra 2 estão vinculados atualmente (Tabela 11). Em mais de 53% dos casos, autores e autoras formados na Fundação Getúlio Vargas possuem vínculo institucional de atuação na mesma instituição.

Tabela 15 – Principais instituições às quais os autores da amostra 2 estão vinculados<sup>1</sup>.

<b>Instituição</b>	<b>País</b>	<b>Nº</b>
Fundação Getúlio Vargas	Brasil	26
Universidade de São Paulo	Brasil	12
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	Brasil	7
Universidade de Brasília	Brasil	6
Universidade de Michigan	EUA	5
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Brasil	5
Universidade Federal de Minas Gerais	Brasil	4
Universidade Federal do ABC	Brasil	4

Universidade da Califórnia	EUA	3
Escola Nacional de Administração Pública	Brasil	3
Stanford University	EUA	3
Universidade de Columbia	EUA	3
Universidade de Harvard	EUA	3
Universidade de Paris	França	3
Universidade do Estado da Califórnia	EUA	3
Universidade Estadual de Campinas	Brasil	3
Universidade Federal de Santa Catarina	Brasil	3
Universidade Federal Fluminense	Brasil	3
Universidade Harvard	EUA	3
Universidade Simon Fraser	Canadá	3
Universidade Vanderbilt	EUA	3
<b>Total</b>		<b>108</b>

Fonte: Elaboração própria (2025).

Nota 1: Definiu-se para esta análise o recorte mínimo de 3 autores(as) em uma mesma instituição.

Outra dimensão relevante, referente ao vínculo institucional dos autores e das autoras da amostra, também pode ser visualizada na Tabela 12 a seguir, que indica o país em que estão localizadas suas instituições de atuação.

Tabela 16 – Países e continentes das instituições de atuação dos(as) autores(as) - amostra 2.

Localidade	Nº	Freq. %
<b>Europa</b>	<b>51</b>	<b>18,3%</b>
Inglaterra	17	
Alemanha	7	
Espanha	6	
França	4	
Bélgica	3	
Itália	3	
Portugal	3	
Áustria	2	
Dinamarca	2	
Suécia	1	
Luxemburgo	1	
Noruega	1	
Suíça	1	
<b>América do Norte</b>	<b>93</b>	<b>33,5%</b>
EUA	84	
Canadá	9	

<b>América do Sul</b>	<b>125</b>	<b>45%</b>
Brasil	122	
Argentina	1	
Chile	1	
Colômbia	1	
<b>Oceania</b>	<b>5</b>	<b>1,8%</b>
Austrália	4	
Nova Zelândia	1	
<b>Ásia</b>	<b>4</b>	<b>1,4%</b>
China	1	
Hong Kong	2	
Vietnã	1	
<b>Total</b>	<b>278</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria (2025)

Vê-se que 45% dos(as) autores(as) atuam na América do Sul, sobretudo devido à concentração de instituições brasileiras. Em seguida, tem-se 31,5% na América do Norte e 18,3%, na Europa - com o Norte Global totalizando metade da Amostra 2. A representatividade de Oceania e Ásia mantém-se baixa na amostra.

Assim, pode-se concluir que a maior parte desses(as) autores(as) mais influentes são homens brancos, e sua formação e vínculo institucional (atuação) concentra-se no Norte Global. Os resultados até aqui confirmam, portanto, as hipóteses apresentadas ao longo deste trabalho. Eles evidenciam o quanto a relação entre colonialidade e processos de dominação de raça e gênero ainda se perpetua neste cenário, além de indicar que pessoas negras e nativas brasileiras não estão representadas no núcleo de autores e autoras identificados (as) como mais influentes.

#### **4.2. Autores, obras e paradigmas epistêmicos dominantes no campo da Administração Pública brasileira**

Nesta seção, buscou-se analisar de forma mais detida os autores e obras mais citados. O Quadro 6 a seguir detalha quais são as obras dos autores e autoras mais influentes identificadas nas referências; buscou-se ainda classificar sua abordagem preponderante.

Quadro 6 – Os doze autores mais influentes do campo de Públicas e respectivas obras citadas - amostra 1.

Autor Citado	Obras Citadas	Classificação
Leonardo Secchi	<p>Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções.</p> <p>Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos.</p> <p>Modelos Organizacionais e Reforma da Administração Pública.</p>	Corrente do Serviço Público Empírico-analítica
Luiz Carlos Bresser Pereira	<p>Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina.</p> <p>Reforma do Estado e administração pública gerencial.</p> <p>O Público Não-Estatal na Reforma do Estado.</p> <p>Construindo o estado republicano: democracia e reforma da gestão pública.</p> <p>Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial.</p> <p>Introdução à Organização Burocrática, A crise da América Latina: consenso de Washington ou Crise Fiscal?</p> <p>Os primeiros passos da Reforma Gerencial do Estado de 1995.</p> <p>Estado, estado-nação e formas sociais de intermediação.</p> <p><i>The two forms of capitalism: developmentalism and economic liberalism.</i></p> <p>Transição, consolidação democrática e revolução capitalista.</p> <p>A democracia não está morrendo. Foi o neoliberalismo que fracassou.</p> <p>Teorias do Estado inclusive a teoria novo-desenvolvimentista.</p> <p>Do desenvolvimentismo clássico e da macroeconomia pos-keynesiana para o novo desenvolvimentismo.</p> <p>Modelos de Estado desenvolvimentista.</p>	Nova Administração Pública (maioria) Empírico-analítica
Roberto R. C. Pires	<p>Governança e Capacidades Estatais: uma análise comparativa de programas federais.</p> <p>"Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas."</p> <p>"Burocracia, discricionariedade e democracia: alternativas para o dilema entre controle do poder administrativo e capacidade de implementação."</p>	Corrente do Serviço Público Empírico-analítica

	<p>Gestão Pública e Desenvolvimento: desafios e perspectivas.</p> <p><i>Street-level research and social inequality.</i></p> <p>Implementando Desigualdades: Reprodução de Desigualdades na Implementação de Políticas Públicas.</p> <p>Burocratas de médio escalão: novos olhares sobre velhos atores da produção de políticas públicas.</p>	
Fernando L. Abrucio	<p>A política de Educação e os governos subnacionais pós-Constituição Federal de 1988: diversidades e desafios.</p> <p>Burocracia e ordem democrática: desafios contemporâneos e experiência brasileira.</p> <p><i>The co-evolutionary policy style of Brazil: structure and functioning.</i></p> <p>Federalismo Brasileiro e Projeto Nacional: Os Desafios da Democracia e da Desigualdade.</p> <p>Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental.</p> <p>Burocracia e política no Brasil: desafios para o Estado democrático no século XXI.</p>	<p>Pluralista / Corrente do Serviço Público</p> <p>Empírico-analítica</p>
Peter Kevin Spink	<p>Reforma do Estado e administração pública gerencial, Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial.</p> <p>O lugar do lugar na análise organizacional.</p> <p>Avaliação democrática: propostas e práticas.</p> <p>Um olhar diferente sobre a multidisciplinaridade: políticas públicas e as múltiplas linguagens da ação pública.</p>	<p>Pluralista / Corrente do Serviço Público</p> <p>Crítica</p>
Carlos Aurélio Pimenta De Faria	<p>Implementação de políticas públicas: teoria e prática.</p> <p>Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes.</p> <p><i>Policy Transfer, Diffusion, And Circulation: research traditions and the state of the discipline in Brazil.</i></p> <p>A política pública como campo multidisciplinar.</p> <p>A Política da Avaliação de Políticas Públicas.</p> <p>Implementação de políticas públicas: teoria e prática.</p>	<p>Corrente do Serviço Público</p> <p>Empírico-analítica / Crítica</p>
Gabriela Lotta	<p>Estado, Governo e Políticas Públicas</p> <p><i>Street-level research and social inequality</i></p> <p>Desafios da integração nos novos arranjos institucionais de políticas públicas no Brasil</p> <p>Burocratas de médio escalão: novos olhares sobre velhos atores da produção de políticas públicas</p> <p>Burocracia de Médio Escalão: perfil, trajetória e atuação</p>	<p>Corrente do Serviço Público</p> <p>Empírico-analítica</p>

	Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil	
Michael Howlett	<p><i>Policy styles and policy-making: exploring linkages.</i></p> <p>Política Pública: seus ciclos e subsistemas (uma abordagem integradora).</p> <p>Guia de Políticas Públicas: gerenciando processos.</p> <p><i>Policy analysis in Canada: the state of art.</i></p>	<p>Corrente Estadocêntrica</p> <p>Empírico-analítica</p>
Pedro Cavalcante	<p><i>Trends in Public Administration After Hegemony of the New Public Management: A Literature Review.</i></p> <p>Gestão pública contemporânea: do movimento gerencialista ao pós-NPM.</p> <p>Burocracia de Médio Escalão: perfil, trajetória e atuação.</p> <p>O Presidente e seu núcleo de governo: a coordenação do Poder Executivo.</p>	<p>Corrente do Serviço Público</p> <p>Empírico-analítica</p>
B. Guy Peters	<p><i>The coordination of public sector organizations: shifting patterns of public management.</i></p> <p>Administração Pública: coletânea.</p> <p><i>Managing Horizontal Government: the politics of coordination.</i></p> <p><i>The politics of the bureaucracy.</i></p> <p>Administração Pública: Coletânea.</p> <p><i>Introduction. Handbook of Public Policy.</i></p>	<p>Corrente Estadocêntrica</p> <p>Empírico-analítica</p>
John W. Creswell	<p><i>Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches.</i></p> <p>Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e Misto.</p>	<p>Corrente Estadocêntrica</p> <p>Empírico-analítica</p>
Ana Paula Paes De Paula	<p>Fordismo, pós-fordismo e cyberfordismo: os (des)caminhos da indústria 4.0 do capitalismo ultraneoliberal.</p> <p>Administração Pública Brasileira entre o Gerencialismo e a Gestão Social.</p> <p>Pluralismo, pós-estruturalismo e "gerencialismo engajado": os limites do movimento critical management studies.</p> <p>Gestão Social e Bildung: Reflexões sobre a Importância da Formação para a Democratização no Setor Público.</p> <p>Por uma nova gestão pública? limites e potencialidades da experiência contemporânea.</p> <p>Teoria Crítica nas organizações.</p>	<p>Corrente do Serviço Público</p> <p>Matriz Crítica</p>

	Em busca de uma ressignificação para o imaginário gerencial: os desafios da criação e da dialogicidade.	
Max Weber	Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída. Ciência e política: duas vocações. Os três tipos puros de dominação legítima. A política como vocação.	Corrente Estadocêntrica*
Earl Babbie	<i>The practice of social research.</i> Métodos de pesquisa survey.	Corrente Estadocêntrica Matriz Técnica
Cláudio Gonçalves Couto	1988-2018: Trinta anos de constitucionalização permanente. Instituições políticas. Presidencialismo de coalizão.	Corrente pluralista Matriz empírico-analítica

Fonte: Elaboração própria (2025).

Analisando o perfil das obras dos/as autores/as mais influentes, concluiu-se que predomina a corrente Estadocêntrica (segundo a abordagem de Andion, 2012) e a matriz empírico-analítica ou técnica (segundo a abordagem de Paes de Paula, 2005). A seguir, aprofundamos as informações sobre o perfil e abordagem desses autores.

Gabriela Spanghero Lotta é a pessoa do sexo feminino mais influente no processo de análise cientométrica, e branca. É professora de Administração Pública e Governo na Fundação Getulio Vargas (FGV) e coordenadora do Núcleo de Estudos da Burocracia (NEB). Possui doutorado em Ciência Política pela USP, mestrado e graduação em Administração Pública pela FGV. Atualmente atua como pesquisadora do Centro de Estudos da Metrópole (CEM) e é bolsista de produtividade nível 2 do CNPq<sup>16</sup>.

Além disso, coordena a Rede Latinoamericana de Estudos sobre Burocracia de Nível de Rua do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais e é vice-coordenadora do RC27 (*Structures of Governance*) da Associação Internacional de Ciência Política. Também é editora associada de revistas acadêmicas como JPART e

<sup>16</sup> Informações retiradas do perfil da autora na Plataforma Lattes, atualizado em 6 de março de 2025. Acesso em 6 de março de 2025.

RAP, e integra o corpo editorial de diversas publicações internacionais. No setor público, é membro da Câmara Técnica de Transformações do Estado do Conselho da Presidência da República (Conselhão) e preside o Grupo de Trabalho para a criação do Sistema Nacional de Direitos Humanos. Em 2021, foi reconhecida pela organização Apolitical como uma das 100 acadêmicas mais influentes do mundo na área de governo.

As obras de Lotta mais influentes tematizam a burocracia estatal e o processo de implementação de políticas. A autora também estabelece, em suas análises, a atuação da burocracia em relação a processos de produção de desigualdades sociais. Segundo a abordagem de Andion, a autora se inscreve na corrente do Serviço Público; segundo a abordagem de Paes de Paula, a obra teria a característica de empírico-analítica.

Ana Paula Paes De Paula é a segunda das duas únicas mulheres identificadas como mais citadas no processo de análise do trabalho. A autora possui graduação em Administração de Empresas pela Universidade de São Paulo e é mestra em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas e doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas e Pós-Doutora em Administração pela Fundação Getúlio Vargas. Atualmente a autora está vinculada à Universidade Federal de Minas Gerais, como professora titular do Departamento de Ciências Administrativas da Faculdade de Ciências Econômicas (CAD/FACE) e do Centro de Pós-graduação em Administração (CEPEAD)<sup>17</sup>.

Paes de Paula possui abordagens críticas e distintas das predominantemente conservadoras no campo, conforme explicitado em seu próprio estudo (Paes de Paula, 2005). Ana Paula Paes de Paula dedica-se a uma ampla gama de temas em sua pesquisa acadêmica, incluindo epistemologia nos estudos organizacionais, movimentos sociais, participação social, ciberdemocracia, experiências alternativas, economia solidária e tecnologias sociais. Além disso, explora abordagens alternativas, como gestão dialógica, gestão colaborativa, autogestão, subjetividade, psicossociologia e psicanálise de grupos e organizações. Seu trabalho é amplamente reconhecido por suas contribuições significativas ao ensino e à pesquisa em

---

<sup>17</sup> Informações retiradas do perfil da autora na Plataforma Lattes, atualizado em 12 de fevereiro de 2025. Acesso em 28 de fevereiro de 2025

administração pública e estudos organizacionais no Brasil. Assim, as obras de Paes de Paula são classificadas como pertencentes à Corrente do Serviço Público (Andion, 2012) e à Matriz Crítica.

O autor mais citado entre autores e autoras é Leonardo Secchi, pessoa do sexo masculino, branco e brasileiro. Nascido no estado de Santa Catarina, possui títulos de graduação e mestrado em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutorado em Ciência Política pela Universidade de Milão, na Itália. Durante essa formação, realizou períodos de pesquisa na *Harvard University*, nos Estados Unidos, e na Universidade Autônoma de Barcelona, na Espanha. Além disso, aprofundou seus estudos com dois pós-doutorados: um na Universidade de Wisconsin-Madison (EUA), na área de Políticas Públicas, e outro na Universidade de Lisboa (Portugal), voltado para Administração Pública<sup>18</sup>.

No cenário internacional, sua relevância é evidenciada pelo fato de ter sido membro da força-tarefa da ONU (ONU/DESA) e da IASIA para a atualização dos padrões de excelência no ensino de Administração Pública. Além disso, sua experiência docente se estende além do Brasil, tendo sido professor visitante na Universidade de São Paulo (USP), na Universidade del Valle, na Colômbia, e no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE/IUL).

A produção acadêmica de Leonardo Secchi e atuação profissional estão direcionadas para reformas administrativas, análise e avaliação de políticas públicas e estudos do poder local. E suas obras abordam burocracia estatal e o processo de implementação de políticas; por este motivo sua obra foi classificada como de tendência predominante na Corrente do Serviço Público (segundo a abordagem de Andion, 2012) e de matriz empírico-analítica ou técnica (segundo a abordagem de Paes de Paula, 2005).

Com uma carreira extensa, Bresser-Pereira é do sexo masculino, branco, brasileiro; teve experiência como administrador de empresas e inovador na área pública (Bresser Pereira, 2024). É um renomado economista e acadêmico e possui graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) e mestrado pela *Michigan State University*, além de doutorado e livre-docência em Economia pela

---

<sup>18</sup> Informações retiradas do perfil da autora na Plataforma Lattes, atualizado em 15 de janeiro de 2025. Acesso em 28 de fevereiro de 2025

USP<sup>19</sup>. Atualmente, ele é professor titular na Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) e editor da Revista de Economia Política. Suas áreas de expertise incluem o desenvolvimento econômico, macroeconomia, e a interseção entre economia e política.

Suas obras têm apresentado novos desenvolvimentos na atualidade, entretanto, conforme análise das suas obras mais citadas, há predominância dos temas que analisam o Estado e a democracia, sobretudo na perspectiva da Corrente da Nova Administração Pública (maioria); enquadra-se também na matriz Empírico-analítica.

O terceiro autor mais influente, Roberto Rocha Coelho Pires<sup>20</sup>, é do sexo masculino, branco, também brasileiro, possui doutorado em Políticas Públicas pelo *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e graduação em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro (FJP). Pires é pesquisador no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e também professor em diversos programas de pós-graduação, com foco em políticas públicas, governança e desigualdades sociais. Ele já ocupou diversos cargos de liderança, incluindo o de Coordenador-Geral de Indicadores e Evidências no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

As áreas de interesse e pesquisa englobam o desenho e a implementação de políticas públicas, as relações estado-sociedade e o impacto das políticas sobre as desigualdades sociais. Além disso, ele tem vasta experiência no ensino acadêmico e contribuiu significativamente para a área por meio de seus papéis em instituições como a ENAP e o IDP. Apresenta escrita e abordagem similar às de Gabriela Lotta. Por este motivo, sua abordagem foi classificada como predominantemente da Corrente do Serviço Público e da matriz Empírico-Analítica.

Fernando Luiz Abrucio<sup>21</sup> é um cientista político brasileiro, do sexo masculino e branco. Ele é graduado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP),

---

<sup>19</sup> Informações retiradas do perfil do autor na Plataforma Lattes, atualizado em 03 de fevereiro de 2025.. Acesso em 28 de fevereiro de 2025

<sup>20</sup> Informações retiradas do perfil do autor na Plataforma Lattes, atualizado em 15 de fevereiro de 2025. Acesso em 28 de fevereiro de 2025

<sup>21</sup> Informações retiradas do perfil do autor na Plataforma Lattes, atualizado em 16 de fevereiro de 2025. Acesso em 28 de fevereiro de 2025

onde também obteve seu mestrado e doutorado em Ciência Política. Abrucio possui um vasto histórico de prêmios e reconhecimentos, incluindo o Prêmio Moinho Santista de Melhor Cientista Político Brasileiro na categoria Juventude (2001) e o Prêmio Lourival Gomes Machado de Melhor Dissertação de Mestrado da USP (1998).

É professor e pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV) desde 1995, onde tem ocupado diversos cargos de liderança, incluindo Chefe do Departamento de Gestão Pública e Coordenador do Curso de Graduação em Administração Pública. Além disso, é coordenador do Centro de Administração Pública e Governo (Ceapg-Eaesg) e tem atuado como pesquisador do INCT do CNPq e QualiGov.

Suas pesquisas focam em temas como federalismo, gestão pública, políticas públicas e comparações políticas, com ênfase especial em educação, desenvolvimento regional e a transformação do estado. Suas obras iniciam-se no início da década de 1980, sua abordagem é identificada como predominantemente das correntes Pluralista e do Serviço Público e na matriz Empírico-Analítica.

Seguindo o perfil dos demais autores mais citados, Peter Kevin Spink<sup>22</sup> é um acadêmico do sexo masculino e branco; britânico, possui produções com destaque nas áreas de administração pública e vulnerabilidade social. Ele é Professor Emérito da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), além de ser membro fundador do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (CEAPG) da instituição. Spink possui graduação em Psicologia pela University College London e doutorado em Psicologia Organizacional pelo Birkbeck College, ambos na Inglaterra. Sua carreira acadêmica inclui pesquisas e ensinamentos em diversas universidades internacionais, como as de Cambridge, Texas-Austin e Barcelona.

A escrita de Spink apresenta uma abordagem mais crítica, de caráter emancipatório. Por este motivo sua abordagem é identificada predominantemente como pertencente às correntes Pluralista e do Serviço Público e na matriz crítica.

---

<sup>22</sup> Informações retiradas do perfil do autor na Plataforma Lattes, atualizado em 14 de janeiro de 2024. Acesso em 28 de fevereiro de 2025

Carlos Aurélio Pimenta de Faria<sup>23</sup> é do sexo masculino, pessoa branca e brasileiro, com experiência no campo das políticas públicas e relações internacionais. Ele é bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq e tem se especializado na difusão e internacionalização das políticas públicas, políticas sociais, e na política externa do Brasil. Faria possui graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestrado e doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e pós-doutorado no *Institute of Development Studies* da Universidade de Sussex, Reino Unido.

As obras de Carlos Aurélio abordam temáticas de políticas públicas e seu processo de implementação. Além disso, apresenta uma abordagem conjunta com empírico e analítica, crítica. Classificou-se como pertencente à Corrente do Serviço Público e nas matrizes tanto Empírico-analítica quanto crítica.

Michael Howlett<sup>24</sup> é um acadêmico norte americano, do sexo masculino e branco. É especializado em ciência política, com ênfase em política canadense, administração pública e inovação em políticas públicas. Sua formação educacional inclui um doutorado em Ciência Política pela *Queen's University* (1988), onde sua pesquisa se concentrou nas políticas florestais do Canadá. Ele também possui um mestrado pela Universidade de British Columbia e um bacharelado pela Universidade de Ottawa. Observou-se que suas obras giram em torno da temática do ciclo de políticas públicas. Por este motivo, enquadra-se suas produções na corrente Estadocêntrica e matriz Empírico-Analítica.

Pedro Luiz Costa Cavalcante<sup>25</sup> é do sexo masculino, brasileiro e especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Ele é doutor em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB) e tem uma trajetória internacional com pós-doutorados na *Oxford University*, *University of California* (San Diego), e *Columbia University*. Atualmente, ocupa o cargo de Secretário Adjunto da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais no Ministério da Gestão e da Inovação em

---

<sup>23</sup> Informações retiradas do perfil do autor na Plataforma Lattes, atualizado em 30 de dezembro de 2024. Acesso em 28 de fevereiro de 2025.

<sup>24</sup> SFU CV System Abridged Contents. Dr Michael Howlett / Professor / Political Science April 17, 2019. Disponível em <<https://www.sfu.ca/content/dam/sfu/politics/documents/CVs/Howlett%20CV.pdf>> Acesso em 28 de fevereiro de 2025

<sup>25</sup> Informações retiradas do perfil do autor na Plataforma Lattes, atualizado em 24 de janeiro de 2025. Acesso em 28 de fevereiro de 2025.

Serviços Públicos, além de atuar como professor no Mestrado Profissional em Administração Pública no Instituto de Desenvolvimento de Políticas (IDP) e em programas de Mestrado e Doutorado na Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

A abordagem de Cavalcante é diversa sobre burocracia e paradigmas da administração pública. Enquadra-se na Corrente do Serviço Público e na matriz Empírico-Analítica.

B. Guy Peters<sup>26</sup> é pessoa do sexo masculino, branco e norte americano. B. Guy Peters é um renomado acadêmico com uma extensa carreira dedicada à pesquisa e ensino na área de ciência política, com ênfase em administração pública, governança comparada e política pública. Atualmente, ocupa o cargo de Maurice Falk Professor of American Government na Universidade de Pittsburgh e é Professor de Governança Comparada na Zeppelin University, na Alemanha. Além disso, Peters mantém uma posição como professor honorário na City University de Hong Kong, refletindo sua influência global na área de estudos governamentais.

O autor é formado em Ciência Política pela Universidade de Richmond (B.A., 1966) e obteve seu M.A. e Ph.D. na *Michigan State University*, respectivamente em 1967 e 1970. Ao longo de sua carreira, foi reconhecido com vários títulos honorários, incluindo doutorados honorários da Universidade de Vaasa (1998), Universidade de Gothenburg (1999), Tallinn University of Technology (2013) e KU Leuven (2015), evidenciando sua contribuição significativa para o campo da governança e da administração pública. Autor clássico da corrente Estadocêntrica com forte influência no país; apresenta forte discussão do Estado e como este produz políticas públicas; identificou-se como pertencente à matriz empírico-analítica.

John W. Creswell, é um renomado acadêmico com foco na área de pesquisa de métodos qualitativos e métodos mistos de pesquisa e representa produções significativas no desenvolvimento e popularização dessa abordagem, tornando-o figura influente nesse campo de pesquisa (*University of Michigan*, 2025). Assim, classificou-o pela sua influência na área da metodologia tradicional nas Corrente Estadocêntrica e Matriz Empírico-Analítica.

---

<sup>26</sup> Informações extraídas e traduzidas do currículo do autor disponível em <<https://www.polisci.pitt.edu/people/b-guy-peters>> Acesso em 25 fev de 2025

Atualmente, atua como Professor Adjunto e Cientista Pesquisador Sênior no Programa de Métodos Mistos da Universidade de Michigan, sendo amplamente reconhecido pela instituição por suas contribuições teóricas e práticas para a pesquisa científica em nível global. O autor possui doutorado pela Universidade de Iowa, realizado em 1974.

Autor mundialmente reconhecido, do sexo masculino, branco, europeu, Max Weber é um dos autores identificados como mais influentes no campo. Karl Emil Maximilian Weber nasceu em Munique na Alemanha no ano de 1864 e faleceu em 1920. Ele foi um sociólogo, jurista e economista, amplamente reconhecido como um dos fundadores da Sociologia Clássica, ao lado de Karl Marx e Émile Durkheim. Seu contexto de vida foi marcado pela unificação da Alemanha e pelo acelerado processo de industrialização do país, fatores que contribuíram para seu interesse pelo estudo das estruturas sociais (Cruz, 2024).

A obra de Max Weber foi identificada como pertencente à Corrente Estadocêntrica e empírico-analítica.

Earl Babbie, também do sexo masculino e branco é considerado um renomado sociólogo e professor emérito da Universidade de Chapman (*Chapman University*, 2025). É reconhecido por suas contribuições para a metodologia da pesquisa social, dedicou sua carreira à escrita de diversos livros didáticos sobre métodos de pesquisa, tornando-se uma referência na área.

Seu trabalho mais conhecido e obra mais frequente de citação no trabalho é *The Practice of Social Research*, publicado pela primeira vez em 1975. A obra se tornou um dos principais textos sobre pesquisa social, sendo amplamente adotada em universidades ao redor do mundo e traduzida para diversas línguas (Chapman University, 2025). Ao longo de mais de três décadas, o livro consolidou sua posição como um dos mais influentes na formação de pesquisadores e estudantes. Classificou-se como pertencente à Corrente Estadocêntrica e à Matriz Técnica.

Cláudio Gonçalves Couto<sup>27</sup> é cientista político e professor adjunto do Departamento de Gestão Pública da Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP), onde

---

<sup>27</sup> Informações retiradas do perfil do autor na Plataforma Lattes, atualizado em 25 de fevereiro de 2025. Acesso em 27 de fevereiro de 2025.

também leciona no Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas (MPGPP). É pessoa do sexo masculino, branco e brasileiro. O autor possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo e mestrado e doutorado em Ciência Política pela mesma universidade. Suas obras são referentes à constituição brasileira, temas tradicionais das ciências políticas do início do século XXI. Suas produções foram classificadas como pertencentes à Corrente pluralista e matriz empírico-analítica.

A quase ausência da abordagem crítica nas referências predominantes na amostra do campo da administração pública no país analisada corrobora com a perspectiva decolonial, que reforça a necessidade de haver correntes epistêmicas diversas no campo de formação de gestores(as) públicos(as) brasileiros(as). Da mesma forma, a predominância da influência do norte global sobre os planos de ensino demonstra a quase ausência de valorização de saberes regionais, além de tornar preponderante o saber produzido por pessoas brancas.

A partir dos estudos de Carniel (et. al. 2021) e o referencial teórico utilizado como referência para este trabalho, elaborou-se uma lista de autores e autoras pertencentes à abordagem decolonial. Em seguida, verificou-se se algum(a) desses(as) autores (as) fora citado(a) nos planos de ensino dos programas analisados. Dentre os autores e autoras pesquisados estão: Walter Mignolo; Aníbal Quijano; Catherine Walsh; Guerreiro Ramos; Ramón Grosfoguel; Enrique Dussel; Arturo Escobar; Santiago Castro-Gomez; Michel Foucault; Judith Butler; Gayatri Spivak; Paulo Freire; Luciana Maria de Aragão Ballestrin; Maria Lugones; Nelson Maldonado-Torres; Frantz Fanon.

Da listagem de autores, nenhum foi identificado como referência nos planos de ensino analisados. Assim, a análise bibliográfica permitiu identificar que não há autores reconhecidos como decoloniais, citados nos planos de ensino dos cursos de Administração Pública mais bem avaliados do país.

Para além dessa abordagem, realizou-se busca das terminologias da teoria ou abordagem decolonial no título das obras indicadas como de leitura obrigatória (amostra 1). Na busca, as seguintes palavras foram usadas (nos idiomas: português, inglês, espanhol e francês): decolonial\*, colonial\*, raça, racial, étnico, etnia,

etnicidade, indígena, nativo, preto, negro, gênero, sexo, mulher, equidade, igualdade, diversidade, Sul Global, Norte Global, crítico, emancip\*.

Identificou-se que a temática decolonial e racial em si não são abordadas nas obras de leitura obrigatória da amostra dos dez programas. Não foram detectados no banco os termos: decolonial\*, colonial\*, raça, racial, étnico, etnia, etnicidade, indígena, nativo, preto, negro, gênero, sexo, diversidade, Sul Global, Norte Global, emancip\*.

Apesar disso, alguns indicativos da discussão crítica, de equidade e da questão de gênero foram observadas um pequeno número de vezes no banco de dados; mais especificamente, em 12 das 552 obras (2,17%), totalizando 16 de 678 referências ou citações (2,35%).

Tabela 17 – Obras cujo título apresentou palavra selecionada.

Palavra	Nº obras	Nº citações	Obra	Autor/as
Mulher	2	2	Transversalidade e políticas para mulheres no Brasil: percursos de uma pré-política	Marta Ferreira Santos Farah e Fernanda Papa
		2	Mulheres das estrelas: Do eclipse ao xampu	Ana Posses, Duília de Mello e Geisa Ponte
Equidade	1	1	Um Ajuste Justo. Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil	Banco Mundial
Igualdade	6	1	<i>Street-level research and social inequality</i>	Gabriela Lotta e Roberto Pires
		1	<i>Income inequality in developing countries</i>	Rolph van der Hoeven
		3	Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas	Roberto Pires
		1	Federalismo Brasileiro e Projeto Nacional: Os Desafios da Democracia e da Desigualdade	Fernando L. Abrucio

		1	Todos os Estados São Iguais, Mas Alguns São Mais Iguais Que os Outros	Pedro Neiva e Taeko Hiroi
		1	Pobrezas e desigualdades no terceiro mundo	Pierre Salama e Jacques Valier
Crítica*	3	1	Pluralismo, pós-estruturalismo e "gerencialismo engajado": os limites do movimento critical management studies	Ana Paula Paes de Paula, Carolina Machado Saraiva de Albuquerque Maranhão e Amon Narciso de Barros
		1	<i>Critical management studies and critical theory: A review</i>	Thomas Klikauer
		1	A Teoria Crítica	Marcos Nobre

Fonte: Elaboração própria (2025).

Embora não estejam diretamente relacionadas com a epistemologia decolonial, importa reforçar a reduzida presença da abordagem crítica e de temas relacionados à questão da equidade. Quanto aos autores e autoras dessas obras, encontram-se alguns dos mais citados: Gabriela Lotta, Roberto Pires, Ana Paula Paes de Paula e Fernando L. Abrucio.

Considera-se como importante salientar que dentre eles, duas autoras são do sexo feminino. O número é reduzido, mas pode-se a partir disso refletir sobre a produção de obras mais críticas ou progressistas por parte de mulheres. Assim se, por um lado, há preponderância de autores masculinos nos cursos de Administração Pública do país, de acordo com a amostra; por outro lado, este perfil muda quando se trata das abordagens mais críticas. A autoria dessas obras conta com um total de 18 autores e autoras. Dentre esses, 9 são do sexo feminino e 9 do sexo masculino. Em suma, podemos observar que, embora o campo seja majoritariamente influenciado por autores do sexo masculino, as abordagens críticas possuem maior influência de mulheres. Esta realidade pode expressar que públicos historicamente subalternizados possuem tendência em elaborar abordagens mais críticas, reforçando a teoria decolonial de que as vivências pessoais não devem ser excluídas das produções científicas.

Por outro lado, dos 18 autores e autoras 17 são pessoas brancas e uma amarela. Isso reforça novamente a ausência de representatividade de pessoas negras, ainda que 14 dessas pessoas sejam brasileiras.

## 5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa buscou compreender quais são os intelectuais e obras que “informam” a formação de novos cientistas e administradores e administradores públicos, do campo da administração pública brasileira. Para tanto, o trabalho analisou o perfil dos intelectuais e obras que influenciam essa formação, sob a perspectiva da epistemologia decolonial. Ou seja, considerando os cursos mais bem avaliados de Mestrado e Doutorado em Administração Pública, acadêmicos e profissionais, analisou-se as referências bibliográficas presentes nos planos de ensino das suas disciplinas obrigatórias. Também analisou o perfil do corpo docente, coordenação dos programas, a partir de características como sexo, raça, instituição de formação e de atuação, entre outros, buscando identificar ao menos em parte o enquadramento e o conteúdo ministrados nesses cursos. Neste capítulo final, retomamos brevemente os principais achados da pesquisa.

Os dados do IBGE indicam que a maioria da população brasileira é preta ou parda; entretanto, no estudo, é possível vislumbrar que a composição dos corpos docente e da coordenação dos programas reflete ainda um viés colonial, com predominância de pessoas brancas ocupando posições de poder e de maior influência acadêmica. Os dados apontam uma predominância de pessoas brancas nos cargos de coordenação e entre os docentes das disciplinas obrigatórias nos programas de pós-graduação em Administração Pública no Brasil. Além disso, não existe mulher negra coordenando cursos; e entre os docentes, não há homens negros, enquanto mulheres negras representam apenas 6,5%.

Outro dado importante de ser evidenciado é que nenhum dos doze autores e autoras identificados como mais influentes a partir dos planos de curso analisados, é negro, amarelo ou nativo brasileiro. A questão de gênero também se apresenta na análise dos dados. Apenas duas mulheres estão entre tais autores mais citados. Isso sugere que o reconhecimento acadêmico ainda apresenta uma disparidade de gênero muito significativa.

No que tange ao perfil dos autores citados nos planos de ensino analisados na amostra dos quatro planos de ensino. Os dados da amostra 2 confirmam a tendência identificada na amostra 1: a produção acadêmica na Administração Pública no Brasil

é dominada por intelectuais brancos, com um apagamento significativo de autores negros e indígenas. Isso sugere que o campo ainda está longe de incorporar perspectivas diversas e plurais.

A maioria dos autores citados (87%) são brancos, enquanto apenas 2,4% são negros e 1,1% amarelos. A ausência de indígenas na amostra pode reforçar a exclusão dessas vozes no campo acadêmico. A ausência de indígenas na amostra e a baixa presença de autores negros escancaram a necessidade de políticas afirmativas para garantir maior acesso e participação desses grupos na pós-graduação e na produção acadêmica de alto nível.

Os dados da amostra 2 indicam que mais de 60% dos autores analisados são homens, enquanto menos de 30% são mulheres, o que reforça a desigualdade de gênero na produção acadêmica da Administração Pública. Já as mulheres negras, que são um dos maiores grupos populacionais do Brasil, representam apenas 1% da amostra de autores citados, indicando uma exclusão sistemática dessas vozes na literatura acadêmica da área.

A maioria dos autores citados nas amostras, em geral, não são brasileiros, o que reforça a influência internacional na produção acadêmica da Administração Pública no Brasil. Entre os estrangeiros, os estadunidenses são os mais representativos, evidenciando uma forte influência estadunidense. Outro dado pertinente de ser destacado é que mais de 52% dos autores da amostra 2 possuem formação em países do Norte Global, incluindo estrangeiros e brasileiros que estudaram em outro país. Isso pode sugerir uma dependência estrutural das referências e metodologias desenvolvidas nesses países, o que pode limitar perspectivas mais locais, decoloniais e críticas sobre o campo.

Os dados corroboram em grande medida com as interpretações sobre o “estrangeirismo”, já identificado no campo por Guerreiro Ramos na Administração Pública no Brasil. Esses dados indicam que, apesar da relevância dos estudos brasileiros no campo, a academia ainda opera sob forte influência de países do Norte Global, especialmente dos EUA. Isso levanta questões sobre a autonomia teórica e metodológica da Administração Pública no Brasil e a necessidade de ampliar a inclusão de referências locais e de países do Sul Global.

A formação acadêmica dos autores concentra-se principalmente em Ciência Política, Administração e Ciências Sociais. Isso corrobora com a afirmativa da natureza interdisciplinar do campo da Administração Pública no Brasil. Por outro lado, embora a teoria decolonial tenha sido influenciada e inicialmente difundida no país por essas áreas, como indicado em pesquisas que analisam a produção científica e as referências intelectuais da graduação, de acordo com os resultados deste trabalho, ela não parece ter influência no nível de pós-graduação em Administração Pública.

A identificação de quantidade significativa do uso de manuais acadêmicos antigos como referencial teórico obrigatório, levanta diversas problemáticas, tanto epistemológicas quanto pedagógicas e políticas. Um primeiro ponto a ser problematizado é o fato de que os manuais antigos refletem visões eurocêntricas, positivistas e universalizantes sobre o Estado, a gestão pública e o desenvolvimento. O que implica na reprodução acrítica de conceitos descontextualizados da realidade brasileira, ignorando desigualdades raciais, sociais, culturais e históricas locais.

Além disso, o predomínio de manuais antigos desestimula o uso de autores contemporâneos, especialmente aqueles que trabalham com epistemologias críticas, decoloniais, feministas e afrocentradas. Isso reforça o apagamento de vozes subalternizadas, como autores(as) negros(as), indígenas, latino-americanos(as) e do Sul Global. Por fim, o uso dos mesmos manuais, alguns escritos há décadas, pode gerar um ambiente de estagnação acadêmica, em que os estudantes são incentivados a repetir conteúdos consolidados, em vez de problematizá-los ou atualizá-los. Resulta-se por fim no comprometimento da renovação teórica do campo e reduz a capacidade crítica dos futuros pesquisadores e gestores.

Os achados da pesquisa possibilitam refletir quais autores e autoras podem ser apropriados nos cursos de pós-graduação em administração pública no Brasil. Além disso, a continuidade do estudo pode suscitar a investigação de formas de ampliar a presença de autores negros, indígenas, mulheres e latino-americanos nas bibliografias obrigatórias dos cursos de Administração Pública. Pesquisas futuras podem explorar se a inclusão de referências mais diversas impacta na formação de administradores públicos mais sensíveis a questões sociais e equitativas. Um caminho interessante seria acompanhar, ao longo do tempo, se os programas de pós-graduação incorporam progressivamente epistemologias decoloniais e referências do Sul Global. A comparação entre o caso brasileiro com o de outros países da América

Latina, África ou Ásia pode corroborar com novas visões sobre como a Administração Pública se constrói em comparação com outros cenários.

No que tange às limitações metodológicas, a pesquisa trabalhou com amostras de planos de ensino de cursos bem avaliados. Isso restringe a generalização dos resultados para todos os programas de pós-graduação em Administração Pública no Brasil. Programas menos tradicionais ou menos bem avaliados podem apresentar dinâmicas diferentes. Como os programas avaliados são majoritariamente de instituições mais tradicionais, padrões institucionais conservadores podem ter amplificado a percepção de homogeneidade acadêmica.

Além disso, reconhece-se o viés de seleção no processo de escolha intencional, focando nos cursos mais bem avaliados, o que resulta numa representação que não corresponde à diversidade existente em programas de menor visibilidade. A abordagem quantitativa da cientometria, embora útil para identificar tendências, é insuficiente para captar nuances qualitativas, como o modo como autores são discutidos em sala ou o grau de problematização de ideias eurocêntricas. A limitação teórica pode ser evidenciada no fato de adotar-se a perspectiva da epistemologia decolonial como lente principal. Por um lado, é um grande mérito, mas, por outro, pode limitar o diálogo com outras abordagens críticas que também tratam da formação acadêmica, como o pós-estruturalismo, estudos culturais ou teorias pós-modernas.

A limitação da heteroatribuição na pesquisa pode ser outro ponto a ser analisado. Refere-se ao fato de que as atribuições são feitas por terceiros, neste caso sobre as características de alguém. Isso traz riscos de subjetividade, viés de percepção e imprecisão. Para suprir tais fragilidades, importa que a heteroatribuição seja realizada por mais de uma pessoa, o que pode atribuir maior confiabilidade, o que também não foi o caso desta pesquisa. Embora apresente distintas limitações, a pesquisa. Esta pesquisa não fecha um debate, ao contrário abre múltiplos caminhos para se pensar a produção e a transmissão do conhecimento na Administração Pública brasileira; para o processo de formulação de políticas públicas de inclusão acadêmica; incentivo de novas práticas pedagógicas mais plurais, críticas e decoloniais; além disso, fortalece epistemologias alternativas que levem a um Estado mais democrático, equitativo e representativo.

A pesquisa abre espaço para novas agendas de estudos e trabalhos, ao trazer duas reflexões profundas sobre o campo. Primeiramente: questiona sobre o perfil do campo da Administração pública no país, com foco nos cursos *stricto sensu*, temática que ainda representa atualmente uma lacuna de conhecimento no país. Segundo: discute o quanto epistemologias alternativas podem contribuir para o processo de formação de gestores e gestoras públicas do nosso país.

Como todo estudo pioneiro, a pesquisa abre caminhos para diversas questões, representando a positividade das pesquisas de natureza crítica e exploratória.

Para além disso, a pesquisa aponta para a necessidade de discutir a adoção de ações afirmativas específicas na pós-graduação, como bolsas para estudantes negros, indígenas e mulheres negras. A pesquisa instiga o debate sobre a necessidade de políticas públicas que estimulem a produção acadêmica nacional e decolonial, rompendo a dependência excessiva do Norte Global. Por fim, a pesquisa abre oportunidade para discutir como a composição étnico-racial e de gênero dos quadros docentes influencia a produção e difusão do conhecimento em Administração Pública.

Assim, o trabalho apresentado contribui para um conjunto de questões ainda não resolvidas, apresentando possibilidades outras de questionamentos e compreensão do fenômeno estudado, bem como tenta caminhar em outras passarelas epistemológicas, rumando para um futuro mais equânime, diverso e justo para a Administração Pública brasileira.

## REFERÊNCIAS

ABDALLA, M. M.; FARIA, A. Em defesa da opção decolonial em administração/gestão. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, n. 4, p. 914–929, out. 2017.

ANDION, C. Por uma nova interpretação das mudanças de paradigma na administração pública. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 1, p. 01–19, mar. 2012.

BALLESTRIN, L. M. E de. A. Modernidade/Colonialidade sem “Imparcialidade”? O Elo Perdido do Giro Decolonial. **Dados**, v. 60, n. 2, p. 505–540, abr. 2017.

BBC. News Brasil. **População preta cresce 42% e outras 4 novidades sobre perfil étnico-racial dos brasileiros no Censo 2022**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4nyekzdd16o>. Acesso em: 21 fev. 2025.

BALLESTRIN, L. América Latina e o Giro Decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, no 11, pp. 89-117, 2013.

BERNARDINO-COSTA, J. Convergências entre intelectuais do Atlântico Negro: Guerreiro Ramos, Frantz Fanon e Du Bois. In: **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Organizadores: Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel. 1. ed. Belo Horizonte. Autêntica Editora. (Coleção Cultura Negra e Identidades). 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Administração pública e de empresas: duas coisas muito diferentes**. Disponível em: [https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/pesquisa-eaesp-files/arquivos/bresser\\_-\\_administracao\\_publica\\_e\\_de\\_empresas\\_-\\_duas\\_coisas\\_muito\\_diferente.pdf](https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/pesquisa-eaesp-files/arquivos/bresser_-_administracao_publica_e_de_empresas_-_duas_coisas_muito_diferente.pdf). Acesso em 28 fev. 2025.

CABRINI GRÁCIO, M.C; TANNURI DE OLIVEIRA, E. F. Análise de cocitação de autores: um estudo teórico-metodológico dos indicadores de proximidade, aplicados ao GT7 da ANCIB. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 9, n. 1, 2013. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3403>. Acesso em: 18 mar. 2024.

CAMPOS, Luiz A.; CANDIDO, M. R. **Desigualdades Raciais na Ciência Brasileira**. GEMAA, 2023. Disponível em: <https://gema.iesp.uerj.br/infografico/desigualdades- raciais-na-ciencia-brasileira/#9976c2be-fb31-45f9-927f-06b8da6bbc16-link>. Acesso em: 20 fev. 2025.

CARNIEL, F.; LACRUZ, A.; AMÉRICO, B.; MATHIAS, M. Projetos globais e o estranho: estudos decoloniais na produção acadêmica brasileira. **SciELO Preprints**. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/1955>. Acesso em: 14 mar. 2025.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 11. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008.

CLEMENTE, A. J.; OLIVEIRAI, M. F. R de.; HOROCHOVSKII, R. R.; JUNCKESI, I. J.; AZEVEDO, N. T de. Campo de Públicas: uma cientometria a partir de Projetos Pedagógicos de Curso. **Revista de Sociologia e Política** v. 30, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/dK6HHZZdnf6xJLpWKdcrFrw>. Acesso em: 20 fev. 2025.

COELHO, F. S. de.; ALMEIDA, I. S. B de.; MIDDLEJ, S.; SCHOMMER, P.C.; TIEXIERA, M.A. C. O campo de públicas após a instituição das diretrizes curriculares nacionais (DCNs) de administração pública: trajetória e desafios correntes (2015-2020). **Administração: Ensino e Pesquisa - RAEP**, v. 21, n. 3, p. 488-529, 2020. Tradução. Disponível em: <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/1897>. Acesso em: 20 jan. 2025.

COELHO, F. S.; NICOLINI, A. M. Do auge à retração: análise de um dos estágios de construção do ensino de Administração Pública no Brasil (1966-1982). **O&S - Salvador**, v.20, n.66, p. 403-422, julho/setembro, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/PvRMwTBWcQ43pCybdkMq7fF/?lang=pt>. Acesso em: 29 maio. 2024

BRASIL. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Distrito Federal, 1988. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 22 maio. 2024.

COSTA, C. L. de. Feminismos descoloniais para além do humano. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 929–934, set. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/qNnTL8TXntRD55pTsqWVq7g/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 fev. 2025.

COSTA, C. L. de. Feminismo e tradução cultural: sobre a Colonialidade do Gênero e a Descolonização do Saber. **Portuguese Cultural Studies: Vol. 4: 1 ed.**, 2012. Disponível em: <https://openpublishing.library.umass.edu/p/article/id/344/>. Acesso em: 02 mar 2024.

DA SILVA, M. R.; HAYASHI, C. R. M.; HAYASHI, M. C. P. I. Análise bibliométrica e cientométrica: desafios para especialistas que atuam no campo. **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, Brasil, v. 2, n. 1, p. 110–129, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42337> . Acesso em:16 abr. 2024.

DOMINGUES, J. M. Global Modernization, 'Coloniality' and a Critical Sociology for Contemporary Latin America. **Theory, Culture & Society**, v. 26, n. 1, p. 112–133, jan. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0263276408099018>. Acesso em: 16 abr. 2024.

DULCI, T. M. S.; MALHEIROS, M. R. Um giro decolonial à metodologia científica: apontamentos epistemológicos para metodologias desde e para a América Latina. **VII Encuentro de Estudios Sociales desde América Latina y el Caribe**. Edição Especial. 2021. Disponível em:

<https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/2686/2472>. Acesso em: 12 abr. 2024.

FANON, F. **Los condenados de la tierra**. Tlalaparta, SL. 9. ed. 1999.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (Brasil). **Funai fixa critérios complementares para autodeclaração indígena 2022, Brasília**. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2021/funai-fixa-criterios-complementares-para-autodeclaracao-indigena#:~:text=%E2%80%9CA%20Funai%20acredita%20que%20a,popula%C3%A7%C3%B5es%E2%80%9D%2C%20pontua%20o%20presidente>. Acesso em 19 fev. 2025.

GROSGUÉL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Epistemologias do Sul. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. p. 115-147. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/697#quotation>. Acesso em: 26 fev. 2024

IBGE (Brasil). **Agência IBGE Notícias**. Censo 2022:pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda. 2023. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda#:~:text=Desde%201991%2C%20esse%20contingente%20n%C3%A3o,amarelas%20\(0%2C4%25](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda#:~:text=Desde%201991%2C%20esse%20contingente%20n%C3%A3o,amarelas%20(0%2C4%25). Acesso em abr. 2024.

IBGE (Brasil). **Agência IBGE Notícias**. Novos recortes geográficos do IBGE detalham desigualdades do país em 2023. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/42074-novos-recortes-geograficos-do-ibge-detalham-desigualdades-do-pais-em-2023>. Acesso em 18 fev. 2025.

IBGE (Brasil). Brasil - Nosso Território. Vídeo: As Grandes Regiões do Brasil. 2025. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/territorio/21469-as-grandes-regioes-do-brasil.html#:~:text=O%20Brasil%20%C3%A9%20dividido%20em,foi%20utilizada%20no%20v%C3%ADdeo%20acima>. Acesso em 15 fev. 2025.

IBGE (Brasil). **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Materiais Especiais, 2023. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21039-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca-no-brasil.html>. Acesso em 10 set. 2023.

LANDER, E. “A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas”. In: Edgardo Lander (org). **Colección Sur Sur**, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

LOUREDO, F. M. Repensando as bases da administração pública brasileira: contribuições de Guerreiro Ramos sob o olhar decolonial. **Revista Estudos de**

**Administração e Sociedade**. v.4 n.1 30-41, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaeas/article/view/43333>. Acesso em 27 dez de 2023.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Um intelectual tenta dizer quem é**. Disponível em: <https://www.bresserpereira.org.br/24-um-intelectual-tenta-dizer-quem-e.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2025.

Magalhães, A. M. Da diáspora africana no Museu Histórico Nacional: um estudo sobre as exposições entre 1980 e 2020. **Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material**, 30, 1-29, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02672022v30d1e39>. Acesso em: 25 fev. 2025.

MAGALHÃES, A. M.; BOJUNGA, C. B. R. P. Segredos da história do Brasil revelados por Gustavo Barroso na revista O Cruzeiro (1948-1960). **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), v. 27, n. 54, p. 345–364, jul. 2014.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. *In*: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (org.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores: Universidad Central, 2007.

MELO, M. P.C. **Quem explica o Brasil**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 1999.

MIGNOLO, W. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, 32(94). 2017.

MIGNOLO, W.; WALSH, C. **On Decoloniality: Concepts, Analytics, Praxis**. Duke University Press, Washington 2018.

MIGNOLO, W. **Desobediência Epistémica: retórica de la modernidade, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Buenos Aires: Del Signo, 2014.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitative and Qualitative Methods: Opposition or Complementarity? **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/sep, 1993.

NASCIMENTO, M. R. Cientometria: conceituações básicas e aplicações, 2021.41 slides. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/353221891\\_Cientometria\\_conceituacoes\\_basicas\\_e\\_aplicacoes](https://www.researchgate.net/publication/353221891_Cientometria_conceituacoes_basicas_e_aplicacoes). Acesso em 16 abr. 2024.

OLIVEIRA, S. R. de.; FERREIRA, C. S. da. Voltando para casa: (re)encontrando Guerreiro Ramos, Tragtenberg e Prestes Motta. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 5, n. 1, p. 01–09, mar. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/FFb7pjqbxyyPnZMf68RBwzh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 fev. 2025.

OSÓRIO, R. G. O Sistema Classificatório De “Cor Ou Raça” do IBGE. IBGE, Distrito Federal, 2003. Disponível em:

[https://www.ibge.gov.br/confest\\_e\\_confege/pesquisa\\_trabalhos/arquivosPDF/M25502.pdf](https://www.ibge.gov.br/confest_e_confege/pesquisa_trabalhos/arquivosPDF/M25502.pdf). Acesso em 27 fev. 2025.

FREIRE, P. **Pedagogy of Indignation**. Boulder, Colorado: Paradigm, 2004.

PAULA, A. P. P. de. Para além dos paradigmas nos Estudos Organizacionais: o Círculo das Matrizes Epistêmicas. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, RJ, v. 14, n. 1, p. 24 a 46, 2016. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/31419>. Acesso em: 25 abr. 2025.

PAULA, A. P. de. **Por uma Nova Gestão Pública**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2005.

PIRES, V.; DE A. MIDDLEJ E SILVA, S.; AZEVEDO FONSECA, S.; VENDRAMINI, P.; COELHO, F. S. Dossiê - Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. **Administração Pública e Gestão Social**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 110–126, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/4650>. Acesso em: 27 mar. 2024.

PREBISCH, R. “Commercial Policy in the Underdeveloped Countries.” **The American Economic Review**, vol. 49, no. 2, 1959, pp. 251–73. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/1816120>. Acesso em: 17 mar. 2024.

NATÁLIA, C. Max Weber: quem foi e a sociologia compreensiva. 2024. Disponível em: <https://querobolsa.com.br/enem/sociologia/max-weber>. Acesso em 27 fev. 2025.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Edgardo Lander (Org.). **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais - Perspectivas latinoamericanas**. Colección Sur, CLACSO: Ciudad Autónoma de Buenos Aires, p. 107-126, 2005.

RAMOS, A. G. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editorial Andes Limitada, 1957.

RAMOS, A. G. A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo da possibilidade. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 7 a 44, 1967. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/4173>. Acesso em: 23 abr. 2024.

RAMOS, A. G. A nova ignorância e o futuro da administração pública na América Latina. **Revista de Administração Pública**, v. 17, n. 1, p. 32 – 65, 1983.

RAMOS, A. G. **A redução sociológica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/11293>. Acesso em: 23 abr. 2024.

REIS, D. S. dos. A Colonialidade Do Saber: Perspectivas Decoloniais Para Repensar A Universalidade. **Educação & Sociedade**, v. 43, p. e240967, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/V4NXjqDTzVTkVLRXQyDfdyQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 abr. 2024.

SENADO FEDERAL (Brasil). **Manual Quesito Cor/Raça e Etnia do Senado Federal Manual Quesito Cor/Raça e Etnia do Senado Federal**. Distrito Federal, 2024. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/642501/Manual\\_quesito\\_cor\\_ra\\_ca\\_etnia\\_SF.pdf?sequence=1&isAllowed=y#:~:text=O%20quesito%20cor%20ou%20ra%C3%A7a,%2C%20amarela%2C%20ind%C3%ADgena%20ou%20branca.](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/642501/Manual_quesito_cor_ra_ca_etnia_SF.pdf?sequence=1&isAllowed=y#:~:text=O%20quesito%20cor%20ou%20ra%C3%A7a,%2C%20amarela%2C%20ind%C3%ADgena%20ou%20branca.) Acesso em 19 fev. 2025.

SERVA, M. Epistemologia da administração no Brasil: o estado da arte. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, n. 4, p. 741–750, out. 2017.

SILVA, J. A. da.; BIANCHI, M. DE L. P. Cientometria: a métrica da ciência. **Paideia**, v. 11, n. 21, p. 5–10, Ribeirão Preto, São Paulo, 2001.

Silva, R. C. A falsa dicotomia qualitativo-quantitativo: paradigmas que informam nossas práticas de pesquisa. *In* G., Romanelli, & Z. M. M., Biasoli-Alves (Eds.), **Diálogos metodológicos sobre práticas de pesquisa** (pp. 159-174). Ribeirão Preto, SP: Legis Summa, 1998.

ROSA, S. **Reflexão antirracista de bolso** – Conversa Preta: diálogos sobre racismo nas convivências por meio da educação e da literatura. 1 ed. São Paulo. Arco 43 Editora. 2022.

ROUSSEAU, R. Indicadores bibliométricos e econométricos para a avaliação de instituições científicas. **Ciência da Informação**, v. 27, n. 2, p. nd, 1998.

SILVA, T. D. **Ação afirmativa e população negra na educação superior: acesso e perfil discente**. Texto para discussão 2569. Rio de Janeiro: IPEA, 2020.

UNITED NATIONS (UN. **Questões Globais**. População. Disponível em : <https://www-un-org.translate.goog/en/global-issues/population? x tr sl=en& x tr tl=pt& x tr hl=pt& x tr pto=sge#:~:text=Nossa%20popula%C3%A7%C3%A3o%20crescente,alcance%20para%20as%20gera%C3%A7%C3%B5es%20futuras.> Acesso em 21 fev. 2025.

IZAÚ, V.; SANTOS, C.E. dos; CAMPOS, R. C.; GONÇALVES, L. A.O. Metodologias descolonizadas: caminhos teóricos e práticos no campo da educação. *In*: IZAÚ, V *et al.* **Epistemologias pretas em narrativas insurgentes**. Belo Horizonte: Letramento, 2022.

WALSH, C.; OLIVEIRA, L. F.; CANDAU, V. M. Colonialidade e pedagogia decolonial: Para pensar uma educação outra. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 26(83), 2018. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/3874/2102>. Acesso em 05 fev. 2023.

WALSH, C. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. *In*: CANDAU, V. M. **Educação intercultural na América Latina: Entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-42.

WHITE, H.D.; GRIFFITH, B. Author co-citation: a literature measure of intellectual structure. **Journal of the American Society for Information Science & Technology**, v. 32, n. 2, p. 163-171, 1981.

## Anexo I

## Programas de Pós-Graduação em Administração Pública, da área de avaliação “Administração”, 2023.

Programas de Pós-Graduação em Administração Pública				
	IES	Programa	Nível	Áreas de concentração (Linhas de Pesquisa)
1	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	Programa de Pós-Graduação em Administração Pública	Mestrado Profissional	Gestão de Instituições Públicas e Sociais (Gestão de Organizações Públicas Não-Estatais; Gestão de Organizações Públicas Não-Estatais)
2	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública	Mestrado Profissional	Gestão Pública (Gestão e Políticas Públicas); Política e Gestão Públicas (Políticas Públicas e Governança; Reforma do Estado e Inovações na Gestão Pública)
3	Universidade Federal do Pará (UFPA)	Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública	Mestrado Profissional	Gestão Pública do Desenvolvimento (Gestão Pública Municipal; Gestão de Organizações Públicas)
4	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública	Mestrado Profissional	Administração Pública (Gestão de Políticas Públicas; Gestão de Serviços Públicos e Inovação)
5	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Programa de Pós-Graduação em Administração Pública	Mestrado Acadêmico	Governo, Organizações e Sociedade (Instituições Públicas, Governança e Sociedade; Economia, Política e Finanças Públicas)
		Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas	Mestrado Profissional	Gestão de Organizações Públicas (Ferramentas de Avaliação e Controle da Gestão Pública; Inovação e Modernização de Sistemas e Processos Administrativos; Pessoas e Sociedade)

6	Universidade Federal de Lavras (UFLA)	Programa de Pós-Graduação em Administração Pública	Mestrado Profissional	Administração Pública (Gestão Pública, Tecnologias e Inovação; Gestão Social, Políticas Públicas e Controle Social)
7	Universidade Federal da Paraíba (UFPB-JP)	Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional	Mestrado Acadêmico	Gestão Pública e Cooperação Internacional (Políticas Públicas; Gestão Governamental e Social; Cooperação Internacional)
8	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Gestão Pública	Mestrado Profissional	Controladoria e Gestão Pública
9	Universidade de São Paulo (USP)	Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas	Mestrado Acadêmico	Análise de Políticas Públicas (Estado, Administração Pública e Gestão Social; Sociedade, Instituições e Políticas Públicas)
10	Universidade de Brasília (UNB)	Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública	Mestrado Profissional	Gestão Pública e Territórios (Estado, Território e Políticas Públicas; Instrumentos de Monitoramento e Avaliação da Gestão Pública)
11		Programa de Pós-Graduação em Administração Pública		Administração Pública e Políticas Públicas (Gestão de Políticas Públicas; Gestão de Organizações Públicas)
12	Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP)	Programa de Pós-Graduação em Administração Pública	Mestrado Profissional	Gestão Pública Contemporânea (Políticas Públicas e Desenvolvimento Social; Gestão Pública Contemporânea e Modernização do Estado; Regulação, Concorrência e Infraestrutura; Controle da Administração e Combate à Corrupção; Gestão do Poder Judiciário e Meios Alternativos de

				Resolução de Conflitos)
13	Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER)	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas	Mestrado Profissional	Formulação e Avaliação de Políticas Públicas
14	Fundação João Pinheiro - Escola de Governo (FJP)	Programa de Pós-Graduação em Administração Pública	Mestrado Acadêmico	Estado, Instituições e Gestão de Políticas Públicas (Gestão Econômica, Financeira e Tributária; Produção do Conhecimento, Avaliação e Gestão da Informação; Formulação, Implementação, Gestão e Avaliação de Políticas Públicas)
15	Fundação Getúlio Vargas (SP) (FGV/SP)	Programa de Pós-Graduação em Administração Pública e Governo	Mestrado e Doutorado Acadêmico	Administração Pública (Governo e Sociedade Civil; Política e Economia do Setor Público; Transformações do Estado e Políticas Públicas)
16	Escola de Administração de Empresas De São Paulo (EAESP/FGV)	Programa de Pós-Graduação em Gestão e Políticas Públicas	Mestrado Profissional	Administração Pública (Estado, Governo e Políticas Públicas; Gestão Social e Territorial; Políticas Públicas Urbanas; Gestão de Políticas Educacionais; Segurança Pública, Justiça e Cidadania; Relações Governamentais, Integridade e Compliance)
17	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública	Mestrado Profissional	Gestão Pública (Gestão e Políticas Públicas; Políticas Públicas e Governança; Reforma do Estado e Inovações na Gestão Pública)

18	Fundação Getúlio Vargas (FGV/RJ)	Programa de Pós-Graduação em Administração	Mestrado Profissional	Administração Pública (Políticas Públicas; Governança e Administração Pública)
19	Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos	Mestrado Profissional	(Gestão de Organizações Públicas; Gestão de Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação; Estado e Políticas Públicas)
20	Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP-ANDIFES)	Programa de Pós-Graduação em Administração Pública	Mestrado Profissional	Políticas Públicas; Administração Pública e Organizações.
Programas de Pós-Graduação em Administração com área de concentração ou linha de pesquisa em Administração Pública				
	IES	Programa	Nível	Áreas de concentração (Linhas de Pesquisa) *
21	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)  ***repete	Programa de Pós-Graduação em Administração	Mestrado e Doutorado Acadêmico	Gestão Organizacional (Linha Gestão Social e Políticas Públicas)
22	Universidade de Brasília (UNB)	Programa de Pós-Graduação em Administração	Mestrado e Doutorado Acadêmico	Administração (Administração Pública e Políticas Públicas)
23	Universidade Do Estado de Santa Catarina (UDESC)	Programa de Pós-Graduação em Administração	Mestrado e Doutorado Acadêmico	Organizações e Esfera Pública (Administração Pública e Sociedade; Organizações, Gestão e Sustentabilidade)
24	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Programa de Pós-Graduação em Administração	Mestrado e Doutorado Acadêmico	Administração (Administração Pública e Sociedade)

25	Universidade Federal de Viçosa (UFV)	Programa de Pós-Graduação em Administração	Mestrado e Doutorado Acadêmico	Administração (Contabilidade no Setor Público e Finanças Públicas; Desenvolvimento, Inovação e Indústria; Governo, Organizações e Sociedade Civil; Políticas Públicas)
26	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)	Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural	Mestrado Profissional	(Políticas Públicas e Desenvolvimento e Sustentabilidade)
27	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária	Mestrado Profissional	Gestão Universitária (Políticas Públicas e Sociedade)
28	Universidade Federal de Goiás (UFG)	Programa de Pós-Graduação em Administração	Mestrado e Doutorado Acadêmico	Administração de Organizações (Administração Pública e Políticas Públicas)
29	Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto (USP/RP)	Programa de Pós-Graduação em Administração de Organizações	Mestrado e Doutorado Acadêmico	Administração de Organizações (Estudos Organizacionais e Políticas Públicas)
30	Universidade Da Amazônia (UNAMA)	Programa de Pós-Graduação em Administração	Mestrado e Doutorado Acadêmico	Gestão Estratégica para Sustentabilidade (Gestão Pública e do Desenvolvimento)
31	Fundação de Pesquisa e Ensino (FUCAPE)	Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração	Mestrado e Doutorado Acadêmico	(Contabilidade e Gestão Estratégia Pública e Privada-FUCAPE/MA)
			Mestrado e Doutorado Profissional	Contabilidade e Mercado Financeiro (Contabilidade e Controladoria Aplicadas ao Setor Público); Administração Estratégica e Finanças (Estratégia e Governança Pública e Privada; Finanças Pública e Privada)

32	Universidade Federal Fluminense	Programa de Pós-Graduação em Administração	Mestrado Acadêmico	Estudo das Organizações no Brasil (área de concentração). Linhas de pesquisa: Administração Brasileira; Estado, Organizações e Sociedade.
----	---------------------------------	--	--------------------	--

\* com relação com a Administração Pública

Fonte: FJP/SBAP, 2024.